

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS - PUC GO
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
MESTRADO EM LETRAS: LITERATURA E CRÍTICA LITERÁRIA

NELCI BILHALVA PEREIRA

A LITERATURA DE TESTEMUNHO SOBRE A SHOAH EM PRIMO LEVI

GOIÂNIA

2017

NELCI BILHALVA PEREIRA

A LITERATURA DE TESTEMUNHO SOBRE A SHOAH EM PRIMO LEVI

Dissertação apresentada ao Mestrado em Letras:
literatura e Crítica Literária

Linha de Pesquisa: Estudos de Literatura e Relações
Semióticas

Orientador: Prof. Dr. Rogério Pereira Borges

GOIÂNIA
MARÇO - 2017

P436l Pereira, Nelci Bihalva

A Literatura de Testemunho Sobre a Shoah em Primo Levi

[manuscrito]/ Nelci

Bihalva Pereira.-- 2017.

124 f.; il.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras, Goiânia, 2017.

Inclui referências f.121-123

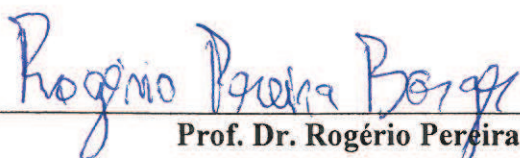
1. Análise literária. 2. Literatura italiana - Análise. 3. Holocausto – Sobreviventes. I. Borges, Rogério Pereira. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU:821.131.1.09(043)

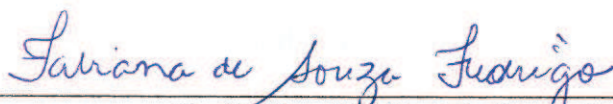
A LITERATURA DE TESTEMUNHO SOBRE A SHOAH EM PRIMO LEVI

Dissertação aprovada em 21 de março de 2017, no curso de Mestrado em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

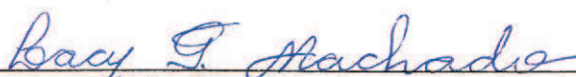
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rogério Pereira Borges
PUC Goiás / Presidente



Profa. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo
UFG / Examinadora Externa



Profa. Dra. Lacy Guaraciaba Machado
PUC Goiás / Examinadora Interna

Profa. Dra. Maria de Fátima Gonçalves Lima
PUC Goiás / Examinadora Interna Suplente

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros
PUC Goiás / Examinador Interno Suplente

AGRADECIMENTOS

Ao orientador Prof. Dr. Rogério Pereira Borges, pelo incentivo, orientação e confiança.

Aos meus filhos Juliana, Luana e Íkaro que estiveram junto a mim com muito carinho, paciência e apoio para que eu concluísse mais uma etapa da minha vida.

A minha filha, Luana Bilhalva Pereira, pela ajuda primorosa na revisão dessa dissertação.

Porque ele era judeu, meu pai morreu em Auschwitz: como não dizê-lo? E como dizer? Como falar diante do que cessa toda possibilidade de falar? Deste evento, meu absoluto, que comunica com o absoluto da história – interessante apenas a este título? Falar – é preciso – sem *poder*, sem que a linguagem excessivamente poderosa, soberana, não venha controlar a situação a mais aporética, o não-poder absoluto e o abandono mesmo, não venha enclausurá-lo na claridade e na felicidade do dia? E como não falar, quando o anseio de todos os que voltaram – e ele não voltou – foi de contar, contar sem fim, como se apenas uma “entrevista infinita” pudesse estar à altura do despojamento infinito.

S. Koffman. *Paroles Suffoquées*

RESUMO

Esta dissertação contém a análise de três livros do judeu-italiano, sobrevivente de Auschwitz, Primo Levi: *Se Isto É Um Homem* (1947), *A Trégua* (1962) e *Os afogados e os sobreviventes* (1986). O objetivo desta pesquisa é mostrar a importância das obras de Primo Levi como testemunha da Shoah e como a literatura foi a maneira possível encontrada por ele para poder narrar os horrores sofridos como forma de denúncia e na preservação da memória e das lacunas dos prisioneiros devido ao trauma do ocorrido. A metodologia empreendida para compor o *corpus* deste estudo foi a Análise de Discurso, em especial, em Michel Foucault, Dominique Maingueneau, Michel Pêcheux e Eni Orlandi para esclarecer sobre o papel do sujeito, do cenário, da paratopia e outros conceitos pertinentes à AD. Buscou-se outros autores como Paul Ricoeur, Gadamer, Arendt, Seligmann-Silva e Agamben para contribuir com uma análise mais rica sobre os prisioneiros judeus que foram atingidos pela política antissemita nazista da “Solução Final” e como foram atingidos em suas vidas futuras.

Palavras-chave: Nazismo – Auschwitz – Shoah – Testemunho – Primo Levi

ABSTRACT

This dissertation contains the analysis of three books of the Jewish-Italian, survivor of Auschwitz Primo Levi: *If This Is a Man* (1947), *The Truce* (1962) and *The Drowned and the Saved* (1986). The purpose of this research is to show the importance of the works of Primo Levi as a witness of the Shoah and how literature was the possible way he could find to narrate the horrors suffered as a form of denunciation and in the preservation of the memory and the gaps of the prisoners due to trauma of the event. The methodology used to compose the corpus of this study was the Discourse Analysis, especially in Michel Foucault, Dominique Maingueneau, Michel Pêcheux and Eni Orlandi to clarify the role of the subject, the scenario, paratopia and other concepts pertinent to DA. Other authors such as Paul Ricoeur, Gadamer, Arendt, Seligmann-Silva and Agamben were sought to contribute to a richer analysis of the Jewish prisoners who were hit by the Nazi anti-Semitic policy of the "Final Solution" and how they were hit in their future lives.

Keywords: Primo Levi; A testimony; Shoah; Speech; Nazism

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| I – DAS ORIGENS DO ANTISSEMITISMO MODERNO À IMPLANTAÇÃO DA SHOAH | 12 |
| 1.1 Contextualização do Antissemitismo Moderno à Implantação da Shoah | 14 |
| 1.2 A gênese da superioridade da “raça ariana” à Solução Final | 25 |
| 1.3 Contextualização da Itália Fascista à Literatura Testemunhal de Primo Levi | 33 |
| II – OS MATIZES DO UNIVERSO LITERÁRIO E TESTEMUNHAL DE LEVI | 48 |
| 2.1 O discurso e seus mecanismos de controle | 49 |
| 2.2 Formação Discursiva | 53 |
| 2.3 Cena de Enunciação | 58 |
| 2.4 Autor e a escrita de si | 61 |
| 2.5 Memória e Testemunho | 72 |
| III – A VONTADE DA VERDADE NOS RASTROS DA “SOLUÇÃO FINAL” | 78 |
| 3.1 A Literatura Testemunhal de Levi | 79 |
| 3.2 O Biopoder e a disciplina | 85 |
| 3.3 A Opacidade do Discurso em Levi | 97 |
| 3.4 <i>A Zona Cinzenta</i> – Salvar-se ou Sucumbir | 103 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 117 |
| REFERÊNCIAS | 120 |
| A NEXO I | 123 |
| ANEXO 2 | 124 |

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como proposta analisar sob a luz dos aspectos da pesquisa literária, histórica e testemunhal três obras de Primo Levi: *Se Isto É Um Homem*¹; *A Trégua* e *Os afogados e os sobreviventes* do judeu-italiano Primo Levi. O objetivo é buscarmos os rastros significativos deixados pelo autor com relação a sua vivência como *Häftling* (prisioneiro em alemão) no maior *Lager*² (Campo, em alemão) nazista, Auschwitz, localizado no sul da Polônia, país invadido pelos alemães em 1939, ação que desencadeou a Segunda Guerra Mundial.

A política de extermínio dos judeus, foi denominada de Holocausto, porém atualmente é mais usual o termo *Shoah*. O termo Shoah (devastação ou catástrofe em hebraico) foi elaborado por S. Felman e D. Laub como um “acontecimento sem testemunhas”. “A Shoah é um acontecimento sem testemunhas no duplo sentido, de que sobre ela é impossível testemunhar tanto a partir de dentro - pois não se pode testemunhar de dentro da morte, não há voz para a extinção da voz – quanto a partir de fora -, pois o *outsider* é excluído do acontecimento por definição.” (AGAMBEN, 2008: 44).

A designação de *Shoah* tornou-se mais conhecida e até mesmo mais utilizada, especialmente na França, após o documentário de Claude Lanzmann que leva este nome, lançado em 1985. Shoah vem substituir outro bem mais conhecido mundialmente, o Holocausto. O termo Holocausto vem do grego *holókaustos* (um adjetivo que significa literalmente “todo queimado” e a “história semântica do termo é essencialmente cristã, utilizado sem muito rigor sobre a complexa doutrina sacrificial da Bíblia (especialmente nos livros do Levítico e os Números). (AGAMBEN, 2008: 38).

Levi considerou “holocausto” uma denominação infeliz, por acreditar que era filologicamente incorreto, apesar de admitir que seu emprego não gerava dúvidas sobre o que se estava falando. “Trata-se de um termo que, quando nasceu, me deixou muito incomodado; posteriormente eu soube que foi o próprio Wiesel que o forjou, depois, porém, ele se arrependeu disso e teria querido retirá-lo” (AGAMBEN, 2008: 37). Aqui não nos cabe fazer um estudo semântico sobre os termos que designam o genocídio dos judeus pelos nazistas, porém optamos pela Shoah, principalmente pelo desconforto que

¹ O título original do livro de Primo Levi, *Se questo è un Uomo*, foi publicado em italiano, em 1958, Turim (Itália), pela Editora Einaudi. Em Portugal, o título foi traduzido para o português mantendo-se o título original, *Se Isto É Um Homem*. O livro utilizado para esta dissertação é de uma editora portuguesa, Editorial Teorema, de Lisboa. No Brasil, o título da obra foi traduzido como *É Isto Um Homem?*

² Mantivemos a palavra *Lager* em itálico, para sermos fiéis a obra de Primo Levi.

causava ao autor aqui comentado sobre o uso do termo Holocausto. Oportunidade também para que precisemos de outros dois termos-chave na presente discussão: testemunha e testemunho.

Esta pesquisa busca entender se Levi conseguiu, por meio, da literatura e do seu testemunho perlaborar o trauma sofrido devido aos horrores vivido em Auschwitz e se as lacunas daquele universo concentracionário puderam ser preenchidas pela literatura. E se o revisionismo e o negacionismo contribuiu para que muitas lacunas se mantivessem, em especial, com a permanência do antissemitismo ainda muito presente no nosso mundo.

A pesquisa é relevante, pois tem como proposta a ampliação dos estudos sobre a Shoah e todos os mecanismos de poder utilizados pelo Estado Nazista para que este evento fosse possível. Busca contribuir para a fortuna crítica de Primo Levi, tendo como o foco os livros supracitados.

Pretende analisar os inúmeros discursos presentes na narrativa literária de Levi para a constituição do *corpus* da pesquisa. Os discursos presentes na materialidade da palavra, da escrita, do sujeito falante e da escrita de si. Além disso, busca analisar os inúmeros protagonistas dentro do universo paratópico de Levi.

A literatura de Levi, nosso *autor/judeu/sobrevivente* só pode ser entendida dentro de uma contextualização histórica. Muito já se escreveu, porém, tentaremos compreender como uma política antissemita-racista que devastou milhões de pessoas dentro de uma Alemanha que possuía um alto padrão econômico e social, atingindo não somente os judeus-alemães como também os de diversos países europeus.

No primeiro capítulo dessa dissertação, *Das origens do antissemitismo moderno à implantação da Shoah*, buscou-se respostas aos inúmeros questionamentos sobre as origens do antissemitismo que desencadeou uma cruel política antissemita alemã, de 1933 a 1945. A filósofa judia-alemã Hannah Arendt, na sua produção político/filosófica, *Origens do Totalitarismo* (1989), analisa que as origens do totalitarismo são explicadas em um único tripé – antissemitismo / imperialismo / totalitarismo -, com seus princípios fundamentais, a partir do século XIX, na França ilustrado pelo Caso Dreyfus, e com o colapso dos Estados Nacionais. Parte das ideologias antissemitas se fortaleceram em solo francês. Ao contrário, do que ocorria na Alemanha, onde os judeus-alemães se consideravam totalmente assimilados, possibilitando inclusive a formação de uma intelligentsia judia. Outros autores vêm de encontro ao nosso auxílio como a autobiografia de Adolf Hitler, Abba Eban, Marcelo Szpilman, Peter Gay, Norbert Elias e outros.

O segundo capítulo: *Os matizes do Discurso Literário e Testemunhal de Levi* visa analisar as obras literárias de Primo Levi nos variados matizes do discurso literário/testemunhal e memorialístico. Buscamos, para tanto, dentro da Análise Discurso (AD) da Escola Francesa e alguns de seus conceitos que se adequam à literatura de Primo Levi, tais como formação discursiva, paratopia, autoria, cena de enunciação, contexto e os discursos do dito e não dito, do interdito e da opacidade discursiva. Outros conceitos como testemunho, vivência, memória e esquecimento entendemos ser relevante incluí-los para enriquecer o nosso arcabouço teórico. Michel Foucault, Dominique Maingueneau, Eni Orlandi são alguns dos teóricos a que vamos recorrer para nos auxiliar na nossa análise.

O espaço institucional que a AD enfatiza, identificado no conceito de paratopia remete-nos à identidade do que está sendo enunciado. A identificação do sujeito falante, do ouvinte, do contexto da comunicação, do cenário sócio histórico, cena enunciativa e a cenografia coloca-nos em uma discussão teórica mais ampla, em que os conceitos e as categorias de análise da AD confluem na apresentação de um quadro abrangente da natureza da literatura produzida por Primo Levi e suas características essenciais.

O sujeito falante na literatura de Levi não é somente o autor, mas também personagem, à medida que sua obra literária é autobiográfica e, além disso testemunho, pois, a realidade está inseparável da intenção do sujeito, a de afirmar: acreditem em mim, eu estava lá. A credibilidade e a confiabilidade da testemunha são a necessidade de reiterar seu testemunho: Eu estava lá. A contribuição de conceitos como memória e vivência vem enriquecer muita a nossa análise e buscamos respostas em teóricos como Paul Ricouer, Bergson e Benjamin. O conceito de vivência nos reportaremos para a hermenêutica de Gadamer como o eixo, pois afirma que vivenciar é ainda estar vivo e o que vivencia é algo que se constitui nas recordações.

No terceiro capítulo: *A Vontade da Verdade nos rastros da “Solução Final”*, vai pontuar e relacionar as três obras literárias do nosso autor/sobrevivente - *Se Isto É Um Homem*, *A Trégua* e *Os afogados e os sobreviventes* -, com a análise teórica dos conceitos supracitados, em busca dos rastros, das lacunas, principalmente na Zona Cinzenta, muito citada por Primo Levi, onde está presente a opacidade do discurso. O autor percebe na constituição do imenso universo de personagens, representados pelas SS (polícia política nazista), pelos muselmann (aqueles que se entregaram nos braços do anjo da morte), pelos sonderkommando (responsáveis pela seleção, gaseamento e a cremação do seu povo).

Analisar os discursos, os ditos e os não ditos; os interditos; os silêncios que tornam a literatura do autor judeu-italiano em obra de arte é relevante para sua compreensão. O signo mais latente, seja verbal ou não verbal acontece quando se faz um resgate da memória com o intuito de que ela não caia no esquecimento.

É no interior deste princípio - pensar e refletir é o contrário de obedecer - que um imenso sofrimento é impingido a Levi e a tantos outros sobreviventes da Shoah: o fato de terem obedecido e conseqüentemente sobrevivido. Sobrevivência esta, questionada muito depois, até mesmo pelo próprio Levi. A presente dissertação é, assim, um esforço de contribuir nas já vastas pesquisas referentes à literatura testemunhal sobre o período nazista e do que lembram os sobreviventes daquela que é uma das maiores barbáries registradas na humanidade. Primo Levi é figura central nesse contexto, seja pela qualidade de seus textos, seja pela importância que ele ganhou no decorrer das décadas como uma voz que se recusou a calar sobre seus pesadelos do passado. Se recusou a calar e se recusou a se esquecer deles.

I – DAS ORIGENS DO ANTISSEMITISMO MODERNO À IMPLANTAÇÃO DA SHOAH

A literatura testemunhal de Levi nos instiga a averiguarmos sobre o antissemitismo que foi um dos pontos cruciais do Estado Nazista (1933-1945). A formação dos *Lager* e toda sua estrutura funcional foi direcionada majoritariamente contra os judeus – alemães e, posteriormente a todos os judeus dos países conquistados a partir de 1939, início da Segunda Guerra Mundial.

É relevante que contextualizemos historicamente o antissemitismo moderno fortalecido, a partir do século XIX, e que contribuiu para que se concretizasse com espantosa efetividade o objetivo de Hitler de varrer os judeus da face da Terra. Ele os considerava como seres inferiores e parasitas que contaminavam a "pureza" da raça aariana. É por meio desta contextualização, que podemos entender a literatura de Levi. A narrativa testemunhal de Primo Levi nos relata acontecimentos absurdos que ocorreram dentro da política do Estado Nazista empenhada numa feroz perseguição antissemita levando à construção de verdadeiras fábricas de morte, tendo o *Lager* de trabalho e de extermínio de Auschwitz, na Polônia ocupada, como sua principal referência.

No livro: *Lembrar escrever esquecer*, Gagnebin (2006) se orienta inúmeras vezes nos rastros deixados pelo homem no decorrer dos tempos para poder remontar uma história. É trilhando os rastros que foram deixados pelos sobreviventes dos *Lager*, que pretendemos seguir, por meio da história e do testemunho do escritor judeu-italiano Primo Levi (sobrevivente do *Lager* de Auschwitz) a fim de entender os mecanismos que possibilitaram uma das maiores tragédias da humanidade, o genocídio dos judeus durante o período do Estado Nazista.

Filósofos, historiadores e escritores ao referirem-se ao século XX analisam-no como um século de guerras e massacres (...) como o século mais violento da história humana (...) se eu tivesse de resumir o século XX, diria que despertou as maiores esperanças já concebidas pela humanidade e destruiu todas as ilusões e ideais (...) vivi a maior parte do século XX, devo acrescentar que não sofri privações pessoais. Lembro-o apenas como o século mais terrível da história. (HOBSBAWN, 1995: 11)

Levi, ao se posicionar sobre o significado do século XX, o vê como um sobrevivente de Auschwitz e declara:

Nós que sobrevivemos aos Campos, não somos verdadeiras testemunhas. Esta é uma ideia incômoda que passei aos poucos a aceitar, ao ler o que os outros sobreviventes escreveram – inclusive eu mesmo quando releio meus textos após alguns anos. Nós, sobreviventes, somos uma minoria não só minúscula, como também anômala. Somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, jamais tocaram o fundo. Os que tocaram, e que viram a face das Górgonas, não voltaram, ou voltaram sem palavras. (LEVI, 1990: 47).

O limiar do século XX vislumbrou, apesar de um imenso desenvolvimento cultural e técnico-científico, acontecimentos únicos na história mundial, como as duas grandes mundiais - de 1914 a 1918 e a de 1939 a 1945 – e, no período intermediário entre elas, a formação dos Estados totalitários, em especial na Alemanha.

Nesse período entre guerras (1919-1939) havia na Europa Ocidental muitos conflitos entre nacionalistas e marxistas em que estes detinham um poder considerável nos movimentos dos trabalhadores. Neste contexto, organizou-se um pequeno grupo com uma plataforma nacionalista e racista liderados por Adolf Hitler. Aos poucos formaram o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães para fazer frente aos marxistas que na visão dos nazistas, tinham uma hegemonia judia.

O Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães apropriou-se das características essenciais do pensamento fundamental de uma concepção geral racista do mundo; e, tomando em consideração a realidade prática, o tempo, o material humano existente, com as suas fraquezas, forma uma fé política, a qual, por sua vez, dentro desse modo de entender a rígida organização das grandes massas humanas, autoriza a prever a luta vitoriosa dessa nova doutrina. (HITLER, 1983: 242)

Hitler assumiu o poder como chanceler em 1933, empossado pelo presidente idoso Paul Von Hindenburg. Após a morte do presidente, Hitler passou a ocupar o poder da Alemanha como Chefe Supremo. Ele implementou uma feroz política antissemita, com uma intensa propaganda difamatória contra os judeus, ancorada na força do seu partido. Tudo isso possibilitou a instituição de uma série de leis restritivas aos judeus, a formação de guetos e, finalmente, da máquina dos *Lager* (campos de concentração e de extermínio alemão). “O judeu é o maior mestre da mentira e a mentira e a fraude são as suas únicas armas de sua luta. Cada calúnia, cada mentira dos judeus contra um de nós, deve ser vista como uma cicatriz honrosa”. (HITLER, 1983: 224)

Hitler, em sua autobiografia escrita em 1925, *Mein Kampf* (1983) - Minha Luta, em português - apresenta os judeus e os marxistas, como os culpados por todos os problemas econômicos, políticos e sociais vividos na Alemanha após o I Conflito Mundial. Isso justificaria sua aversão aos judeus.

Poderia haver uma sujidade, uma impudência de qualquer natureza na vida cultural da nação em que, pelo menos um judeu, não estivesse envolvido?

Quem, cautelosamente, abrisse o tumor haveria de encontrar, protegido contra as surpresas da luz, algum judeuzinho. Isso é tão fatal como a existência de vermes nos corpos putrefatos. O Judaísmo provocou em mim forte repulsa quando consegui conhecer suas atividades, na imprensa, na arte, na literatura e no teatro. (HITLER, 1983: 47)

A literatura testemunhal de Levi, ao se referir aos *Lager*, nos leva a entender como o Estado nacional e racista alemão montou toda a estrutura de extermínio dos judeus. Levi se manifesta como sobrevivente de “uma minoria”. Ele nos aponta como isso aconteceu, pois, os números do genocídio dos judeus na Europa foram estarrecedores.

Limitei-me quase exclusivamente aos *Lager* nacional-socialistas, porque só destes tive experiência direta: deles tive também uma grande experiência indireta, através dos livros lidos, das narrativas ouvidas e dos encontros com os leitores de meus primeiros dois livros. Além disso, até o momento em que escrevo, e não obstante o horror de Hiroshima e Nagasaki, a vergonha dos Gulags, a inútil e sangrenta campanha do Vietnã, o autogenocídio cambojano, os desaparecidos na Argentina e as muitas guerras atrozes e estúpidas a que em seguida assistimos, o sistema concentracionário nazista permanece ainda um *unicum*, em termos quantitativos e qualitativos. (LEVI, 1990: 7)

Notícias sobre o extermínio começaram a se espalhar nos primeiros meses de 1942, porém não foram suficientes para deter a indústria nazista de morte. As denúncias feitas por vários órgãos da imprensa, principalmente a norte-americana, não foram capazes de sensibilizar os governos aliados. A filósofa Arendt e seus próximos também ouviram os primeiros rumores sobre Auschwitz, mas se recusavam a crer no que se escutavam. “Era impossível acreditar em Auschwitz não porque o *Lager* fosse cruel, mas simplesmente porque aquilo não tinha porquê.” (MACÊDO, 2014: 23). Nada parecia justificar o que se descreveria como propósito, porque não tinha razão de ser, nenhum motivo militar, nenhuma razão geopolítica e nenhum interesse econômico.

1.1 Contextualização do Antissemitismo Moderno à Implantação da Shoah

A implantação dos *Lager* acontecera apesar da incredulidade de sua existência. E para podermos entender o antissemitismo como doutrina do Estado Nazista, precisamos buscar os seus rastros. Os judeus, ao longo de sua história, sempre foram acusados de terem um apego extremado pela sua religião e por suas tradições e, por isso, foram

perseguidos. No século XIX, segundo Abba Eban (1973), o antissemitismo vai revestir-se de uma nova roupagem, apoiado por várias teorias racistas e usado como um instrumento de poder por partidos políticos e por Estados Nacionais. As superstições religiosas que floresceram no período da Idade Média persistirão numa era de ideias modernas, progressos científicos e de movimentos de libertação nacional.

Pois a insistência dos judeus em suas observâncias religiosas singulares nunca deixou de provocar receio e desconfiança entre os cristãos, que ainda se achavam inclinados a encarar os judeus como negadores da verdadeira fé. (EBAN, 1973: 237- 238)

Em contrapartida, Hannah Arendt (1997), em seu livro *As origens do Totalitarismo – antissemitismo – imperialismo – totalitarismo*, considera que a noção de que foram ininterruptamente contínuas as perseguições, expulsões e massacres dos judeus desde o fim do Império Romano até a Idade Média e, depois, sem parar, até o nosso tempo, não é correta. Segundo a filósofa, a ideia de que o antissemitismo moderno nada mais é senão uma versão secularizada de populares superstições medievais não é menos preconceituosa que a noção antissemita de uma secreta sociedade judaica para dominar o mundo, como a apreçada pelos tão comentados e nunca comprovados *Os Protocolos dos Sábios de Sião*³. Reza a lenda que seria um projeto de conspiração por parte dos judeus criado durante a Rússia Czarista. Hitler os conhecia de cor e de tais projetos sinistros fez uso para o seu discurso antissemita.

Arendt (1997) considera que, historicamente, o hiato entre os fins da Idade Média e a época moderna, com relação à questão judaica, é ainda mais marcante do que a brecha entre a Antiguidade romana e a Idade Média, ou o abismo que separou os massacres perpetrados nos primeiros séculos medievais. Esse hiato durou quase duzentos anos, do início do século XV até o fim do século XVI, quando as relações entre judeus e gentios estiveram mais frágeis do que nunca e a indiferença judaica às condições e eventos do mundo exterior foi mais profunda do que antes e o judaísmo se tornou um sistema fechado de pensamento. Foi por essa época que os judeus, sem qualquer interferência externa, começaram a pensar que “a diferença entre o povo judeu e as nações era,

³ *Os Protocolos dos Sábios de Sião* – “Se existe algum texto capaz de gerar ódio entre as massas. Sem dúvida alguma é este. Este livro é composto apenas por mentiras e difamações – Elie Wiesel. A obra é a publicação antissemita mais famosa e divulgada na época contemporânea. Os que defendem a venda deste livro alegam que o livro documenta uma conspiração judaica para dominar o mundo, embora tal conspiração e seus supostos líderes, os chamados Sábios de Sião nunca tenham existido.

Também foi mencionado em *Mein Kampf* (1925). Autobiografia de Hitler, “Quem examinar a evolução histórica do último século sob o prisma deste livro, logo compreenderá também o clamor da imprensa judaica, pois no dia em que fôr conhecido de todo o povo, nesse dia estará evitado o perigo do Judaísmo” (HITLER, Adolf, 1983: 199)

fundamentalmente não de credo, mas de natureza interior”, que a antiga dicotomia entre judeus e gentios “provinha mais provavelmente de origem étnica do que de discordância doutrinária” (ARENDDT, 1997: 18)

Essa mudança do caráter diferente do povo judeu com relação aos não judeus, presente mais tarde na Era do Esclarecimento, constituiu-se certamente na condição *sine qua non* do nascimento do antissemitismo. De acordo com Arendt (1997), no ápice do desenvolvimento no século XIX, o Estado-Nação concedeu aos habitantes judeus a igualdade de direitos, através de leis e éditos. O conceito revolucionário de igualdade dos judeus com relação aos não-judeus, advindo da lei francesa de 1792, levou a ventania dessas ideias a outros Estado-Nação, como a Grã-Bretanha, Holanda, Dinamarca e Itália, entre outros.

O conceito de igualdade, porém, dava aos judeus completa equivalência de direitos, mas não como um grupo nacional, pois não se podia mais tolerar “um estado dentro de um estado”. Por isso, as restrições e os privilégios tinham de ser abolidos com todos os direitos especiais, isto é, os judeus tinham de pôr de lado suas leis separadas e instituições autônomas. A emancipação que foi concedida aos judeus no sistema de Estados Nacionais, porém, tinha dupla origem e significado ambíguo. Por um lado, decorria da estrutura política e jurídica de um sistema renovado que só podia existir dentro de uma igualdade legal. Por outro lado, a emancipação continuou estendendo privilégios – originalmente somente a alguns indivíduos e pequenos grupos de judeus ricos e, posteriormente, outorgados a todos os judeus da Europa central e ocidental, para que pudessem atender às crescentes demandas estatais (ARENDDT, 1997). Assim,

a emancipação significava, ao mesmo tempo, igualdade e privilégios: a destruição da antiga autonomia comunitária judaica e a consciente preservação dos judeus como grupo separado na sociedade; a abolição de restrições e direitos especiais e a extensão desses direitos a um grupo cada vez maior de indivíduos. (ARENDDT, 1997 :32)

Essa aliança entre os judeus e os Estados Nações, de igualdade política e de privilégios se manteve, em grande parte do século XIX, facilitada pela indiferença da burguesia no que se refere à política em geral e às finanças do Estado. Esta aliança não ocorreu, por exemplo, na Rússia, pois os judeus, apesar de estarem em grande número por lá não conseguiram se organizar como um grupo especial e apoiar financeiramente o governo.

No final do século XIX, porém a hegemonia desta aliança entrou em colapso com o imperialismo, quando ocorreu a ascensão de um novo grupo social, homens de negócios com mentalidade capitalista que vão instaurar um espírito comercial de concorrência competitiva. Com isso, os judeus foram perdendo sua posição exclusiva nos negócios do Estado, apesar de um pequeno grupo deles conservarem sua influência como consultores financeiros e mediadores intereuropeu.

A desintegração dos Estados Nacionais durante o imperialismo faz o mesmo ocorrer com a influência dos judeus, com sua riqueza pouco valendo no cenário político. Mesmo menor, essa riqueza dos judeus tornar-se-ia objeto de ódio e de desprezo. A riqueza quando está aliada ao poder não desperta desconforto e inveja, pois ela tem a capacidade de propiciar favorecimentos a outras pessoas junto ao poder, quando necessário. Diferente de uma riqueza desatrelada do poder, considerada uma “riqueza inútil”, somente beneficia quem a detém. A relação entre os judeus e a aristocracia impediu que estes se aliassem a outro grupo social, como por exemplo, a burguesia. Isso, levou a uma espécie de antissemitismo liberal por parte dos não judeus, alegando que os judeus e a nobreza se aliavam financeiramente contra a burguesia em ascensão.

Os judeus, em contrapartida, foram percebendo que os laços familiares constituíam o elemento mais forte e persistente na resistência à assimilação e à dissolução. “Começaram a ver o círculo interno da família como baluarte, e a conduzir-se em relação aos membros do seu próprio grupo como se fossem membros de uma grande família.” (ARENDDT, 1997: 48)

Os judeus ignoravam a tensão crescente entre a sociedade e o Estado como também foram os últimos a perceber as circunstâncias que os arrastavam para o centro dos conflitos, de acordo com Hannah Arendt (1997). O antissemitismo foi penetrando lenta e gradualmente em quase todas as camadas sociais de quase todos os países. Cada classe social que entrava em conflito com o Estado virava antissemita porque automaticamente ligava aos judeus o papel de servos do Estado.

A França foi um dos países que trouxeram no século XIX, um dos escândalos mais explícitos de antissemitismo, o caso Dreyfus. Mas houve um pano de fundo para isso.

O século XIX foi marcado por uma série de teorias raciais pseudocientíficas e alguns pensadores franceses contribuíram ativamente para a propagação dessas ideias preconceituosas e racistas. Em 1853, Arthur Gobineau publicou *O Ensaio sobre as Desigualdades entre as Raças Humanas*, que fazia distinção entre a virtude ariana e a degeneração semita. [...] Ernst Renan, escreveu diversos livros sobre o tema e afirmava: A raça semita, comparada com a indo-europeia,

representa um nível inferior da natureza humana. (SZPILMAN, 2012: 161)

Em julho de 1894, Alfred Dreyfus, um oficial judeu do Estado-Maior francês, foi acusado por um major de infantaria afogado em dívidas de jogos, o oficial ofereceu seus serviços à embaixada alemã para entregar documentos em troca de dinheiro. Ele chegou a fazer uma lista com documentos à venda. Todos os indícios apontavam para o major, mas o chefe da seção de estatística, um coronel antissemita, acreditou na sugestão do nome de Alfred Dreyfus a partir de documentos falsos feita pelo verdadeiro oficial culpado. (SZPILMAN, 2012)

Dreyfus foi acusado, condenado e degredado na Ilha do Diabo, a portas fechadas. Conseguiu um segundo julgamento ajudado por amigos e por influentes personalidades. O escritor Émile Zola, o escritor-judeu Marcel Proust e o jurista político brasileiro Rui Barbosa saíram em sua defesa. Foram doze anos para provar sua inocência. A questão é que não era somente Dreyfus em julgamento, mas toda a sociedade judaica, demonstrando que a emancipação conquistada não era segura e nem permanente para seu povo.

Este caso trouxe muitas repercussões e, após a absolvição, o oficial judeu do Estado-Maior francês foi reabilitado e elevado ao posto de general em 1906. Infelizmente, o antissemitismo já afirmara tanto na França e outras partes da Europa, trazendo à tona a antiga e recorrente conspiração judaica.

Em *História geral do antissemitismo*, de Gerald Messadié (2003) considerou que um dos países onde os judeus com certeza mais se sentiram aceitos no final do século XIX acreditam, a Alemanha. Considerou que provavelmente isso ocorreu devido ao poder real e depois o imperial, conseguir controlar muito melhor as manifestações públicas do antissemitismo, melhor do que a República que governara a Nação. “Os monarcas alemães demonstravam decerto alguma reserva ou mesmo hostilidade latente em relação aos judeus, mas, na qualidade de reis cristãos, reivindicavam também o status de protetores de todos os que residiam em suas terras, incluídos os judeus.” (MESSADIÉ, 2003:340)

Segundo Messadié, as tradições de discriminação antissemita prevaleceram um bom tempo na Prússia de Frederico II, mas foram atenuadas. A Prússia, frequentemente descrita como o berço do antissemitismo, foi, ao contrário, particularmente tolerante. Em 1840, mais ou menos dois terços da população judia alemã concentravam-se na Prússia. Eles podiam construir sinagogas, celebrar festas e manter suas tradições. Após a formação do Império Alemão sob o comando de Otto von Bismarck, em 1871, e a guerra franco-

prussiana de 1870-1871, houve mais uma etapa na emancipação dos judeus na Alemanha: sete mil deles serviram no exército alemão. Foi permitido durante o conflito que os soldados judeus alemães celebrassem o Yom Kippur (Dia do Perdão, a data mais importante do Judaísmo). “Nós, judeus alemães, somos alemães e nenhuma outra coisa”, proclamava o jornal religioso judeu *Israelit*, em 1870.

A Alemanha admitia judeus em seu exército e respeitava a sua religião, mas ainda impunha algumas restrições, como, por exemplo, admissão em cargos públicos e o impedimento, em alguns casos, do direito de possuir terras. Caso desempenhassem funções públicas, não poderiam se tornar procuradores do Império. A indústria continuava aberta para eles. Metade dos industriais de Berlim era judia, cuja população da capital era representada por somente 3% de judeus. E a mesma coisa acontecia, segundo Messadié (2003), no resto da Alemanha. No final do século XIX, a pirâmide econômica das comunidades judias havia se invertido. Eram os ricos os mais numerosos e os pobres, os menos. O poderio financeiro judeu era maior na Alemanha do que em qualquer outro país europeu. A saída para a indústria permitiu aos judeus participarem de maneira essencial na industrialização do Reich.

Bismarck não se enganou a esse respeito: a lei orgânica de 1864, que concedeu a igualdade civil aos cidadãos de religião israelita, confirmada pela lei de 1869 sobre a igualdade das confissões no plano civil e cívico, foi estendida a toda a Alemanha após a proclamação do Império em 1871. Eles eram 600.000 em 1910, ou seja, 1% da população, que totalizava 60 milhões. (MESSADIÉ, 2003: 343)

Este período de convivência pacífica começou a se deteriorar quando entrou em cena uma nova geração de jovens que não tinham vivido o momento da emancipação. Uma geração com “melhores condições de vida e de uma educação superior”, segundo Messadié (2003), e que não concordavam com certas restrições por sentirem-se assimilados à sociedade alemã, situação não vivida pela sociedade judia na maioria dos países onde os judeus foram emancipados.

A questão judia não estava plenamente resolvida. Uma parte destes jovens aderiu ao sionismo (oficializado no Congresso de Basiléia de 1897, por Theodor Herzl) e outra aderiu às atividades políticas dentro de grupos nacionalistas alemães. A atitude desta juventude foi considerada pelo Império Alemão como uma ousadia, visto que os judeus já haviam sido agraciados pela igualdade de direitos, concedida por Bismarck. Para deteriorar ainda mais a relação com o Império e a sociedade alemã, a comunidade judia tornou-se mais visível, com a construção de inúmeras sinagogas monumentais e

semelhantes a templos protestantes e igrejas góticas e romanas, pois não havia arquitetos judeus, mas arquitetos cristãos.

O período anterior à Primeira Guerra Mundial, Arendt (1997) destaca como a “Idade de Ouro da Segurança”, quando parecia que o antissemitismo era coisa do passado. Os judeus foram os que mais se iludiram com ele. Havia um interesse maior no desenvolvimento econômico do que nas questões políticas. Com isso, uma menor atenção à questão judia.

A enorme influência e a dependência do capital judeu para a manutenção dos negócios do Estado alemão não se faziam mais tão decisivos e forçavam os judeus a mudanças ocupacionais. A relação entre os judeus e os governos não deixou de existir, mas envolvia menos indivíduos.

Era necessário encontrar a saída para este impasse sobre quais os rumos a ser seguidos, pois haviam chegado a um ponto de saturação em matéria de riqueza e sucesso econômico. “Este poderia ter sido o momento para os judeus demonstrarem o desejo do dinheiro pelo amor ao dinheiro ou ao poder” (ARENDR, 1997: 73). Era preciso escolher entre uma ampliação dos negócios para deixar aos seus descendentes ou a manutenção dos negócios estatais e a influência no governo.

Não ocorreu nem uma coisa nem outra. Os filhos dos negociantes prósperos e, em menor escala, dos banqueiros, segundo Arendt (1997), seguiram profissões liberais e atividades puramente intelectuais, funções que não poderiam ter almejado algumas gerações antes. Foi o surgimento de uma *intelligentsia* judia, tão temida no passado pelo Estado-Nação. Os judeus, filhos de pais ricos, romperam com as tradições judaicas pela assimilação intelectual e nacional, envolveram-se em carreiras culturais, tornando-se grandes empreendedores nas áreas: jornalística, musical e teatral.

Quebraram-se os laços de proteção do Estado e surgiu a consciência da necessidade de vínculos com seus concidadãos, pois a discriminação social, que para seus pais significava tão pouco, era vista por estes intelectuais como um problema. Havia uma necessidade do acesso à sociedade não judaica, aos gentios.

De acordo com Szpilman, os judeus sentiam-se em casa na Alemanha, pois o país lhes permitia excelentes condições de trabalho e de realização profissional. No entanto, mesmo assimilados, o judaísmo refletia na vida e no modo de pensar dos judeus. Freud, médico judeu, que criou a Psicanálise, ao explicar por que trilhou os caminhos da mente humana, disse: “pelo fato de ser judeu, encontrei-me livre de vários preconceitos que restringiam outras pessoas do uso do intelecto.” (FREUD apud SZPILMAN, 2012: 165)

Este período (finais do século XIX e início do século XX) de aparente paz na Europa presenciava a formação de políticas de blocos, como a Tríplice Aliança (Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Itália) e a Tríplice Entente (Império Russo, Reino Unido, França e, posteriormente EUA). O crescimento do nacionalismo, a corrida armamentista e os conflitos econômicos pela disputa de fontes de matérias-primas e de mercados, arrastou o mundo, em 1914, à deflagração da Primeira Guerra Mundial.

Este conflito, que se prolongou até 1918, devastou a Alemanha, assim como o mundo. A Alemanha teve “1,8 milhões de mortos e mais de 4 milhões de feridos, o custo em material, talentos desperdiçados. Mentos mutiladas, desespero total, era incalculável.” (GAY, 1978: 165)

Os judeus se empenharam com afincos, procurando demonstrar lealdade aos seus respectivos países. Segundo Szpilman (2012), na Tríplice Aliança foram convocados 450 mil judeus, dos quais cinquenta e quatro mil morreram em combate. E na Tríplice Entente, pouco mais de um milhão de judeus e cento e vinte e quatro mil padeceram.

Além das perdas humanas e materiais, o conflito de 1914 levou ao descrédito do Kaiser alemão Guilherme II, obrigado a fugir para a Holanda, e à instauração de uma nova forma de governo, de uma monarquia para uma República, denominada República de Weimar. Com a Constituição de Weimar, a Alemanha tornou-se uma República Democrática, mas não puramente parlamentar, pois estabelecia um presidente forte, que podia, em situações de emergência, governar com base em decretos presidenciais. Seu mandato, por um período de seis anos, era conferido por eleições populares.

Para agravar ainda mais sua situação econômica e política das Alemanha, o Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra, considerou os germânicos como os únicos culpados pela Guerra. Os países da Tríplice Entente, exceto os Estados Unidos, impuseram inúmeras sanções como perdas territoriais (13% do seu território) e coloniais. A Alemanha foi proibida de constituir uma força militar superior a 100 mil homens e de participar da recém criada Sociedade das Nações (organismo mundial criado para intermediar os conflitos internacionais). As reparações que a Alemanha deveria pagar aos vencedores, num prazo de trinta anos, chegavam a 132 bilhões de marcos de ouro. Toda a dureza do Diktat (imposição, pelos alemães) de Versalhes ocasionou uma insatisfação em amplas camadas da população.

A Primeira Guerra Mundial e a inesperada derrota atingiram o espírito da nação germânica, atordoada e incrédula. Com isso, os nacionalistas de direita encontraram um campo fértil para apontar bodes expiatórios, como políticos de esquerda, comunistas e,

como não poderia deixar ser, os judeus. “Na cabeça dos alemães, a derrotada República de Weimar (1919-1933) estava intimamente aos judeus e muitos a chamavam *Judenrepublik*”. (SZPILMANN, 2012: 180)

O antissemitismo sempre esteve presente, apesar dos judeus se apresentarem suficientemente “disseminados em meio à população para que qualquer um pudesse ver que eles não passavam o tempo todo envenenando poços, que falavam um excelente alemão e educavam seus filhos como todo mundo” (MESSADIÉ, 2003: 348). Os judeus eram culpabilizados de se apoderarem da cultura alemã, de dar-lhe tons judaicos, porém não havia violência física.

Os resultados do conflito de 1914 brutalizaram a Alemanha, antes civilizada e culta, cumpridora das leis.

O tratamento violento deixou de ser algo extraordinário e os judeus, com seus escritores, intelectuais de esquerda, revolucionários e extremistas envolvidos na política da República de Weimar, passaram a ser os mais atingidos. De 1919 a 1922, ocorreram 376 assassinatos políticos na Alemanha (...) de militantes da esquerda e maioria de judeus. (SZPILMAN, 2012: 180)

Contribuindo para o caos e a violência, a justiça alemã era leniente nos julgamentos. Com as instituições alemãs sinalizando com a impunidade, estavam se abrindo as portas para o inferno, para o início do pior e mais catastrófico período para a comunidade judia, tanto da Alemanha como de toda a Europa.

No entanto, antes de tentarmos entender as consequências para o mundo e, principalmente, para os judeus a partir de 1933, com a instauração do Nazismo sob a batuta do insano Adolf Hitler, é importante reforçarmos as características do moderno antissemitismo e de suas ideias racistas.

O moderno antissemitismo que se desenvolveu na Europa e, particularmente na Alemanha veio da teoria do racismo, exposta de forma pseudocientífica por historiadores e antropólogos,

de que os seres humanos pertencem a diferentes grupos raciais, cada grupo possuindo uma aparência particular e uma fonte linguística comum. O racismo alemão nasceu do mito “ariano”, segundo o qual as línguas romanas, germânicas e eslavas podiam ser reduzidas a uma fonte ariana comum; o passo seguinte foi atribuir à raça ariana um tipo físico único, o do nórdico louro, de olhos azuis”. (EBAN, 1973: 242)

Segundo Eban (1973), os alemães acreditavam que devido à sua pureza racial tinham o direito de reivindicar uma inerente superioridade sobre os judeus, que tinham uma estatura baixa, cabelos negros e olhos escuros.

Muitos contribuíram para a divulgação destas ideias racistas, como o Conde Joseph Gobineau, um diplomata francês (citado anteriormente), ao deduzir que

toda a civilização começou com a raça ariana, cujos representantes eram encontrados somente na Europa Central”(...) “podemos explicar a decadência do povo alemão pelo fato de estar agora exposto sem defesa à penetração do judeu”. (WAGNER apud EBAN, 1973: 242-243)

De acordo com Eban (1973), a obra-prima do racismo alemão foi escrita por um inglês renegado, Houston Stewart Chamberlain, sob o título “Os Fundamentos do Século XIX”. Ele traçou uma impressionante documentação sobre a raça ariana, onde até Jesus foi por ele transformado num ariano, e os judeus eram considerados uma raça sem valor, cuja missão era contaminar a corrente racial alemã e “produzir um bando de mestiços pseudo-hebreus, um povo sem a menor dúvida degenerado física, mental e moralmente.” (EBAN, 1973: 243)

Na França, Edouard- Adolphe Drumont, um antissemita fervoroso, “revelou” uma conspiração internacional por parte dos judeus e maçons para destruir a cristandade e obter o controle do mundo, revelação sob a égide de Deus, e manifestou-se favorável em qualquer ocasião à perseguição aos judeus. De acordo com as palavras de um dos próprios discípulos de Drumont de que o que ele proclamou, Hitler realizou.

E, deixaram os judeus da Europa, perplexos, pois “tais opiniões, de início repetidas cautelosamente, e refreadas pelas restrições civilizadas da lei e ordem, tornar-se-iam em anos anteriores o grito de guerra de todo um sistema social, e no século XX causariam a mais terrível erupção de ódio em toda a história humana”. (EBAN, 1973: 243)

Aqui e ali se percebia os resquícios do antissemitismo do século XIX, porém não havia o pressentimento de uma tempestade violenta. No entanto, esta tempestade invadiu a Europa e arruinou a vida de uma geração, quando Adolph Hitler, assumiu o poder na Alemanha de 1933 a 1945, período de doze anos e quatro meses. O tema central de sua ideologia, era a ausência de uma base comum para toda a humanidade declarando que toda cultura humana, todos os resultados da arte e ciência eram produto da raça ariana. E que o homem ariano, com todas as suas características - forma de crânio, cor de pele e variedade de sangue - era superior ao homem não-nórdico, e que este estava mais próximo de animais do que da raça humana. Para ele suprimir e destruir o homem não-nórdico era um destino elevado a ser seguido com disciplina e sacrifício até o extremo fim. Ao homem não nórdico, leia-se judeu, deveria ser eliminado.

A concepção racista deve ser completamente diferenciada desde que aquela reconhece não só o valor da raça como o do próprio indivíduo, duas colunas sobre que repousar todo o edifício. Esses são os fatores básicos na sua maneira de encarar o mundo. (HITLER, 1983: 279)

O cenário que favoreceu a ascensão e a adesão da sociedade ao Nazismo tem suas raízes pós a Primeira Guerra Mundial, como foi ressaltado anteriormente. A Alemanha, antes civilizada, encontrava-se brutalizada e, em decorrência dos acontecimentos da década de 1920 e início da década de 1930. O período de crise econômica no início dos anos de 1920 teve seu ápice em 1923, com uma inflação dilacerando grande parte da riqueza nacional. No final de 1923, ocorreu uma reforma monetária que contribuiu, aos poucos, para uma recuperação econômica. Todo o processo inflacionário deixou uma sensação de total insegurança, principalmente nos mais atingidos por ela, - a classe proletária e a média e nos credores – particularmente as instituições bancárias.

Os Estados Unidos, que não concordaram com o Tratado de Versalhes e com as sanções impostas à Alemanha que estrangulavam sua economia, elaborou um plano de recuperação econômica, através do banqueiro e político estadunidense Charles Dawes. Tal plano estabelecia a redução das reparações de guerra, subdividindo-as em parcelas anuais, com direito a abertura de créditos e um empréstimo de oitocentos milhões de marcos.

Todos estes recursos contribuíram para uma reestruturação e racionalização da economia germânica no seu setor produtivo, especialmente na indústria de base (siderúrgico, químico e elétrico). No entanto, o setor agrícola, que vinha desde o período do Kaiser Guilherme II, continuou enfrentando uma grave crise, levando pequenas empresas agrícolas à falência e grandes corporações a manter seu caráter latifundiário, ou seja, não produtivo.

Este estágio de recuperação e de reestruturação alemã, foi atingida violentamente pela crise econômica de 1929, considerada até os dias atuais, pela maioria dos economistas, como a pior do sistema capitalista. Suas raízes encontravam-se no cérebro do sistema capitalista, os Estados Unidos da América, em especial no setor financeiro e, conseqüentemente, em todos os setores de produção, o pânico. Alastrou-se e trouxe conseqüências devastadoras no mundo todo, em especial à Alemanha, sendo um dos países mais atingidos em decorrência de sua economia estar muito dependente dos capitais norte-americanos.

Todo este cenário econômico, atingiu níveis alarmantes de desemprego, que passou de 8,5 % em 1929 a 29,9 % em 1932. Havia cerca de 5,5 milhões de desempregados alemães registrados e cerca de um milhão de não oficiais.

1.2 A Gênese da Superioridade da “raça ariana” à Solução Final

É por meio, do caos dos dados econômicos que podemos delinear porque a sociedade alemã permitiu-se ser conduzida por uma nova onda, o Nazismo. O clima de desespero da classe proletária, das classes médias e da pequena burguesia que *a priori* não estavam dispostas a unirem-se num interesse comum constituiu-se posteriormente numa sociedade de massas, totalmente manobrada pelo NSDAP (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães), também conhecido como Partido Nazista.

O NSDAP foi criado oficialmente em 28 de fevereiro de 1919 e tinha um caráter nacionalista e racista, tentando aliar elementos nacionalistas e “socialistas”. Os elementos nacionalistas estavam bem claros, pois reivindicavam “a revisão do Tratado de Versalhes e a devolução de territórios perdidos (parte da Polônia, Alsácia e Lorena), mas também a unificação de todos os alemães étnicos em um único Reich”. (GEARY, 2010: 12)

O Partido Nacional-Socialista dos trabalhadores Alemães, como o seu programa de vinte e cinco teses, aceitou uma base que deve ser mantida inalterável (...) A essa noção o novo partido deveu de início o seu nome, de acordo com a mesma foi organizado o seu programa e nela se fundamenta somente de guias intelectuais mas também de proletários. Sem uma organização forte, qualquer tentativa para promover a realização das idéias no seio do povo será sem consequências, hoje como de futuro. (HITLER, 1983: 286 - grifos do autor)

O pior do Programa, segundo Geary (2010), se direcionava à comunidade judia. Os judeus deveriam perder a cidadania e os cargos públicos (conquistas adquiridas desde o Império). Aqueles que tivessem chegado a partir de 1914 deveriam ser deportados, a despeito do fato de muitos judeus-alemães terem lutado do lado alemão durante a Primeira Guerra Mundial. Hitler, em *Mein Kampf* (1983), manifestou constantemente sua aversão aos judeus e a necessidade constante de eliminá-los.

Enquanto o nacional socialista discute sobre se o perigo ultramontano é maior do que o perigo judaico ou vice-versa, o judeu continua a destruir os fundamentos raciais da nossa existência, aniquilando, desta maneira cada vez mais a nação. No que diz respeito a esses combatentes “nacionalistas”, o nosso movimento e o povo alemão pedem ao Todo-Poderoso que nos livre de semelhantes amigos, **que dos inimigos nós nos saberemos livrar.** (HITLER: 1983: 353 - grifo nosso)

Uma grande ironia do programa do Partido, que se denominava “socialista”, é que nenhuma de suas demandas econômicas e sociais objetivava a expropriação da propriedade privada, com exceção aberta para as posses dos judeus.

Hitler, segundo Geary (2010), ao assumir em janeiro de 1933 como chanceler, aos poucos foi acabando com toda a oposição política. O incêndio do prédio do Reichstag (Parlamento Alemão), em vinte sete de fevereiro (poucos historiadores acreditam que foram os nazistas que o provocaram) foi mais um marco histórico nessa escalada de intolerância. Controvérsias à parte, o certo que os nazistas se aproveitaram do incidente. Formulou-se um decreto de emergência que suspendeu a liberdade de imprensa, de expressão e de associação.

Todos os direitos e liberdades individuais foram efetivamente anuladas. Na ação policial, as SA (tropas de assalto) e as SS (tropas de proteção) foram colocadas em prontidão para qualquer eventualidade. Elas deveriam agir com “precisão” - leia-se, com violência.

O Partido Nazista iniciou uma cruzada contra o Partido Comunista Alemão (KPD) e o Partido Socialdemocrata (SPD), legendas que tiveram representatividade durante a República de Weimar. Seus prédios foram atacados, seus bens apreendidos e dezenas de milhares de comunistas e socialdemocratas foram detidos e alguns torturados e assassinados. O SPD foi proscrito e o KPD, continuou na ilegalidade. Outros partidos políticos, ao tomarem conhecimento da intimidação e da violência, dissolveram-se. Os sindicatos também foram dissolvidos e seus bens, desapropriados. Implementou-se a Lei de Habilitação, neste mesmo ano pela qual o governo de Hitler poderia governar sem a necessidade de suas ações serem autorizadas, seja pelo Reichstag, seja por decreto presidencial”. (GEARY, 2010: 55)

De acordo com Geary (2011), em meados daquele ano, toda a oposição política já havia sido eliminada e a Alemanha se constituía em um Estado de partido único e com uma violência escancarada. Além disso, era necessário resolver rivalidades pessoais e organizacionais no interior do movimento nazista, entre as SA, comandadas por Ernst Röhm, e as SS, comandadas por Heinrich Himmler (um dos maiores líderes nazistas). As Tropas de Assalto estavam se tornando poderosas demais, eram quase um Estado dentro de um outro Estado, causando inquietação. O Exército sentia seu poder e autoridade aviltados.

Em 30 de junho do ano seguinte, com a justificativa de que estava sendo planejado um golpe pelas SA, foi executada *A Noite dos Longos Punhais*, pelas SS e a Gestapo (Polícia Secreta do Estado), em que Röhm e mais de cem membros das SA foram mortos. Os “conflitos” domésticos foram sanados.

Com o poder das SA enfraquecido e a morte do presidente alemão Hindenburg, em agosto, a posição de mando de Hitler tornou-se inquestionável e, por que não dizer, infalível, pois toda a oposição foi arrasada. O exército e o funcionalismo público juraram lealdade pessoal e total ao Führer. A sociedade alemã foi tomada de assalto particularmente a comunidade judia. Em um período tão curto de tempo, os nazistas ocuparam todos os cantos do Estado Germânico, como o *Grande Irmão*, de George Orwell.

Com a consolidação do poder, os nazistas voltaram-se somente contra os comunistas, os socialdemocratas (esta comunidade oposicionista foram um dos primeiros prisioneiros dos campos de concentração), contra as liberdades individuais, principalmente contra as minorias, em especial, os judeus, considerados sub-raças. Logo ao assumir, em 1933, a campanha do novo governo começou com muito terror e violência, com o intuito de isolar a comunidade judia da sociedade “ariana” e, intencionalmente, colocá-la como a culpada por tudo de mal que ocorreu na Alemanha desde 1914. O objetivo, claro, era forçá-la a emigrar do país.

Uma das medidas iniciais foi apagar todos os rastros e as contribuições dos judeus ao país, particularmente, a *intelligentsia judia*. Desde que começou

o Prêmio Nobel, em 1901, até 1933, a Alemanha ganhou mais Nobel do que qualquer outro país: 30% do total. No entanto, um terço destes prêmios foi conquistado por judeus alemães, que arrebataram oito prêmios Nobel, medicina (4), física (2) e química (2). (SZPILMAN, 2012: 165)

Foi promovida uma campanha de boicote às lojas judias e a queima de livros de inúmeros autores judeus, atos organizados pelas ligas estudantis e pela maioria dos professores, com o Ministério de Propaganda atuando intensamente. Numa atmosfera de fanatismo e histeria, Goebbels, (o titular da pasta) e os estudantes clamavam em altos brados,

que as chamas devorassem, entre outros escritores, Marx e Trotsky, em favor da “comunidade do povo”, pela “filosofia idealista” e contra “a luta de classes e o materialismo”; que devorassem Freud, em favor da “nobreza da alma humana” e contra o “exagero destrutivo da via instintiva”; Tucholsky e Ossietzky, em favor do “respeito e da

veneração do imortal espírito popular alemão”, e contra a “insolência e a pretensão”. (LENHARO, 1990: 42)

O poeta alemão Heinrich Heine, no século XIX, conhecido como um dos últimos românticos, predisse o futuro sombrio que se avizinhava ao expressar em uma de suas célebres frases: “Onde quer que livros sejam queimados, os homens serão também, eventualmente queimados”.

Desde o início de todo o processo de erradicação dos judeus e de implantação da máquina que, posteriormente foi utilizada na perseguição e extermínio dos judeus, tanto na Alemanha como nos países ocupados, a sociedade alemã, em sua maioria, mostrou-se apática e até mesmo conivente com todos os caminhos traçados pelo Estado Nazista.

A organização das massas, sob responsabilidade de Joseph Goebbels, aliou arte e propaganda como indissociáveis, como uma máquina potente de convencimento, fosse qual fosse o mal cometido pelo Estado. Os grandes espetáculos, com um calendário de cerimônias extremamente diversificado, ocorriam praticamente o ano inteiro, com músicas cantadas pela multidão e a presença constante de fanfarras que ampliavam a comoção e a adesão aos nazistas. Espetáculos que aconteciam geralmente à tardinha e se estendiam pela noite, pois permitiam um foco maior aos discursos inflamados de Hitler, levando a um estágio de loucura e de histeria.

De acordo com Lenharo (1990), Hitler acreditava que toda a propaganda deveria ser popular e dirigida às massas e de forma a levar a um nível de compreensão dos mais baixos. “As grandes massas, dizia ele, têm uma capacidade de recepção muito limitada, uma inteligência modesta, uma memória fraca”. (LENHARO, 1990: 47) Todo o jogo da propaganda era lícito: mentiras, calúnias, o que interessava eram os fins. “Os fins justificam os meios”, parafraseando Maquiavel. O importante da propaganda era alcançar o coração das massas.

O termo massa, só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a nenhum partido e raramente exercem o poder de voto. (ARENDDT, 1997: 361)

Na Alemanha foi esta massa de pessoas indiferentes, neutras, que foram recrutadas para as SS que enviaram seus filhos para fazer parte da Juventude Hitlerista e, em sua maioria tornaram-se guardiões dos campos de concentração e de extermínio. Eram

consideradas, anteriormente, pelos partidos políticos tradicionais como pessoas estúpidas e apáticas porque nunca se interessaram por política. De acordo com Arendt (1997), isso permitiu a introdução de métodos inteiramente novos de propaganda política, como os grandes espetáculos e discursos de Hitler. A propaganda de Goebbels permitiu moldá-los à sua maneira, visto que não haviam sido atingidos por nenhum outro molde partidário.

Com a oposição eliminada, a massa controlada e doutrinadas ficava muito fácil ao Terceiro Reich colocar em ação a sua política antissemita. Os judeus se viram desamparados e perplexos, as medidas não causavam comoção e desaprovação da sociedade alemã que cada vez mais endossava os discursos de Hitler, com seu ódio insano dirigido aos judeus. Havia também um estranho silêncio dos líderes mundiais. Einstein afirmou: “A vida é muito perigosa. Não pelas pessoas que fazem o mal, mas por aquelas que ficam sentadas vendo isso acontecer”. (SZPILMANN, 2012: 218)

Uma série de leis foram aprovadas excluindo toda e qualquer possibilidade de os judeus ganharem a vida na Alemanha. Em 1935, com a promulgação das Leis de Nuremberg, os judeus foram excluídos da área de cidadania, privados de sua condição de alemães e impedidos de manter qualquer contato físico com a chamada raça superior. Proibidos de frequentar locais de diversão, de possuir quaisquer canais de comunicação, como rádio e telefone, de comprar livros e jornais, ou mesmo de sentarem-se em bancos de praças e de andar nas calçadas.

De acordo com Eban (1973), ao fim de 1935, cerca de oito mil judeus-alemães haviam cometido suicídio, 75.000 haviam emigrado e outros assediavam consulados estrangeiros a fim de conseguirem vistos de saída para qualquer lugar que lhes pudesse conceder asilo. No entanto, os países não estavam preparados para receber tantos emigrados e foram fechando suas fronteiras. Cerca de duzentos e setenta mil, porém, obtiveram refúgio no exterior. Muitos que conseguiram fugir foram devolvidos à Alemanha e encaminhados aos campos de concentração.

Seis meses após Hitler assumir o poder, foi criado o primeiro campo de concentração, Dachau, no sul da Alemanha, que serviu de modelo para a criação dos demais e para o envio dos primeiros “inimigos do Estado” a tais lugares. Hitler considerava necessário ajustar as contas com “os criminosos da cultura alemã” e, a partir daí, desenvolver uma perseguição implacável contra os judeus, em especial os artistas e os intelectuais.

Para Arendt (1997), nos Estados Totalitários, em especial, o Estado Nazista, a propaganda e o terror parecem ser semelhantes. No entanto, a filósofa relativizou essa

equivalência. Em sua visão, quando o Estado Totalitário assume o controle absoluto, ele substitui a propaganda pela doutrinação e emprega a violência, não mais para intimidar o povo, “mas para dar realidade às suas doutrinas ideológicas e às suas mentiras utilitárias”. (ARENDR, 1997: 390) Em 1943, Goebbels declarou: “ficaremos na história como os maiores estadistas de todos os tempos ou como seus maiores criminosos”.

A violência contra os judeus-alemães, a princípio, era investida contra as bases de suas rendas e empregos - casas, joias, obras de arte, depósitos bancários, firmas comerciais e indústrias. Expropriavam-nos de tudo o que trouxesse sustento e conforto. Casos de humilhações e de violência física ocorriam contra os judeus-alemães, mas não eram disseminados. Mas na noite de 9 de novembro de 1938, a *kristallnacht* (noite dos vidros quebrados) escancarou-se a ira nazista. Sinagogas foram incendiadas, lojas e casas de judeus saqueadas e destruídas, judeus assassinados, mulheres estupradas e milhares espancados e presos. Só eram soltos se garantissem a sua emigração imediatamente. Milhares que não conseguiram sair foram encaminhados pelas SS para os campos de concentração.

Em primeiro de setembro de 1939, teve início a Segunda Guerra Mundial, que resultaria na formação de dois blocos militares antagônicos, os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e países Aliados (França, Reino Unido, União Soviética e Estados Unidos). A situação dos judeus-alemães, que era traumática desde 1933, se estendeu a todos os judeus dos países ocupados pelos nazistas.

Os nazistas, ao invadirem a Polônia (primeiro país tomado pelos alemães), empreenderam uma perseguição aos judeus-poloneses foi igualmente atroz e brutal. Obrigados a usar a Estrela de Davi amarela no braço, todos foram segregados em guetos e, posteriormente, milhares encaminhados aos campos de concentração. Segundo Szpilmann (2012), o argumento oficial usado pelos nazistas para justificar à população polonesa as perseguições ocorridas aos judeus-poloneses era de que portavam os judeus diversas doenças, em especial, o tifo, e por isso deveriam ser isolados. Toda esta cruel perseguição nazista era favorecida, -por um forte sentimento antissemita da sociedade polonesa.

A Shoah (holocausto judeu) tornou-se cada vez mais insana por parte de Hitler e de seus asseclas. Com o desenvolvimento do conflito mundial, ficava mais fácil a continuidade das pretensões dos nazistas de varrer a Europa de quaisquer vestígios de judeus. A comunidade judia europeia viu-se, cada vez mais, em condições deploráveis, subnutrida, com a perda total de suas cidadanias. Eram foram obrigados, como forma de

identificação, a usar a Estrela de Davi preta com fundo amarelo presa à roupa. Estas identificações se fizeram presentes também nos campos de concentração e de extermínio.

Hannah Arendt, em *Eichmann em Jerusalém* (1999) descreve sobre o julgamento de Adolf Eichmann, um dos criminosos nazistas responsáveis pela questão judaica. Arendt fez a cobertura do julgamento para a revista *The New Yorker*. O texto foi publicado nos meses de fevereiro a março de 1963, com algumas implicações.

Eichmann, depois de muitas buscas por parte dos “caçadores de nazistas”, foi descoberto vivendo na Argentina, com nome falso, com toda a sua família (mulher e três filhos). Acabou capturado e sequestrado pela Mossad, polícia secreta israelense, em 1960.

A captura e o julgamento de Eichmann tinham como objetivo, pelo Estado Israelense, de promover um imenso espetáculo, principalmente pelo primeiro ministro David Ben Gurion. No entanto, em abril de 1962, o que se viu, dentro de uma cabine de vidro construída para a sua proteção foi um homem de estatura mediana, magro, meia-idade, quase calvo, dentes tortos e míope, um perfeito burocrata. Sua extradição, não foi requisitada por nenhum país, nem mesmo pela Alemanha. Teve os direitos jurídicos plenos durante o julgamento, sendo assessorado pelo seu advogado de defesa (Servatius), o que não ocorreu durante a dominação alemã com a comunidade judia, que se viu desnudada de todos os direitos de cidadania e humanos.

O Departamento para Assuntos Judaicos do Regime Nazista foi de responsabilidade de Karl Adolf Eichmann de 1940 a 1945. Segundo suas declarações no julgamento, ele sentia-se insatisfeito em seu trabalho e estava aberto a novas perspectivas. Filiou-se no NSDAP acreditando que poderia construir uma carreira. Segundo Arendt (1999), depois de passar por alguns departamentos, conseguiu ser responsável para uma área novinha em folha, referente aos judeus.

Toda a dinâmica da máquina nazista para a questão judaica ocorreu em três pontos: a deportação, a concentração e a solução final. O extermínio era denominado oficialmente de *A solução final do problema judaico*. Este sempre foi um dos objetivos máximos de Hitler. E homens como Himmler e Eichmann estavam destinados e determinados a colocá-lo em prática para agradar e ter todo o apoio do Führer. Não havia um modelo pré-concebido de como aconteceria esse processo. Conforme as ocupações dos territórios iam acontecendo, milhares e milhares de judeus, caíam sob “os cuidados dos nazistas”.

Eichmann, como a maioria da cúpula de Führer, se considerava soldado do Partido e um cidadão respeitador das leis, “porque as ordens de Hitler, que sem dúvida executou

o melhor que pôde, possuíam ‘força de lei’ no Terceiro Reich. ” (ARENDDT, 1999: 35). Levi, ao tentar compreender sobre as atitudes gélidas das SS nos *Lager* e a conduta da cúpula nazista, reconhece neles um processo de elaboração do passado mais sutil. Existia assim, muitas vezes, um dissimulado exagero no pedido de desculpas e, ainda mais a manipulação da recordação, expulsando de si “a recordação nociva como se expele uma excreção ou um parasita” (LEVI, 1990: 13). Eichmann e muitos outros da cúpula tentaram justificar-se alegando terem sido somente executores de ordens de impossível questionamento.

Somos educados para a obediência absoluta. A hierarquia, o nacionalismo; fomos embriagados de *slogans*, encharcados de cerimônias e manifestações; ensinaram-nos que a única justiça era aquela que servia a nosso povo, e a única verdade eram as palavras do Chefe. O que queriam de nós? Como podem pretender de nós, depois de tudo, um comportamento diferente daquele que foi o nosso e o de todos os que eram como nós? Fomos executores diligentes e, por diligência, fomos louvados e promovidos. As decisões não foram nossas, porque o regime no qual crescemos não nos concedia decisões autônomas: outros decidiram por nós, Não só nos fora proibido decidir, mas havíamos-nos tornado incapazes para tanto. Por isto, não somos responsáveis e não podemos ser punidos. (LEVI, 1990: 12-13 - grifo do autor)

Burocratas, que não deveriam, em momento algum, questionar, somente cumprir cegamente e fazer tudo com esmero a fim de “agradar”. Eichmann confessou que nem sempre gostava de despachar multidões de pessoas que iam de trem para a morte, ao invés de forçá-las a emigrarem. No entanto, preferiria ser enforcado como um tenente-coronel a viver uma vida medíocre antes de fazer parte do NSDAP.

De acordo com Elias (1997), comparada com os pogroms⁴ e os procedimentos militares, a matança em câmaras de gás foi uma nova forma de extermínio que alcançou uma maior racionalização e burocratização. Algumas experiências com o uso de gás venenoso já vinham sendo utilizadas para fumigação nos campos de concentração e para uso em pessoas consideradas impróprias para viver. Hitler, já em 1925, em seu livro *Mein Kampf* (1983), havia recomendado o uso de gases para a morte em massa de judeus.

Se, no começo e durante a Guerra, tivéssemos submetido à prova de **gases asfixiantes** uns doze ou quinze mil desses judeus, desses corruptores de povos, prova a que, nos campos de batalha, se submeteram centenas de milhares dos nossos melhores operários alemães de todas as categorias, não se teria visto o sacrifício de milhões de nossos compatriotas das linhas de frente. A eliminação de doze mil

⁴ Pogrom é uma palavra russa que significa "causar estragos, destruir violentamente". Historicamente, o termo refere-se aos violentos ataques físicos da população em geral contra os judeus, tanto no império russo como em outros países. Pesquisa na Enciclopédia do Holocausto – 10/03/2017

patifes, no momento oportuno, teria talvez influído sobre a vida de um milhão de homens honestos que muito úteis poderiam ser à nação de futuro. (HITLER, 1983: 422 – Grifos Nosso)

As primeiras câmaras de gás foram instaladas, no final de 1941. Aprovada sua eficácia, o Estado Nazista estava pronto para implantar as suas fábricas de mortes.

Em janeiro de 1942 foi realizada a Conferência de Wannsee, num subúrbio de Berlim. O objetivo era coordenar todos os esforços na implementação da Solução Final. A Solução Final foi recebida com extraordinário entusiasmo por todos. A reunião não durou mais do que uma hora, uma hora e meia, foram servidos drinques e todo mundo almoçou – ‘uma íntima reuniãozinha social’, destinada a fortalecer os contatos pessoais necessários. Para Eichmann, foi uma reunião importante, pois nunca havia tido contato próximo com tantos ‘altos personagens’; ele era de longe o que estava em posição oficial e social mais baixa entre todos os presentes. (ARENDDT, 1999: 129-130)

Nesta reunião, formal e informal, foi traçado os destinos de 11 milhões de judeus-europeus: a morte. Varrer a Europa de todos os vestígios dos “pestilentos judeus”. Esta meta foi concluída apenas “em parte” porque a Alemanha perdeu a guerra, em 1945. O destino dos judeus, dos ciganos e dos indesejáveis estava definitivamente traçado, não somente dos judeus-alemães como de todos os judeus e dos indesejáveis dos países ocupados pelos nazis.

1.3 Contextualização da Itália Fascista a literatura testemunhal de Primo Levi

O Estado Nazista teve na sua formação, no seu apogeu e decadência, um “Estado Amigo” como seu fiel aliado, a Itália do *Duce* (líder em italiano) Benito Mussolini. Temos que fazer um parêntese sobre a Itália Fascista para compreender melhor a literatura testemunhal do judeu-italiano Primo Levi, capturado pelas milícias fascistas em dezembro de 1943. Ingenuamente Levi, ao ser capturado, considerou ser mais razoável declarar a sua condição de “cidadão italiano de raça judaica” ao invés de ser um integrante “partigiani” do grupo Giustizia e Libertà.

O fascismo italiano teve seu surgimento, intimamente ligado ao final da I Guerra Mundial (1914-1918), apesar de a Itália ter saído vitoriosa do conflito armado contra os impérios centrais (Império Alemão e Austro-Húngaro). O fato, porém, foi considerado por parte significativa da população (amplas camadas burguesas, ex-oficiais e homens que se empenharam para que a monarquia italiana entrasse no conflito) como uma *vitória mutilada*, gerando ataques ao governo pela incapacidade de atacar os países aliados.

Muitos esperavam recuperar as províncias irredentas, especialmente a Dalmácia, e inclusive as colônias alemãs da África.

Em toda a guerra, mesmo para os países vitoriosos, os prejuízos foram imensos, tanto econômicos, políticos e sociais. Com a Itália, isso não foi diferente. De acordo com Trento (1986), o déficit estatal provocou inflação, agravada pela dívida externa contraída com os Estados Unidos durante a guerra. A crise econômica também se acentuou a partir de 1921, com a cisão entre um Norte industrial e um Sul agrícola e atrasado. Além disso, a guerra proporcionou aos soldados a oportunidade de conhecerem outros populares fardados, percebendo o mundo, não mais como uma aldeia, mas como um espaço geográfico múltiplo de regiões, de culturas e de línguas.

Um mundo de possibilidades, de direitos, produzindo uma reviravolta de valores e de mentalidades. Estiveram em trincheiras, colocando suas vidas em risco e, quando voltaram, tudo retornou à mesma maneira que deixaram: um mundo sem perspectivas.

(Os camponeses) encontravam a mesma miséria que tinham deixado, campos mais mal trabalhados e estrebarias mais vazias, e, para os brilhantes oficiais de reserva, a perspectiva (...) de um miserável ordenado em moeda inflacionada não era seguramente das mais animadoras. Era por isso que se combatera? Por isso 600 000 italianos imolaram suas vidas? (PROCACCI apud TRENTO, 1986: 6)

A classe operária reclamava das condições de trabalho e de salários, todavia a Revolução Russa de 1917 instigava a buscarem mais voz nas fábricas. As classes médias sofreram também enormemente com a crise econômica. Havia um consenso entre as classes sociais atingidas (camponeses, operários, pequenos proprietários rurais, funcionários públicos) que a inflação e os altos impostos corroíam suas rendas, levando-as a um desemprego crescente. A grande burguesia comercial, industrial e financeira foi a única que lucrou com o conflito por meio de especulações, contribuindo para uma reação de confronto das classes menos favorecidas.

Esta reação veio com uma onda de greves crescente, tanto na indústria como na agricultura (assalariada, da propriedade camponesa e a parceria); em torno de um milhão e duzentos de grevistas na indústria e um milhão na agricultura, em 1920. Com toda esta convulsão social, como a fragilidade do governo e um Parlamento formado por várias tendências políticas (socialistas, liberais, católicos), estava aberto o caminho para Benito Mussolini.

Mussolini era um jornalista. Após a “*Grande Guerra*” (denominação mais conhecida da I Guerra Mundial), concentrava os seus artigos principalmente no jornal *O*

Popolo d'Italia. Personagem importante do Partido Socialista oficial, do qual havia sido expulso, fundou o Partido Fascista Italiano, em Milão, e formou os squadres, a milícia armada conhecida como os “camisas negras”.

Mussolini e seus adeptos escolheram um símbolo da história romana – *fascio* – para emblema do partido político. O *fascio* era uma “insígnia e instrumento de punição dos litores romanos, composto de um feixe de varas e um machado. O feixe de varas representava a força, onde os culpados eram açoitados. O machado, símbolo da justiça onde decapitavam-se os culpados.” (NADAI & NEVES, 1993: 227)

Convencionou-se denominar de fascismo todos os movimentos e os regimes políticos ditatoriais e reacionários que se alastraram, sobretudo no período entre guerras, destacando-se o fascismo, propriamente dito, na Itália, e o nazismo na Alemanha. *A priori*, segundo MacGregor-Hastie (1977), Mussolini teve dificuldades para explicar o que eram os *fasci di combattimento* e qual o seu objetivo final. No entanto, aos poucos, os italianos foram assimilando. Sua atuação

Nos *fasci di combattimento* agrupavam-se os italianos mais diversos, leais à pátria e decididos a lutar contra os que negavam ou ameaçavam a sua unidade de poder. Os *fasci di combattimento* propunham-se pelear pela reivindicação da vitória contra os imperialistas estrangeiros que queriam sufocar os direitos da Itália, contra a desordem que arruinava internamente a pátria, procurando sempre o bem estar de todo o povo num regime de justiça social. (MACGREGOR-HASTIE, 1977: 70)

Durante os anos de 1919-1921, segundo MacGregor-Hastie (1977), Mussolini declarou várias vezes não querer cometer os mesmos erros de outros partidos políticos, de se constituírem legendas rígidas. Acreditava preferível ser um grupo de pressão representante dos interesses legítimos do país. O quadro econômico, o colapso social e político facilitara suas pretensões nas eleições de 1921, com a ação dos squadres respaldados pelas elites. Isso deu a legenda do *Duce* o maior número de representantes no Parlamento.

Os fascistas, apesar do discurso de não ser um partido rígido, tinha um programa nacionalista, antiliberal, anticlerical e antidemocrático, contando com o apoio de vários grupos: revolucionários, republicanos, anarquistas, estudantes e um apoio incontestado da pequena burguesia. Com a atuação da violência extremada dos camisas negras já nos primeiros momentos da fundação do partido, Mussolini estava decidido a tomar o poder de assalto.

Em 1922, cinquenta mil squadres marcharam para Roma exigindo o poder. O rei Vittorio Emanuele III, acuado e temendo pelo seu trono, recusou-se a assinar um decreto preparado pelo chefe de governo, Facta, de proclamação de um estado de sítio. Além dos perigos da perda do trono, o monarca tinha dúvidas com relação à lealdade dos altos oficiais, temor de uma guerra civil, do fortalecimento das esquerdas e a consciência da simpatia pelo fascismo por parte da corte, do exército e dos industriais.

Após a Marcha sobre Roma, Mussolini foi chamado pelo Rei para organizar o seu gabinete governamental. Assim, aos poucos, foi destruindo toda e qualquer oposição, como a dos sindicatos abalados pela extrema violência, como também pelo número de greves. Toda a oposição foi sendo minada, como ocorreu com o seu maior opositor, o deputado socialista Giacomo Matteotti, que denunciava na tribuna do Parlamento a violência sistemática empregada pelos camisas negras sob a conivência do *Duce*. Acabou sendo raptado e assassinado pelas “forças ocultas”, leia-se, os camisas negras.

O poder foi se fechando, aos poucos, nas mãos de Mussolini, com a dissolução de todos os partidos políticos, exceto o Partido Fascista. Houve cassação e perseguição dos deputados opositoristas. Os trabalhadores foram totalmente controlados pelo Estado com a criação da *Carta del Lavoro*.

Sua ideia básica consistia em pôr termo à luta de classe unindo empregados e patrões num mesmo sindicato dividido em 22 seções, que abrangiam as ocupações diversas de seus membros. O governo era o fiador do sindicato, além de ser o juiz, o superintendente e o presidente sem eleição. (...) O chefe do governo era o “patrão”. (MACGREGOR-HASTIE, 1977: 155)

Os trinta artigos da *Carta del Lavoro* tentavam dar uma forma legal à questão trabalhista. Estabelecia o trabalho como dever e direito, proibindo os sindicatos, as greves e introduzindo o princípio da colaboração entre patrão e empregado, com a criação da Corporação na organização trabalhista. A imprensa, as reformas educacionais, os livros do segundo grau, principalmente os de italiano e História, os textos únicos e obrigatórios nos cursos primários foram colocados sob o controle fascista. Criou-se uma nova estruturação do Estado ampliando os poderes de Mussolini. Bottai, um dos teóricos do fascismo explicou que:

Agora os velhos conflitos desapareceram. A Nação é o Partido e o Partido é a Nação. As instituições do Partido são as da Nação e as da Nação pertencem ao Partido. Assim foi resolvido o antigo dilema da democracia – o que fazer com a Revolução depois que ela triunfasse. O Estado Corporativo Fascista é um fenômeno novo. O Partido e o anti-Partido, o velho tipo de Oposição, agora amalgamados, formam o super Partido. União é a palavra de ordem. Relewa lembrar que o super Partido

não é um partido único que suprimiu a oposição. Aqui não existe oposição. Pode haver desentendimentos em relação aos meios empregados, mas existe união e acordo quanto aos fins – uma Itália próspera e gloriosa. (BOTTAI apud MACGREGOR-HASTIE, 1977: 159)

A interpretação de Mussolini sobre a ideia do Estado Corporativo era acabar com os notórios “perigos nacionais”, que são uma sociedade dominada por classes, e ao elaborar uma nova organização social integrada, ele elimina os antagonismos entre a sociedade e o governo. O movimento fascista, era um “partido acima de partidos”, pois representava o interesse da nação como um todo, apoderando-se da máquina estatal e com isso, identificava-se com a mais alta autoridade nacional. Tentando fazer com que todos os caminhos fossem desobstruídos e abertos para a totalização do regime, faltava um acordo com a Igreja Católica, a única instituição que poderia vir a criar problemas para este intento. O conflito conhecido como a questão romana, segundo Trento (1986), opunha-se à criação de um Estado Pontifício, liquidado em 1870, durante o processo da unificação italiana.

O acordo veio por meio da assinatura do Tratado de São João de Latrão (conhecido como Tratado de Latrão), entre a Santa Sé e a Itália, em 1929, pelo qual a Igreja reconhecia o Estado italiano e via sancionada sua soberania no Estado do Vaticano, minúscula área ao lado da Basílica de São Pedro e outros pontos com relação a compensações financeiras. Estava lavrado, finalmente, a paz entre o Vaticano e o Estado de “Mussolini”. Acreditando ter resolvido os problemas domésticos, o líder fascista italiano, aventurou-se para os assuntos externos, tipicamente imperialistas. Aventura imperialista, emblemática com a guerra da Etiópia, em 1935, o envio de tropas para ajudar Francisco Franco na Guerra Civil Espanhola e a aproximação com a Alemanha, formando o Eixo Berlim-Roma (1936) favoreceu e contribuiu para a eclosão da Segunda Guerra Mundial. No entanto, aos poucos, todos estes envolvimento externos levaram à decadência do Estado Fascista.

No entanto, podemos constatar no Estado Fascista uma preocupação em tornar mais amena a sua estrutura totalitária de poder perante a sociedade italiana. A *Opera Nazionale Dopolavoro* (OND) era uma organização recreativa para os trabalhadores. Tinha o papel de propiciar aos trabalhadores competições esportivas, passeios fora da cidade e turismo nos finais de semana, tendo como vantagens preços reduzidos nos trens e nos espetáculos. Vimos no Estado Nazista que a forma encontrada para a política de massas era a sua conquista com os discursos inflamados do Führer. No cinema e os

grandes desfiles militares. No Estado Fascista era a OND, uma forma de alcançar os operários e, principalmente, os jovens trabalhadores que descobriram o esporte em massa.

Segundo Trento (1986), a doutrina fascista conseguiu um elevado consenso entre as classes ligadas ao grande capital industrial e financeiro em decorrência das vantagens que obtiveram com o barateamento da mão de obra, a eliminação das organizações sindicais nas fábricas e das esquerdas em geral. Igualmente foi a identificação com o regime dos proprietários agrários, favorecidos pela política de autarquia cerealífera, como também os setores mais modernos, pelo saneamento financeiro.

O sucesso em termos de massa, de acordo com Trento (1986), foi conquistado junto às classes médias, que se identificaram com os valores pequeno-burgueses, recuperando o status social e o nível de renda, expandindo-se numericamente e conquistando maiores oportunidades dentro da burocracia estatal e do partido. Porém, onde o fascismo teve menor consenso e influência ideológica foi junto às massas rurais, decepcionadas por verem seus sonhos de se tornarem proprietárias ruírem, e com proletariado urbano, que viu seus salários reais sofrerem uma queda de 20% entre 1921 e 1939. Pode-se dizer que as camadas populares revelaram-se mais fracas no apoio ao fascismo, mas não manifestadamente antifascistas.

O primeiro jornal antifascista clandestino apareceu em meados da década de 1920 – *Non Mollare* (que significa: Não abrir a mão). Ele tinha uma visão clara de que o fascismo não seria um fenômeno de curta duração, muito pelo contrário. E toda a sua luta requeria uma difusão constante. O espírito antifascista, na Itália, revelou-se muito pequeno, porém continuou agindo sem nunca desanimar.

A partir daquele ano foram inúmeras as perseguições fascistas que levaram em torno de dez mil militantes, intelectuais e políticos a buscarem o caminho do exílio. Como já citado, nem todos os antifascistas optaram pela luta política. Muitos limitaram-se (socialistas, liberais e católicos) somente a atividades culturais, na maioria permitidas pelo Estado Fascista, mas que atingiam somente um pequeno grupo e não representava qualquer oposição de alcance.

Os partidos socialistas - Partido Socialista Italiano (PSI) e Partido Socialista Reformista Italiano – e CGL (Confederazione Generale del Lavoro), surgidos respectivamente em 1892 e em 1922, reunificaram-se em 1930. Os republicanos, os democratas e os liberais se organizaram somente no exterior, ou melhor, na França, e refundaram a CGL. Como analisa Trento (1986), a CGL chegou a ter de 1912 a 1920,

respectivamente, trinta e cinco mil a dois milhões e trezentos mil filiados, porém foi dissolvida em 1927, na Itália, pela total impossibilidade de operar.

A diminuição de credibilidade em Mussolini devido ao racionamento de alimentos dentro da Itália e à escassez normal dentro de uma guerra, de vários produtos não melhorava o moral, principalmente da população urbana, apesar de o governo contar com a confiança incondicional da classe camponesa. No caos ocasionado pela guerra, pela economia e pelos boatos de um confronto declarado com a maior nação capitalista (EUA), viu-se uma diminuição da popularidade junto à maioria da sociedade italiana.

No entanto, a diminuição da confiança não significava oposição. Segundo MacGregor-Hastie (1977), isso só aconteceu quando os velhos líderes da oposição - liberal, católica, comunista e socialista -, que haviam permanecido na Itália em vez de fugir para Paris, e uma nova geração de intelectuais compreenderam que as massas estavam descontentes. Era hora de agir. O Partido Comunista era o que estava mais preparado, pois fora reorganizado clandestinamente com o auxílio de dinheiro de Moscou. Ele manteve a fé incondicional na vitória do proletariado.

A certeza de que os “elementos capitalistas” tanto nos países aliados (com exceção naturalmente da União Soviética) quanto no Eixo se destruiriam mutuamente dava-lhes uma arrogância toda especial e seus líderes sempre se comportavam como se fossem os “poucos eleitos. O partido Comunista levava grande vantagem por não possuir traidores, o que reforçar seu prestígio externo e por possuir um mártir na pessoa de Antônio Gramsci, que morrera numa prisão fascista depois de dez anos passados quase todos numa solitária. (MACGREGOR-HASTIE, 1977: 272)

O rival mais influente do Partido Comunista era o Partido Democrata Cristão, que havia sido secretamente reorganizado, oriundo do antigo Partido Popular. Na sua composição contava, em sua maioria, com leigos, pois muitos padres eram favoráveis ao fascismo. Tanto o Partido Comunista como o Partido Democrata Cristão eram conhecidos internacionalmente.

O Partido Socialista, em 1942, não estava bem organizado como o Partido Comunista nem como os democratas cristãos. No entanto, possuía tradição e tinha suas raízes na classe operária, especialmente na zona noroeste da Itália. O quarto partido da velha oposição era formado pelos liberais. De acordo com MacGregor-Hastie (1977), o Partido Liberal não tinha organização, nem apoio de massa, nem era respeitado, porém tinha um grupo enorme de líderes com experiência política adquirida no passado remoto, antes da era do fascismo - Solari, Casati, Einaudi - e tinham Benedetto Croce, que

continuava dirigindo a revista *La Critica* e dizia o que bem entendia sobre o Estado Fascista. Esses liberais tinham muito acesso ao rei.

Uma nova oposição surgiu por uma nova geração de jovens, que desconfiavam dos socialistas, dos liberais e dos democratas cristãos porque, segundo eles, tinham os olhos para o passado. Essa nova organização era chamada de Partido de Ação. Era uma confusão ideológica, de acordo com MacGregor-Hastie, pois existiam elementos dos mais variados: fabianismo (agremiação socialista que se opunha à luta de classes), leninismo, até neonazismo. Era formado também pelos filhos, sobrinhos e partidários mais jovens dos fundadores da *Giustizia e Libertà*.

O movimento de *Giustizia e Libertà* (GL) foi fundado em 1929 por dois jovens, Carlos Rosseli e Emilio Lussu. A GL, segundo Trento (1986) visava construir uma sociedade que garantisse o respeito das liberdades políticas, promovendo também uma profunda justiça social. Como citado anteriormente, a legenda era formada de uma diversidade de experiências políticas na área leiga unidas na luta contra o fascismo tanto no exterior como na Itália, por meio da criação de núcleos em diferentes cidades. Núcleos que efetivamente surgiram em alguns centros urbanos do Norte, em Florença e em Roma. A propaganda interna contra o fascismo e a conscientização levou a episódios espetaculares, como o voo sobre Milão, em julho de 1930, que lançou panfletos antifascistas.

Todos estes grupos da resistência italiana receberam o nome de *partigiani* (um movimento de resistência que não pertencia a um exército regular) e se fortaleceram a partir de 1943.

A princípio eram poucos – talvez 80.000 – e fugiam, à caçada para trabalhos forçados, animados pelos feitos solene durante aqueles quatro dias em Nápoles. Após dezoito meses, no entanto, o número haveria de aumentar, atingindo a apreciável cifra de 200.000 – os *partigiani* da Itália -, e os Aliados, reconhecendo o valor de sua capacidade, lançaram, para eles, de paraquedas, 6.500 toneladas de suprimentos. (COLLIER, 1971: 361)

Para encobrir sua identidade, de acordo com Collier (1971), usavam codinomes como “Anibal”, “Coração de Leão”, “Tempestade” e “Jaguar”. Usavam uma gíria própria como “um lenço”, que significava um prisioneiro fascista, e dar a um prisioneiro “passaporte para a Suíça”, que era liquidá-lo numa noite escura com uma punhalada ou uma saraivada de balas. Milhares de camisas negras passaram para o lado dos rebeldes. A senha “o caminho para a montanha é o caminho que conduz à glória” era passada de aldeia em aldeia, nas fábricas e nas fazendas na luta por uma nova Itália.

Primo Levi percebeu o caos e a atuação dos fascistas, por isso aderiu e participou dos movimentos revolucionários. Em sua luta por uma nova Itália foi capturado em dezembro de 1943 pelas milícias fascistas, quando tinha 24 anos, por participar da brigada de partigiani, filiada ao grupo Giustizia e Libertà. Levi considerou não ter sido fácil para ele escolher a via das montanhas para pôr de pé a luta antifascista, pois faltavam-lhes de tudo para a luta. Contatos, armas, dinheiro e a experiência para os conseguir.

Faltava para a luta contra o fascismo homens experientes, porém só contavam com “um dilúvio de pessoas desqualificadas, de boa e de má fé, que chegavam até lá acima vindas das planícies à procura de uma organização inexistente, de quadros, de armas, ou apenas de proteção, de um esconderijo, de uma fogueira, de um par de sapatos.” (LEVI, 2001: 11). Ao ser capturado, achou mais conveniente declarar-se na condição de cidadão italiano de raça judaica, pois achava que seria difícil justificar sua presença em um lugar isolado. Se admitisse sua condição como um rebelde partigiani sofreria torturas e morte certa. Percebeu, mais tarde, ter caído em uma armadilha, na armadilha dos nazistas.

A luta antifascista que havia ressurgido no início de 1943, na qual Levi atuava, continuou com vários partidos políticos; uma onda de greves operárias, sendo que as maiores se deram em Turim, cidade de Levi, praticamente paralisaram a economia da nação, contribuindo duramente para o declínio do culto ao *Duce*. Em setembro deste ano, após a deposição do *Duce*, a Itália dividiu-se em dois territórios. As cidades do Norte e do Centro caíram sob o domínio dos nazifascistas, com a formação da República Social Italiana, sob o comando de Mussolini, reposto no comando graças à ação direta da Alemanha já as cidades do Sul deram continuidade à monarquia da Casa de Savoia, sob o reinado de Vittorio Emmanuelle III.

A República Social Italiana, mais conhecida como República de Salò, era o governo de Mussolini, considerado fantoche dos alemães, em que foi colocada em prática toda a feroz política antisemita nazista. Levi foi encaminhado ao Campo de Fóssoli, em Capri (Módona). Ao chegar ao local em finais de janeiro de 1944, eram somente 150 italianos, mas em poucas semanas eles já somavam mais de 600.

Precisamos avaliar se havia uma postura por parte da sociedade italiana de discriminação em relação aos judeus. A comunidade judaica italiana, “considerada uma das mais antigas do mundo, fora o incontável número de professores e generais, já havia contribuído com dois primeiros-ministros e um ministro da guerra.” (SZPILMANN, 2012: 238). Quando Hitler chegou ao poder arrasando com a vida dos judeus-alemães e, posteriormente, de uma parcela considerável dos judeus-europeus, Mussolini posicionou-

se como protetor dos judeus e chegou a falar que, aos seus olhos, não existia diferença entre judeus e cristãos italianos e declarava que um político jamais deveria atacar: a moda feminina e as crenças religiosas de um homem.

Não havia no país tradições antissemitas e a população judaica, pouco numerosa, era bastante integrada, inclusive dentro do Partido Nacional Fascista (PNF). No entanto, nasceu um movimento antissemita, em 1937, que Mussolini relutava em apoiar. A vassalagem de Mussolini a Hitler, porém, se confirmou com a mudança de sua posição com relação aos judeus, após uma visita de Hitler à Itália, em 1938. Até então, Mussolini tinha sido o líder que:

havia dado acolhida mais calorosa aos fugitivos judeus. E fizera ainda mais que enviar aquela sensata advertência a Hitler, nos primeiros dias de ascensão ao poder. Judeus oprimidos da Polônia, da Hungria, sobretudo da Alemanha, encontravam lugar nas universidades italianas por metade das mensalidades usuais e, mesmo, gratuitamente. Ao condenar as medidas de Hitler, tachando-as de “estúpidas, bárbaras e indignas de uma nação europeia”. (COLLIER, 1971: 188)

Em julho daquele ano, suscitou-se uma agressividade entre os italianos com uma publicação, segundo Trento (1986), de um manifesto de *cientistas* que passaram a defender a pureza da raça ariana da população e em agosto foi criada a Revista *La difesa della razza*. Entre os meses de setembro a novembro foram estabelecidas as leis antissemitas, com a proibição dos casamentos mistos, da ocupação de cargos na magistratura, no exército ou nas escolas públicas por judeus.

As escolas foram fechadas, de acordo com Collier (1971), aos judeus nascidos no exterior, que também não podiam fixar moradia na Itália, nem podiam abrir novas lojas, nem manter alguma com mais de cem empregados. No entanto, estas leis eram mais ameaçadoras do que repressivas, graças à sociedade italiana, em sua maioria não antissemita. Mesmo Mussolini isentou três mil e quinhentos judeus das disposições das leis pelos serviços prestados ao fascismo e/ou pela lealdade ao Partido.

Essas medidas levaram a um enorme descontentamento por parte dos jovens, pois desde 1937 haviam se manifestando com uma aversão ao conformismo e à burocratização do regime, criando um fascismo de esquerda, próximo a um antifascismo. E toda esta tendência inconformista foi importante a partir de 1940 para a formação da resistência.

Esta propaganda biológica de Mussolini não enganava a sociedade italiana. Era percebida claramente como um agrado a Hitler. Manifestações contrárias vieram do Vaticano, do Papa Pio XI, que declarou: “Espiritualmente somos todos judeus – a um grupo de peregrinos; e, na página de prova de um artigo do jornal do Vaticano,

L'Osservatore Romano, escreveu atacando o fascismo qual um mestre que estivesse aprovando o que fora escrito: - Todos. ” (COLLIER, 1971: 189)

O Rei Vittorio III, “adverteu Mussolini: - Presidente, a raça judaica é como uma caixa de marimbondos. Não meta a mão nela. ” (COLLIER, 1971: 189). Havia uma insatisfação até mesmo pelos próprios fascistas, como o seu amigo Giuseppe Bottai, um dos fundadores do PNF e da formação dos camisas negras, com relação à aliança do Primeiro Ministro com Hitler, em especial, devido à questão judaica.

Mussolini condenou os judeus italianos, se não a uma perseguição ativa, pelo menos à discriminação. Na Itália fascista não existiram câmaras de gás nem campos de assassinatos em massa. De fato, foi a própria Itália fascista que sofreu com suas leis raciais empobrecendo suas universidades (para rancor de Bottai) e perdendo os físicos: Fermi, Rossi, Racad, Pincherle, Pontecorvo e Debenedetti; o cirurgião Donati; os matemáticos Volterra, Levi-Cibita, Enriquez, Castelnuovo, Fubini, Fano, e os fisiólogos Ascolo e Herlitska. (MACGREGOR-HASTIE, 1977: 232)

Apesar de toda esta discriminação, os judeus tiveram uma parcial segurança na primeira metade da II Guerra Mundial, o que mudou consideravelmente a partir de 1943 com a Itália dividida. Com a destituição de Mussolini; o partido fascista foi dissolvido, revogaram-se as leis que previam para os judeus o trabalho obrigatório e os campos de internação. Os prisioneiros judeus foram libertos, porém as leis raciais não foram revogadas nem pelo Rei. No entanto, após o armistício de 8 de setembro daquele ano, o primeiro ministro Badoglio cedeu às pressões dos aliados e, para os judeus refugiados do Sul, terminaram as perseguições e as leis raciais foram revogadas.

Não obstante, nas cidades do Norte e do Centro governadas pelo governo fantoche de Mussolini da República Social Italiana sob o controle militar dos nazistas, a situação dos judeus se agravava. Nestas regiões, os nazistas impuseram a *Solução Final* e implantaram os campos de confinamento. Himmler ordenou que todos os judeus fossem reunidos e enviados para a Alemanha, independentemente de sexo e idade.

Segundo Szpilman (2012), dos 40 mil judeus que permaneceram na Itália, 7,5 mil foram exterminados. O número não foi maior porque os italianos não compactuavam com tal política e arriscaram suas vidas para livrar os judeus das feras nazistas. Muitos receberam o título de “Justo entre as Nações”, instituído pelo Memorial do Holocausto, em Berlim, um reconhecimento a todos os não judeus que salvaram judeus do extermínio nazista.

No período da dominação nazista, o chefe da Gestapo em Roma resolveu chantagear a comunidade judaica e exigiu 50 quilos de ouro. Himmler descobriu e enviou 44 especialistas da SS para fazerem uma execução de todos os judeus de Roma.

O embaixador alemão de Roma (...) avisou o Papa Pio XII que ordenou ao clero que escondesse os judeus. O Vaticano abrigou 477 judeus, e os conventos, paróquias e mosteiros deram refúgio para 4.238 judeus. As batidas policiais da SS conseguiram, mesmo assim, capturar 1.127 judeus italianos, que foram deportados para o campo de extermínio de Auschwitz-Birkenau. Somente 16 sobreviveram. Batidas em outras cidades italianas foram também frustradas pela ação dos italianos. (SZPILMAN, 2012: 239)

O destino dos judeus na região norte italiana, sob o comando nazista foi o inevitável e definitivo envio para os *Lager*, particularmente para Auschwitz. Campos de trabalho para alguns e de extermínio logo na chegada, para a maioria. Fóssoli onde Levi estava internado, recebera famílias judias que para lá foram por imprudência ou por delação.

Segundo relatos de Levi, o Campo era supervisionado pelos fascistas, mas a entrada de um pequeno grupo de SS causou pânico. Foi realizada a contagem dos confinados e a todos foi dada a comunicação de que seriam deportados no dia 21 de fevereiro de 1944. Caso houvesse uma fuga ou alguém faltasse à chamada, dez seriam fuzilados no lugar de quem estivesse ausente.

A grande maioria tinha consciência do que lhes esperava. Somente alguns “ingênuos e iludidos”, segundo Levi (2001), acreditavam que, por um milagre, o destino seria outro. Era hora para os condenados à morte fazer uma reflexão sem medo, sem remorso, sem dor e sem raiva. No entanto, o carrasco não veio para fazer o ritual, porque afinal eram muitos os condenados. Levi se perguntou: refletir sobre o quê? remorso de quê? condenados, por quê? perdoados de quê? Ao cair da noite, era chegada a hora das mães alimentarem seus filhos, afagá-los e colocá-los para dormir, pois se amanhã vamos todos morrer, temos que fazer tudo o que é para ser feito hoje.

Com a mais absoluta precisão, característica germânica, todas as “peças” foram contadas e estavam em ordem. As “peças” foram colocadas nos vagões e sentiram as primeiras pancadas. “O facto foi tão novo e insensato que não sentimos dor, nem no corpo nem na alma. Só um profundo espanto: como se pode bater num homem, sem raiva?” (LEVI, 2001: 15)

Eram colocados nos trens, numa viagem sem volta. Aquela viagem na qual já ouviram falar e estava envolto em muito mistério, dúvida, incertezas e certezas. Eram

trens de “mercadorias”, lacrados por fora, que estacionavam de estação em estação. Mercadorias sufocadas lá dentro, homens, mulheres, idosos e crianças. Sofrendo todo o tipo de privações, vagões pequenos, apinhados de gente, sem as mínimas condições de higiene, não havia um nada para as necessidades fisiológicas. As mulheres acanhadas sofriam ao se expor de uma forma tão vil ao fazer suas necessidades em público.

Sofreram fome, frio, fadiga e insônia, pois foram quatro dias de viagem, amontoados uns sobre os outros. O frio era insuportável, a neve estava alta. De repente, o trem diminuiu a velocidade e as portas se abriram, pois, o comboio chegara a Auschwitz. Era 26 de fevereiro de 1944. Levi considerou a entrada no inferno, do qual muitas vezes acreditou que não escaparia vivo, um fato que creditava, posteriormente, a uma série de acasos que lhe foram benéficos.

Ele, porém, não foi o único a suportar todos esses tormentos e, ainda assim, sobreviver para relatá-los. Outros prisioneiros dos nazistas também escaparam por pouco de mortes horrendas e decidiram testemunhar a inglória experiência pela qual passaram. A chegada ao campo de concentração revela outros relatos. Além dos de Levi, há os de Elie Wiesel feitos no livro *A Noite* (2001), em que conta que foi feito prisioneiro aos quatorze anos e deportado, em 1944, para Auschwitz. Profundamente religioso, deparou-se com uma dura realidade, o campo nazista mais temido. Sua mãe e sua irmã foram encaminhadas imediatamente para as câmaras de gás. Juntamente com seu pai, ele conseguiu sobreviver. Num primeiro momento, mas seu pai foi exterminado pouco tempo antes da libertação do *Lager*.

Ruth Klüger, nascida em Viena (Áustria), de família judia, viveu, como ela mesma relata em *Paisagens da Memória* (2005), no “olho do furacão”. Em 1942, foi deportada juntamente com sua mãe para o campo de Theresienstadt, antiga Tchecoslováquia. Era “o curral anexo do matadouro”, visto que este era um campo-gueto, que servia de propaganda dos alemães para o mundo civilizado, maquiando a realidade para esta finalidade. Depois de uma estadia, toda a sua população foi encaminhada para o campo mais temido, Auschwitz-Birkenau. Ruth, com apenas doze anos, e sua mãe foram deportadas para o campo de extermínio em 1944 e depois encaminhadas para outros campos de trabalho.

Todos tiveram a mesma surpresa ao ler na placa de entrada do campo de extermínio o lema “O Trabalho Liberta”. Os três viveram o mesmo pânico na chegada ao local, onde eram retirados aos gritos, na calada da noite, sendo chicoteados, os cachorros latindo e até mordendo alguns ainda mais desafortunados e as famílias separadas.

“Homens à esquerda! Mulheres à direita! ”, quatro palavras simples e breves ditas sem nenhuma emoção.

A força bruta das palavras gritadas com irritação, o sadismo que fazia guardas imporem toda sorte de torturas aos prisioneiros, a desorientação de não se saber onde está e perder a noção do tempo. Gritos e ordens dos quais não sabiam o significado. Estavam na verdadeira Torre de Babel. Somente o que entendiam eram as pancadas e um ódio estampado nos rostos de pedra dos SS. Não havia mais saudade de casa, a hora, naquele instante, era para tentar sobreviver. Mas sobreviver de quê? e para quê?

Essa mistura infernal de vozes incompreensíveis e inteligíveis, de mães agarradas aos filhos para protegê-los, de famílias inteiras separadas, fazia dos prisioneiros judeus vítimas indefesas que, em sua maioria, conheceriam um fim trágico muito brevemente. Muitos que conseguiram sobreviver ao caos mencionam uma de suas lembranças mais difíceis daquele momento, o cheiro de Auschwitz: “O cheiro do anjo da morte” (Wiesel, 2001: 59). “O ar não era puro, cheirava como nenhuma outra coisa no mundo” (KLÜGER, 2005: 102). Além disso, a sede insuportável, pois não havia água potável e sim um líquido morno e adocicado que cheirava pântano, segundo Levi. Era proibido beber água, visto que estava contaminada e qualquer tentativa de ingeri-la significava a eliminação. Klüger destaca que ainda hoje sente arrepios quando vê caminhões de carga e não entende como o pão pode custar tão barato, pois sua mãe, quando estava no campo, trocou um anel de brilhantes por um pedaço do alimento.

Levi destacou que ao chegarem em Auschwitz eram mais de 600 pessoas. Sobraram somente noventa e seis homens e vinte e nove mulheres. Todos os outros, principalmente velhos e crianças, desapareceram como numa fumaça, sem despedidas, sem afagos e sem destino. Nenhum corpo para ser velado. Este foi o fim traçado para os judeus-italianos e os indesejáveis pelos nazistas.

O antissemitismo moderno que teve sua gênese no século XIX e chegou a sua concretização em uma sociedade economicamente estável e um desenvolvimento cultural e intelectual preponderante, em especial, como a Escola de Frankfurt com “cérebros” especiais como Adorno, Horkheimer, Habermas, Benjamin e Marcuse. Toda esta gama de pensadores, muitos deles, judeus, se tornaram vítimas de um Estado Totalitário, que se alvorou de poderes infinitos pertencentes a uma raça superior, raça “ariana” levando o mundo a conhecer um “universo tecnológico” devastador, que foram as “fábricas de morte”, promovendo um extermínio de milhões de seres humanos “inferiores, a “jazer no fundo”, parafraseando Primo Levi.

Para entendermos a narrativa literária/testemunhal/memorialística de Levi, nos cercaremos do seu discurso empreendido na sua experiência traumática, em Auschwitz, a partir de fevereiro de 1944, do seu retorno a Itália (Turim), após a libertação do *Lager*, em 27 de janeiro de 1945, pelos russos. E a reflexão de toda a sua experiência concentracionária, quarenta anos depois.

Vamos nos centrar em alguns conceitos da análise de discurso francesa (AD) em alguns teóricos como: Michel Foucault, Dominique Maingueneau e Eni Orlandi. Nos situando em alguns conceitos da AD, como: a posição do sujeito, a relevância do enunciado, a cena de enunciação e o contexto obra, paratopia e autoria, a opacidade do discurso e dito e o não dito. Esses conceitos podem vir a contribuir nas grandes forças da análise de discurso, segundo Michel Foucault, que são a inscrição radicalmente histórica das “coisas ditas”, a condição inapelável do discurso como prática, a materialidade dos enunciados e a luta travada na e pela constituição dos sujeitos – sujeitos de determinadas verdades ou discursos.

Conceitos para enfatizar a relevância de Levi, como testemunha da ignomínia da Shoah e o não apagamento dos seus rastros “permitidos” pelo trauma vivido das vítimas, pelo distanciamento temporal do evento e pela verdade conveniente dos que colaboraram com os nazistas, nos cercaremos de alguns conceitos, - memória, testemunho e testemunha, vivência e esquecimento, tendo as três obras de Levi analisadas, *Se Isto É Um Homem*, *A Trégua* e *Os afogados e os sobreviventes* como eixo orientador e de alguns teóricos como Paul Ricoeur, Hans-Georg Gadamer, Márcio Seligmann-Silva e Henri Bergson para enriquecer nossa análise teórica.

II - OS MATIZES DO UNIVERSO LITERÁRIO E TESTEMUNHAL DE LEVI

As obras do judeu-italiano Primo Levi: *Se Isto É Um Homem* (2001), em 1947, *A Trégua* (2004), de 1962, e *Os afogados e sobreviventes* (1990), escrita em 1986, trazem narrativas testemunhais desde a sua luta contra os milicianos fascistas que o levou ao aprisionamento pelos nazifascistas em dezembro de 1943 e o seu envio pelos alemães, juntamente com seiscentos e cinquenta italianos para o *Lager* de Auschwitz, e todo o período em que se tornou um Häftling⁵ a partir de fevereiro de 1944. O retorno para a sua terra natal, Itália, levou muitos meses, em grande parte pelo território soviético, onde ocorreram muitos sobressaltos, como também a conquista de amizades. Mais de quarenta anos depois, no entanto, Levi faz um “retorno” a Auschwitz e vem à tona muitas perguntas em busca de respostas, muitas dele próprio e de outros sobre a barbárie ocorrida durante o período nazista com relação a milhões de judeus e outros indesejáveis (homossexuais, deficientes físicos e mentais, comunistas, eslavos, testemunhas de Jeová).

A narrativa de Levi envolve-nos em seu universo, nos levando para dentro de um lugar (Auschwitz), um território indizível, inaceitável e inacreditável e abominável. Universo este envolvido em uma “zona cinzenta” onde os maus tratos, a dificuldade da linguagem, as pancadas, as regras indescritíveis e a morte ladeavam os vivos. Os vivos eram minorias, em situação de quase extinção, pois “os outros”, os desconhecidos, os amigos, os pais, as mães, as crianças, na sua quase totalidade, já haviam sido gaseados e servido de “lenha” para os fornos crematórios. A morte estava sempre à espreita.

Toda esta “zona cinzenta” fazia parte de uma Política do Estado Alemão, sob o comando de seu Führer, Adolf Hitler. Auschwitz e todos os outros *Lager* implantados em vários territórios da Europa serviram a uma determinação única, a partir de 1942, com a Conferência de Wannsee, a qual foi estabelecida a “Solução Final”, pois era vital, para os nazistas varrerem a Europa de todos os vestígios judeus.

Para nos imbuir da narrativa de Levi iremos nos situar nos mecanismos de controle do Estado Nazista e, posteriormente na análise dos enunciados do discurso como – formação discursiva, cena de enunciação, o papel do autor e a escrita de si e, posteriormente a relevância da memória e do testemunho/testemunha.

A priori, faremos um breve histórico sobre a contribuição para a Literatura e outras áreas de conhecimento da Análise de Discurso (AD). Os formalistas russos, no início do

⁵ Häftling, significa prisioneiro, em alemão.

século XX, propunham o estudo da estrutura do texto “em si mesmo e por si mesmo” e excluía de seu entendimento o estudo a exterioridade, observando apenas o que estava presente no próprio texto. A análise do texto, porém encontra a possibilidade que viria a ser denominado, posteriormente, de discurso. Na década de 1950, vai ressurgir a preocupação de que os enunciados (discursos) não se direcionam somente ao estudo da frase em si, acabando com a análise do texto meramente conteudista.

Segundo Santos (2013), foram os estudos do filósofo Michel Pêcheux, nos finais da década de 1960, forneceram uma base teórico-metodológica para o desenvolvimento da AD. A Análise de Discurso passou a considerar “o modo de funcionamento linguístico-textual dos discursos, as diferentes modalidades do exercício da língua num determinado contexto histórico-social de produção” (BRANDÃO apud SANTOS, 2013: 211). Também tenta abrir um amplo campo para outros conceitos da língua e traz o sujeito para o centro do novo cenário, que havia sido excluído dos estudos de linguagem ao longo do percurso do estruturalismo.

A Análise de Discurso, segundo Soares et al. (2013), tem como proposta considerar como essencial a relação da linguagem com a exterioridade. Como exterioridade podemos considerar as condições de produção: o falante, o ouvinte, o contexto da comunicação e o contexto sócio histórico. Maingueneau destacou, de acordo com Soares et al. (2013), os sujeitos enunciadore, seus presumíveis destinatários e os gêneros de discursos utilizados formam um todo inseparável, imerso em instituições das mais variadas ordens, constituindo o tom ideológico dos discursos.

2.1 O discurso e seus mecanismos de controle

O discurso está na ordem das leis, de acordo com Foucault (2014) e há muito tempo se cuida de sua aparição e lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma; e que, se lhe ocorrer algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém. Toda a produção de discurso, em determinadas instâncias, pode ao mesmo tempo ser controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que tem a função de incitar seus poderes e perigos e “dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. (FOUCAULT, 2014: 9)

A esses mecanismos de controle, Foucault (2014) caracteriza como procedimentos de exclusão; as variadas formas pelas quais os sujeitos são limitados de produzir e de circular os seus discursos. Os mecanismos de exclusão incidem de forma exterior ao

discurso e estão na sociedade, atuando na esfera social de uma forma coercitiva, tolhendo o direito de dizer e o poder de dizer. A interdição aparenta ser o elemento mais recorrente, pois é algo que não se tem o direito de dizer tudo, como também não se pode falar de qualquer coisa.

O pensador identifica três tipos de interdições: o tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. Temos aí o jogo dos três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam formando uma grade complexa que não cessa de modificar. Considera

as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política (...). Por mais que o discurso seja aparentemente pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente sua ligação (...) com o poder – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2014: 9)

A região de interdição na narrativa de Levi é o da política e o direito exclusivo como o sujeito que fala. Este direito privilegiado por Levi, é reivindicado enquanto testemunho como Häftling de Auschwitz, pois foi alvo do discurso de poder do Estado Nazista: discurso político-antisemita que considerava os judeus uma raça inferior, um enorme perigo para a “raça ariana” e culpados pelos problemas econômicos enfrentados pela Alemanha pós término da “Grande Guerra”. Por isso deveriam ser separados, concentrados em campos de trabalho e finalmente, em sua maioria, exterminados.

Primo Levi, logo após a sua chegada a Auschwitz, com uma sede atroz, descobriu do lado de fora da janela, um belo pedaço de gelo ao alcance de sua mão. Ao pegar o pedaço de gelo foi surpreendido por um “matulão”⁶. O gelo foi arrancado bruscamente de sua mão pelo alemão. Ao seu gesto abrupto, questionou: _ Warum? (Por que? em alemão) _ Hier ist Kein Warum (aqui não há porquês). Levi considerou a resposta repugnante, porém entendeu que em Auschwitz tudo era proibido, não por razões obscuras, mas porque o campo foi criado para tal e se quiser viver e sobreviver nele, teria que perceber suas regras rapidamente. Foi aí percebido a interdição, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância.

O segundo princípio de exclusão: não mais o da interdição, mas uma separação e uma rejeição. Foucault, ao expor sobre este princípio, fez uma comparação manifestada pela autocensura, pois o seu discurso não pode circular como o dos outros, onde a sua

⁶ Matulão, na língua portuguesa, rapaz corpulento e de modos abrutados; rapagão – Infopédia - Dicionários Porto Editora.

palavra é considerada nula e não tendo importância, restando-lhe somente o silêncio. De acordo com Orlandi (1997), Pêcheux fundamenta que o discurso é o efeito de sentidos entre locutores e se manifesta nas relações dos sujeitos. Esta relação se torna visível por meio de algumas formas, por meio de interdições e de narrativas que se repetem continuamente. No entanto, nos deparamos também com um discurso que pode oferecer uma realidade significativa, que é o silêncio, *o não-dito*. O silêncio não é somente mero complemento da linguagem, pois tem uma significância própria.

Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É silêncio significante. (...) O silêncio é a garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio. O silêncio não é pois, em nossa perspectiva, o “tudo” da linguagem. Nem o ideal do lugar “outro”, como não é tampouco o abismo dos sentidos. Ele é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa. (...) O silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o *não-dito* e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar. (ORLANDI, 1997: 23) (grifo nosso)

Em *Se Isto É Um Homem* (2001), Levi relata sobre o espetáculo que foi promovido pelos alemães no “apagar das luzes” de Auschwitz, pois os russos estavam nas proximidades do *Lager* e o final da guerra era eminente. A espetacularização, perante todos os Häftling, diz respeito a sentença à força de um condenado que participou de uma revolta em Birkenau. Todos, segundo Levi, estavam perfilados e ouviram o grito do condenado: _ Kameraden, ich bin der Letzte! _ (Camaradas, eu sou o último), porém nenhuma voz se levantou, um murmúrio, um sinal de concordância e nada aconteceu.

Todos ficaram de pé, curvados e cinzentos, de cabeça baixa e só mudando a posição após o comando do alemão. E eles entenderam que estavam quebrados e que aquele homem devia ser duro, devia ser feito de outro metal, diferente de todos aqueles que assistiram a sua morte, pois os alemães não o conseguiram vergar.

Destruir o homem é difícil, quase tanto quanto criá-lo; não foi fácil, não foi rápido, mas os alemães conseguiram-no. Desfilamos dóceis, debaixo dos seus olhares: da nossa parte nada mais têm a reear: nem actos de revolta, nem palavras de desafio, nem sequer um olhar de condenação. (LEVI, 2001: 154)

De acordo com Orlandi (1997), para nosso contexto histórico-social, um homem em silêncio é um homem sem sentido. Então, o homem abre mão do risco da significação, da sua ameaça e se preenche: fala. No entanto, o silêncio é significante.

O silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo, de modo fugaz. Ele escorre por entre as tramas das falas. (ORLANDI, 1997: 34)

O silêncio de todos os Häftling, diante daquela barbárie foi significativo, pois demonstraram para os nazistas, que todos aqueles homens estavam definitivamente derrotados.

Outro procedimento de exclusão, que Foucault considera é a oposição do verdadeiro e do falso e que se for situada

no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situarmos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se. (FOUCAULT, 2014: 14)

Ocorre, porém, que a busca da vontade da verdade dentro do Estado Nazista é muito tênue, por estar apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, que tende a se sobrepôr sobre os outros discursos em uma espécie de pressão e como um poder de coerção. Exemplo dessa dinâmica é o filme da cineasta alemã Eni Riefenstahl, *O triunfo da vontade* (1936) alcançou um nível invejável de realização estética e de propaganda, ou melhor, de uma adesão cega ao mito maior, Adolf Hitler. As primeiras sequências mostram a chegada de Führer de avião, no final da tarde, como um esperado Messias. *O triunfo da vontade*, segundo os nazistas, era o triunfo da verdade.

Reforçando o triunfo da verdade, foram lançados violentos filmes de propaganda antijudaicos, como *Os Rothschilds*, *O judeu Suss* e *O eterno judeu* (trilogia de 1940) produzidos, no momento exato, em que a máquina nazista estava preparando a *Solução Final* para os judeus europeus. Todas as imagens projetavam o ódio contínuo aos judeus colocando-os como desumanos e intoleráveis com os outros povos. O judeu era mostrado “como um animal perigoso – mãos aduncas, rosto encarniçado, olhar sádico e cúpido, vive às custas dos outros”. (LENHARO, 1990: 57). É a oposição da vontade do verdadeiro, é o falso, a mentira. Goebbels (ministro da propaganda do Estado Alemão) proclamava que “uma mentira dita cem vezes torna-se verdade”. Como se pode perceber, que o que aconteceu na Alemanha Nazista foi exatamente o triunfo da mentira contra os judeus. Algo pregado quase religiosamente pelo líder maior, daquela loucura.

A ação destruidora do Judaísmo em vários aspectos da vida do povo, deve ser vista como um esforço constante para minar a importância da personalidade nas nações que os acolhem e substituí-la pela vontade das massas. O princípio orgânico da humanidade ariana é substituído pelo princípio destruidor dos judeus. Assim se torna o Judaísmo um “fermento de decomposição” dos povos e raças e, em sentido mais vasto, de ruína da cultura humana. (HITLER, 1983: 278)

Hitler, antes mesmo de assumir o poder alemão, considerava os judeus e a sua religião, o Judaísmo, como algo destrutivo para a humanidade. Uma influência maléfica para a raça ariana, como também para a estrutura de Estado, em especial, no período da República de Weimar, - período de 1919 (final da Primeira Guerra Mundial) até 1933 (ascensão do Nazismo) -, pois acreditava que a participação dos judeus nas áreas da imprensa e da cultura tinha como objetivo expandir o seu campo de abrangência visando a divulgação do Judaísmo e a sua ingerência estatal.

2.2 Formação Discursiva

A noção de formação discursiva vem contribuir significativamente para descrever e compreender as relações entre os enunciados no campo do discurso e as relações de que eles são suscetíveis. Foucault (2015) considera uma formação discursiva como um conjunto de enunciados em que ocorre uma certa regularidade ou uma ordem discursiva.

No caso em que puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás para designar semelhante dispersão, tais como ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria, ou “domínio de objetividade”. Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). (FOUCAULT, 2015: 47)

A formação discursiva, nas três obras literárias de Levi analisadas, podemos perceber uma certa regularidade, uma ordem e correlação entre as obras. Em *Se Isto É Um Homem*, Levi nos remete a sua biografia como Häftling, em Auschwitz, e sua necessidade premente de relatar o que ocorreu desde a sua chegada, no início de 1944 até sua libertação um ano depois. Toda a sua saga e de seus companheiros italianos, que eram seiscentos e cinquenta quando foram deportados da Itália para o *Lager* e conseguiram sobreviver somente três, devido as péssimas condições e os maus tratos durante a viagem

como na concentração e o perigo constante do extermínio. São inúmeras as vozes de personagens, não somente de italianos, como também dos mais longínquos países da Europa trazidos para Auschwitz. Muitas vozes incompreensíveis, pois o idioma era de total desconhecimento pela imensa maioria.

Em *A Trégua*, obra fundamental para o estudo, pois é uma continuidade de *Se Isto É Um Homem*, por descrever a fuga dos SS e a chegada dos russos no *Lager* e a incredulidade do caos, das montanhas de corpos espalhados por todos os lados e a espantosa visão de alguns remanescentes de Auschwitz, quase semimortos e famélicos. O mal-estar causado aos russos “não somente por piedade, mas por uma confusa reserva, que selava as suas bocas e subjugava os seus olhos ante o cenário funesto. Era a mesma vergonha conhecida por nós após as seleções” (LEVI, 2004: 12).

A descrição do retorno de Levi à Itália, que aconteceu nove meses após a sua libertação, e também o de milhares de pessoas a seus países após a guerra. Muitos estavam na Alemanha, trazidos para o trabalho escravo nos *Lager*, para trabalharem nas indústrias alemãs. No entanto, os ucranianos e ucranianas vieram voluntariamente trabalhar para os nazistas, muitos deles, nos *Lager*, dando apoio logístico aos SS e, por isso, odiados pelos *Häftling*; soldados derrotados da Wehrmacht, tentando retornar a Alemanha. Um imenso trânsito de pessoas por toda a Europa, de inúmeras nacionalidades e línguas, buscando voltar para casa. Encontrando territórios devastados pelo caminho, famílias inteiras destruídas pela guerra e pelos campos de concentração e de extermínio, especialmente, os da comunidade judaica.

Em *Os afogados e sobreviventes*, quarenta anos após o seu primeiro livro, Levi profundamente incomodado com as discussões revisionistas e negacionistas emergentes, na Europa, nos anos de 1980, de que a história dos *Lager* não foi como o relatado e como ocorrera, que os números de judeus exterminados nas câmaras de gás foram superestimados. Procura responder estas questões, como também outras, que de certa forma sempre foram incômodos: Por que não fugiram? Por que não se rebelaram? Por que conseguiram sobreviver e outros milhões não?

Podemos perceber que, apesar de inúmeros enunciados da formação discursiva da obra de Levi, derivados de um ou vários discursos, eles convergem para um único foco, que é a sua necessidade de narrar o acontecido com os judeus em Auschwitz. Narrar a política atroz nazista contra os judeus, pelo simples fato de serem judeus. A literatura de testemunho é um documento histórico, uma prova documental, que busca o registro para

a posteridade. A testemunha tem um papel relevante para a história, principalmente quando se esgotam todas as formas de provas materiais.

Insere-se então uma dimensão suplementar de ordem moral destinada a reforçar a credibilidade e a confiabilidade do testemunho, a saber, a disponibilidade da testemunha de reiterar seu testemunho. A testemunha confiável é aquela que pode manter seu testemunho no tempo. (RICOEUR, 2007: 174)

Levi, em toda a sua produção literária, sempre teve como emergência se colocar como testemunha, publicar ao mundo, o que viu e o que foi vivido por ele, no *Lager* de Auschwitz. Ele não admitia o mundo esquecer, os milhões de judeus levados para as câmaras de gás e, posteriormente para os fornos crematórios. A testemunha aceita ser convocada e responder a um chamado, mesmo que eventualmente contraditório. Levi, ditou reiteradas vezes, a normativa da testemunha: “Eu estava lá”, e a máxima “Acreditem em mim”.

A testemunha, “deve ser capaz de responder por suas afirmações diante de quem quer que lhe peça contas delas” (RICOEUR, 2007: 174). Levi nunca se furtou a responder ao ser questionado - na intensa correspondência com os alemães, nas palestras que ministrava -, com indagações frequentes e até mesmo acusatórias, como: por que vocês não se rebelaram? Perguntas que o atingiam frontalmente, mas que não se furtava respondê-las.

A obra literária é indissociável das instituições que a tornam possível, segundo Maingueneau (2001), pois ela não se constitui fora de uma certa condição dos escritores na sociedade, fora de certos lugares, de certos modos de elaboração ou de circulação de textos. Mesmo quando o autor se coloca como fonte única do sentido, como o simples suporte de uma mentalidade coletiva, permanece-se no mesmo espaço.

Pode-se, portanto, estender à literatura o que Michel de Certeau diz da historiografia: a positividade de um lugar sobre o qual o discurso se articula, sem contudo se reduzir a ele deve substituir as pretensões subjetivas ou as generalidades edificantes. (...) As obras falam efetivamente do mundo, mas sua enunciação é parte integrante do mundo que pretensamente representam. (...) A literatura também consiste numa atividade; não apenas ela mantém um discurso sobre o mundo, mas gere sua presença nesse mundo. (MAINGUENEAU, 2001 :19)

A obra literária de Levi fala do seu mundo enquanto judeu, do universo concentracionário de Auschwitz. São os modos de inserção da condição de escritor no campo literário (paratopia). Com relação a ele que devem ser pensadas a pertinência das

obras a gêneros e as correntes estéticas, não deixando de se ater aos seus traçados biográficos. Abordaremos em seguida sua situação de enunciação, a cenografia, que ela constrói e que é seu produto.

A paratopia tem uma relevância especial para este estudo, pois nos remete a questões ligadas à institucionalização discursiva e à autoria da formação discursiva. E, se torna relevante por informar o que poderíamos chamar de identidade do que está sendo enunciado. Ela identifica o indivíduo falante, o ouvinte, o cenário da comunicação, contexto sócio histórico, a imagem que o ouvinte faz de si e a imagem que se faz do interlocutor.

Ela nos remete a discursos constituintes que se apoiam nos tipos de falas reconhecidas como capazes de dar sentido aos atos do conjunto da coletividade. Em primeiro lugar, caracterizam-se pela singularidade de sua posição no universo do discurso, pois eles se situam em uma fronteira, a que lhes permite em nome de um Absoluto, que por sua vez só podem falar por meio deles. “As zonas de falas entre outras e falas que se pretendem acima de qualquer outra, discursos limites, situados em um limite e que tratam do limite” (MAINGUENEAU, 2015: 141). Estes discursos devem se administrar na sua organização textual e nos seus dispositivos de enunciação. Os paradoxos do seu estatuto implicam que para se autorizarem em si mesmos, devem necessariamente estar ligados a uma fonte legitimadora.

Para identificar os discursos constituintes, necessariamente devemos situar os lugares institucionais e as posições do sujeito que se definem igualmente pela situação que lhes é possível ocupar em relação aos diversos domínios e também é o sujeito que questiona, que ouve e que observa. Foucault assinala algumas perguntas que devem ser respondidas para que haja um melhor entendimento do discurso:

(...) quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o status dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (...) (FOUCAULT, 2015: 62)

No discurso de Levi, o sujeito falante é o próprio Levi, o autor das obras literárias na qual nos referimos neste estudo. O autor fala, testemunha e denuncia o universo institucional nazista, o seu maior *Lager*, Auschwitz. No conjunto da obra biográfica, Levi permite que o leitor receba o todo da sua vivência, enquanto um dos inúmeros *Häftling* e

de todos os outros, que juntamente com ele, foram levados para Auschwitz. Descreve Auschwitz em todos os seus aspectos: o poder totalitário do *Lager* no conjunto de seu indizível espaço concentracionário e de extermínio e a formação da sua população, em sua maioria de judeus. A população judia, trazida de todos os cantos da Europa, como objetos e transformados em manequins nus – por sorte, considerados aptos para o trabalho –, pois os demais foram imediatamente levados para as câmaras de gás para serem exterminados e, posteriormente queimados nos fornos crematórios.

As obras literárias de Primo Levi podem ser analisadas em um mesmo lugar paratópico: os lugares institucionais. Identificado como lugar institucional e espaço enunciador no qual se ocupa o judeu-italiano, é o espaço abominável de Auschwitz. Podemos perceber que o discurso predominante, em razão do espaço enunciador que ocupa é apropriado pelo sujeito falante, mesmo em contextos temporais diferentes. Em *Os Afogados e os sobreviventes*, quatro décadas após a sua primeira obra, o mundo estava dividido pela Guerra Fria e o jogo de interesses políticos e econômicos dos países eram outros, por isso o extermínio de milhões de judeus, durante o período nazista, constituía-se em discursos vazios pelos revisionistas como: a existência das câmaras de gás pontuando um suposto objetivo de desinfecção dos *Lager* e até duvidando sobre o número do extermínio que havia chegado a um quantitativo de milhões.

Auschwitz, para Levi, foi o espaço institucional mais degradante para as pessoas, que para lá foram enviadas. Todas elas separadas imediatamente de seus familiares foram encaminhadas para as câmaras de gás e depois aos fornos crematórios. Aqueles tornados prisioneiros (*Häftling*) foram despossuídos totalmente de seus bens mais caros, desnudados tanto de suas vestes como de seus nomes, marcados por números e, a partir daí correndo contra o tempo em uma luta insana pela sobrevivência. Lugar de extermínio em massa, um universo de línguas que não possibilitava a integração dos *Häftling* - agravado pela violência dos SS (*Schutzstaffel* – Tropas de proteção do Estado Nazista), pela sede, pela fome e pelo frio rigoroso.

Levi, nascido em Turim, em 31 de julho de 1919, morreu em 11 de abril de 1987, um ano após a conclusão do seu livro *Os afogados e os sobreviventes*. Era químico de formação, mas foi com os relatos como prisioneiro de número 174 517, em Auschwitz, que tornou sua literatura necessária para o conhecimento dos horrores nazistas. Auschwitz, para Levi, não foi somente um lugar em que sobreviveu de fevereiro de 1944 a 27 de janeiro de 1945, quando da libertação do *Lager*. Em *Se Isto É Um Homem* é que foi feita a sua enunciação como *Häftling* do Estado Nazista.

Auschwitz permaneceu em seus espaços da memória até sua morte, após fazer uma revisão um ano antes em *Os afogados e sobreviventes* sobre o que significou, em sua maioria, para os judeus, os campos de concentração nazistas e, em especial, Auschwitz. O autor e sua escrita foram marcados pelo estigma de ser ele um sobrevivente; pela obediência cega dos SS; por aqueles que sucumbiram como os muselmann (apatia perante a morte) e pelos sonderkommand (obrigados a participar da Solução Final do seu povo).

Este é o lugar paratópico de Primo Levi, pois

a pertinência do campo literário não é, portanto, a ausência de qualquer lugar, mas antes uma negociação difícil entre o lugar e o não lugar, uma localização parasitária, que vive da própria impossibilidade de se estabilizar. (MAINGUENEAU, 2001: 28)

Não podemos nos ater a um tipo de paratopia que responda a uma localização meramente biográfica, espacial e temporal. Ela deve ser encarada com estes elementos, mas trabalhando em prol de uma produção discursiva de sentidos que priorize uma visão menos estruturalista e funcionalista da enunciação.

No campo paratópico leviniano, tudo se confunde e paradoxalmente se clareia. Identifica um universo de discursos particulares como o dos SS que desde o início de sua captura, na Itália, e em todos os instantes demonstraram ser gélidos, insensíveis e até mesmo extremamente eficazes nas ordens dos seus superiores; os muselmann (o muçulmano) era aquele

prisioneiro que havia abandonado qualquer esperança e que havia sido abandonado pelos companheiros, já não dispunha de um âmbito de conhecimento capaz de lhe permitir discernimento entre bem e mal, entre nobreza e vileza, entre espiritualidade e não espiritualidade. Era um cadáver ambulante, um feixe de funções físicas já em agonia. Devemos, por mais dolorosa que nos pareça a escolha, excluí-lo da nossa consideração. (AMÉRY apud AGAMBEN, 2008: 49)

Os responsáveis pela limpeza das latrinas; os sonderkommando, judeus responsáveis por todo o trabalho degradante nas câmaras de gás e dos fornos crematórios e tantos outros sujeitos do *Lager*. Ali instaura-se o *nonsense*. É o homem que só perdoa a falta de sentido.

2.3. Cena de Enunciação

A “cena enunciativa” ou “cena de enunciação” tem importância, na medida, em que ela é uma rica fonte de informação no que se refere a como determinado discurso emergiu e foi enunciado. De acordo com Maingueneau (2015), o termo “cena” apresenta ainda a vantagem de poder se referir, ao mesmo tempo, um quadro e um processo: ela é,

ao mesmo tempo, o espaço bem delimitado pelo qual são representadas as peças, e as sequências das ações verbais ou não verbais que habitam esse espaço.

A cena de enunciação de um gênero discursivo não é um bloco compacto. Ela faz interagir três cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. No caso da narrativa de Levi, estão sob o domínio do trágico, mais que trágico - porque não é uma ficção; trata-se de uma realidade vivida -. É tão inaceitável que ao narrá-la, às vezes, a catarse torna-se quase que improvável.

A cena englobante remete ao tipo de discurso a que pertence o texto, ao seu estatuto pragmático, ao seu funcionamento social. As obras literárias de Primo Levi trazem um discurso político/testemunhal. O seu discurso é político, pois em toda a sua literatura, ele tem um propósito claro de denunciar o ocorrido no *Lager* de Auschwitz, visto que o fez logo após a sua libertação, sendo que o seu livro começou a ser escrito em dezembro de 1945. A preocupação de narrar e denunciar, visto por ele como uma necessidade primeira de uma libertação interior, todavia como uma ordem de urgência. No retorno à sua terra natal, Turim, ele percebeu que as pessoas não queriam ouvir seus relatos sobre Auschwitz, sobre a existência e o ocorrido no *Lager* e a sua experiência enquanto *Häftling*.

Em uma cidade polonesa Trzebinia, dentre um grupo de operários e camponeses, um civil, muito amável aproximou-se de Levi, falava polonês e muito bem o francês e o alemão. Levi, viu nele todos os requisitos para que pudesse, finalmente, após o longuíssimo ano de escravidão e silêncio, ser o mensageiro, o porta-voz do mundo civil.

Tinha uma avalanche de coisas urgentes para contar ao mundo civil: coisas minhas mas de todos, coisas de sangue, coisas que, me parecia, acabariam por fazer tremer sua consciência e seus fundamentos. Na realidade, o advogado era amável e benévolo: interrogava-me, e eu lhe falava vertiginosamente daquelas minhas tão recentes experiências, de Auschwitz próxima, mas que assim mesmo parecia por todos ignorada, da hecatombe da qual eu fugira sozinho, de tudo. O advogado traduzia em polonês em benefício do público. Ora, eu não conheço o polonês, mas sei como se diz “judeu” e como se diz “político: e percebi logo que a tradução da minha história, embora sentida, não era fiel. O advogado me descrevia ao público não como um judeu italiano, mas como um prisioneiro político italiano. Perguntei-lhe logo a razão, surpreso e quase ofendido. Respondeu-me embaraçado: “C’est mieux pour vous. La guerre n’est pas finie”. As palavras do grego. Percebi que a onda quente do sentir-se livre, do sentir-se homem entre os homens, do sentir-se vivo, refluía longe de mim. Encontrei-me de pronto velho, exangue, cansado, além de toda a medida humana: a guerra não terminara, a guerra é sempre. Os meus ouvintes foram-se em pequenos grupos: deviam ter entendido. Eu sonhara algo semelhante,

todos sonháramos nas noites de Auschwitz: falar e não sermos ouvidos, reencontrar a liberdade e permanecer solitários. (LEVI, 2004: 81-82)

A necessidade de testemunhar. Testemunho que remete a vida dos prisioneiros no campo de concentração e de extermínio nazista, Auschwitz, que parece garantir a literariedade textual dado a incredulidade sobre o acontecido.

A *cena genérica* vai mais além, pois são os discursos particulares que implicam determinadas circunstâncias e condições de enunciação. Quais são os participantes? Qual o lugar e o momento necessário para realizar este discurso? Qual o modo de inscrição na temporalidade, que atua em diversos eixos: a periodicidade ou a singularidade das enunciações, sua duração previsível e sua continuidade.

Na cena genérica, da escrita de si de Levi, os participantes são todos aqueles identificados na Zona Cinzenta do *Os afogados e os Sobreviventes*, o qual Levi não concebe ser possível simplificá-los “entre nós e eles”, numa bipartição amigo-inimigo, pois não era possível, no interior do *Lager*, reduzir estes participantes a dois blocos, o das vítimas e o dos opressores. A luta pela sobrevivência fazia com ela se tornasse premente, visto que, o ingresso dos Häftling já demonstrava com “os chutes e os murros desde logo, muitas vezes no rosto; a orgia das ordens gritadas com cólera autêntica ou simulada; o desnudamento total; a raspagem dos cabelos; a vestimenta de farrapos” (LEVI, 1990: 18), que só havia uma direção e ela era individual. Auschwitz contribuía para que fosse um lugar de colapso moral onde os privilégios de alguns prevaleciam em detrimento de uma grande maioria.

As duas cenas, a *englobante* e a *genérica*, definem o espaço estável no interior, pois os enunciados ganham sentido. Em muitos casos, são estas duas dimensões que compõem a cena de enunciação. As normas constitutivas da cena genérica não bastam para dar conta da singularidade de um texto. “Enunciar não é apenas ativar as normas de uma instituição de fala prévia; é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma *cenografia*. ” (MAINGUENEAU, 2015: 122). Todavia, como Primo Levi consegue ressignificar este palco trágico existencial? Ele narra o surreal com a máxima normalidade possível. O leitor sim, recriará o clima surreal.

Maingueneau (2001) diz que para o discurso, a cenografia é tanto enunciação da obra (processo fundador da obra) como produto da obra (inscrição legitimante de um texto estabilizado). Ela define as condições de enunciador (Eu) e de co-enunciador (E TU, aqui e agora), mas também o espaço (topografia) e o tempo (cronografia) a partir dos

quais se desenvolve a enunciação. Primo Levi recaptura o todo da sua paratopia para que o leitor o reconfigure e o ressignifique.

A cenografia se apoia na ideia de o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar. “Todo discurso, por seu próprio desenvolvimento, pretende, de fato, suscitar a adesão dos destinatários instaurando a cenografia que o legitima.” (MAINGUENEAU, 2015: 123). Esta é imposta logo de início, mas deve ser legitimada por meio da própria enunciação. No caso, das obras testemunhais em questão, o sujeito do enunciado se identifica com o sujeito da enunciação. Como? Se o primeiro é o mais inefável e o outro o mais prático possível. O discurso deve fluir normalmente em meio ao caos e ao horror do narrador-testemunho.

A noção de cenografia é muitas vezes mal interpretada, pois costuma ser encarada como uma simples cena, como um quadro estável no interior do qual se desenrolaria a enunciação. Duas questões devem ser consideradas na cenografia: “por um lado, a obra enquanto objeto estético autônomo e, por outro, como a condição dos escritos, os lugares e os momentos da escrita”. (MAINGUENEAU, 2001: 134)

A cenografia, na literatura de Levi, é a sua obra enquanto objeto estético. Ele prima por toda uma estética, onde vai delineando os quadros e levando o leitor a se envolver naquele espaço abominável de Auschwitz, como no seu retorno a sua Itália, nas descrições do interior da Rússia e, muitas décadas depois, percebe-se a sua total indignação do ocorrido em *Os afogados e sobreviventes*. A estética da sua obra está intrinsecamente ligada a condição dos escritos, embora em lugares e momentos da escrita particulares, porém Levi está sempre lá em Auschwitz, não conseguiu desvencilhar-se deste lugar inenarrável.

2.4. Autor e a escrita de si

O discurso não aceita que um enunciado possua apenas um sentido, mas considera que os sentidos das palavras, das expressões ou dos textos são plurais, na medida que cada um advém de um discurso. Principalmente, na literatura testemunhal, quando há “eu estava lá” e não era Deus que estava comigo.

Para Foucault, falar de sujeito do discurso é igualmente multiplicar o sujeito, mostrar as diferentes formas de pensá-lo. Foucault nos aponta as posições do sujeito, no interior de determinadas modalidades de enunciação,

em lugar de remeterem à síntese ou à unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. (FOUCAULT, 2015: 65-66).

Segundo Fischer (2013) o sujeito do discurso não é uma pessoa, alguém que diz alguma coisa, mas trata-se antes de uma posição que alguém assume diante de um discurso. E essa posição se dispersa em várias cenas enunciativas, pois o relevante é mostrar essa multiplicação do enunciado, a partir do sujeito.

No entanto, a condição do narrador e as narrativas de Primo Levi são outras. Ele se situa entre o que não poderia, nem o que não queria ter vivido, testemunhado e ante o que não quer ser narrado, entretanto deve ser dito.

O autor, em sentido pleno, aquele que responde por uma *obra*, de fato só pode ser raro. Ele é o produto de uma construção coletiva que faz intervirem múltiplas instituições. (...) Os autores produzem obras, mas autores e obras são eles mesmos, produzidos por todo um complexo institucional. O conteúdo de uma obra é, na realidade, atravessado pela remissão às suas condições de enunciação. O contexto não está situado no exterior da obra, em uma série de invólucros sucessivos mas o texto é a própria gestão do contexto. (MAINGUENEAU, 2015: 76 -77)

Como atesta Foucault, “as posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objeto” (FOUCAULT, 2015: 63). É o sujeito falante que questiona, ouve e observa. Este sujeito falante é o autor, “é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real. ” (FOUCAULT, 2014: 26)

Na literatura de Levi, o sujeito falante manifesta a sua verdade e sua escrita transforma a coisa vista ou ouvida, “em forças e em sangue”, pois ele transforma a sua escrita num princípio de ação racional. Na sua descrição do vivido em “Se Isto É Um Homem” é profundamente perceptível esta forma de narrativa, sem lamúrias, muitas vezes com profundo espanto, principalmente na sua chegada ao *Lager* quando ocorre a divisão dos que haviam acabado de chegar, com as SS os espancando, “sem motivo algum”, mas pelo simples fato de serem judeus.

A escrita de si, segundo Foucault (1992), faz o autor presente àquele a quem a sua escrita é dirigida. Torna o escritor presente,

não apenas pelas informações que lhe dá acerca da sua vida, das suas actividades, dos seus sucessos e fracassos, das suas venturas ou infortúnios, presente de uma espécie de presença imediata e quase física. (...) Escrever é pois “mostrar-se”, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. (...) a narrativa de si é a narrativa da relação

a si; e aí começam dois elementos, dois pontos estratégicos que com o correr do tempo vão tornar-se os objectos privilegiados do que se poderia chamar a escrita da relação a si: as interferências da alma e do corpo (mais as impressões do que as acções) e os lazeres (mais do que os acontecimentos externos); o corpo e os dias. (FOUCAULT, 1992)

Seria inconcebível negar a existência daquele que escreve e inventa, segundo Foucault (2014). Será por meio do que ele escreve e não escreve, esboços e rascunhos que poderemos interpretar o “perfil ainda trêmulo de sua obra”. Maurice Blanchot (2011) ao referir-se à obra de arte, em especial a obra literária, faz uma citação de Rilke, quando este escreve à condessa de Solms-Laubach (3 de agosto de 1907): “Há semanas que, salvo duas breves interrupções, não pronuncio uma só palavra; a minha solidão fecha-se, enfim, e estou no meu trabalho como o caroço no fruto”. Blanchot acrescenta que a solidão que Rilke fala, não é a solidão da obra e sim, o recolhimento.

Para Blanchot, a solidão da obra:

Desvenda-nos uma solidão mais essencial. Exclui o isolamento complacente do individualismo, ignora a busca da diferença; não se dissipa o fato de sustentar uma relação viril numa tarefa que cobre toda a extensão dominada do dia. Aquele que escreve a obra é apartado, aquele que a escreveu é dispensado. Àquele que é dispensado, por outro lado, ignora-o. Esta ignorância preserva-o, diverte-o, na medida em que o autoriza a perseverar. (...). Entretanto, a obra – a obra de arte, a obra literária – não é acabada nem inacabada: ela é. O que ela nos diz é exclusivamente isso: que é – e nada mais. Fora disso não é nada. (BLANCHOT, 2011: 11-12)

Levi, como autor/sujeito falante, se encontra em uma negociação difícil entre o lugar e o não lugar; diríamos na “solidão da obra”, parafraseando Blanchot; percebido especialmente na sua obra derradeira, *Os afogados e os sobreviventes*, que é o campo da lembrança, da memória, onde ele faz um retorno interno a Auschwitz. Todo o seu discurso é um discurso autobiográfico, memorialista e testemunhal.

O sujeito falante, que se manifesta na literatura testemunhal de Levi, não é somente autor como também personagem, visto que, sua obra literária é autobiográfica. É ela que se pronuncia, na violência de um começo que lhe é próprio, a palavra *ser*, evento que se concretiza quando a obra é a intimidade de alguém que a escreve e de quem a lê. Os escritos autobiográficos abrem um grande campo de possibilidades para o historiador e para o literato. Estes relatos são resultados de atividades de introspecção, ainda que sua autoria possa ser compartilhada com outras pessoas. Trata-se da *escrita de si*, na primeira pessoa, na qual o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação a sua história e a tudo que o cerca, em geral, com narrações lineares e factuais.

Os escritos autobiográficos sobre os indizíveis acontecimentos que envolveram o holocausto judeu promovido pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial, resultado da política antissemita colocada em prática desde 1933, quando Adolf Hitler assumiu o poder do Estado Alemão, repercutem em um gênero literário poderoso e há muito conhecido, o testemunho, que empresta força à narração.

A especificidade do testemunho consiste na afirmação de que a realidade está inseparável da intenção do sujeito que testemunha. Dessa união procede a fórmula típica do testemunho: eu estava lá. O que a fundamenta indiscutivelmente é a realidade da coisa passada e a presença do narrador nos locais de ocorrência. Uma vez que a narrativa informal ou formal, na medida que se instaura uma situação dialogal.

É diante de alguém que a testemunha atesta a realidade de uma cena à qual diz ter assistido, eventualmente como ator ou como vítima, mas, no momento de testemunho, na posição de um terceiro com relação a todos os protagonistas da ação. Essa estrutura dialogal do testemunho ressalta de imediato sua dimensão fiduciária: a testemunha pede que lhe deem crédito. Ela não se limita a dizer: “Eu estava lá”, ela acrescenta: Acreditem em mim. A autenticação do testemunho só será então completa após a resposta em eco daquele que recebe o testemunho e o aceita; o testemunho, a partir desse instante, está não apenas autenticado, ele está acreditado. (RICOEUR, 2007: 173)

A credibilidade e a confiabilidade do testemunho propiciam a disponibilidade da testemunha de reiterar seu testemunho. Levi, no prefácio da sua primeira narrativa testemunhal, reitera que o seu livro nasceu, “se não de facto pelo menos como intenção e como concepção, já nos últimos dias do *Lager*. A necessidade de contar aos “outros”, de tornar os “outros” conscientes (...) (LEVI, 2001: 9). Acrescenta que esta necessidade tornou-se imediata e violenta ao ponto de “rivalizar” com as outras necessidades primárias. Tudo é narrado, nada é inventado. Levi, longe de Auschwitz, retomou sua profissão de químico, porém extravasando sua necessidade de falar e denunciar sobre o que ocorreu no *Lager*, em suas narrativas diversas, tornou-se um escritor e um testemunho vivo até 1987, ano de sua morte. Foi profícua sua produção com publicações, artigos, palestras e, especialmente, mantendo uma contínua correspondência com seus leitores.

O ato de testemunhar traz inúmeras indagações, efeitos sobre a testemunha e sobre os ouvintes e os leitores. Há dificuldade da testemunha em relatar – principalmente quando as memórias são traumáticas dificultam o ato de recriá-las – e por isso muitos sobreviventes preferiram não falar, ficar em silêncio ou se manifestaram muitos anos após sobre o transcorrido nos *Lager*. Levi relatou que alguns de seus amigos, que lhe foram muito caros nunca falaram sobre Auschwitz e que outras pessoas, como ele, falavam disso

sem parar. A lembrança é um modo de presentificar o passado. Revivê-lo é sofrer intensamente. Levi se dispõe a esse tormento vivo para que o leitor o ressignifique.

No documentário *Shoah – Vozes e Faces do Holocausto* (1985) o cineasta Claude Lanzmann afirma ter levado nove anos para produzi-lo. Muitos sobreviventes, ao fazerem seus relatos, surpreenderam suas famílias, pois estas desconheciam totalmente o vivido por seus patriarcas e matriarcas. Outros, depois de muito anos, não conseguiram conviver com as memórias do *Lager* e suicidaram-se, como ocorreu com o próprio Levi.

Outros, ainda tentaram o suicídio, quando ainda estavam em Auschwitz, como Filip Müller, um sonderkommando. Cansado de tanto horror e ao ver os seus compatriotas irem para as câmaras de gás, pensou:

Para que viver? Por quê? Então entrei com eles na câmara de gás, e resolvi morrer. (...) Um pequeno grupo de mulheres se aproximou. Elas me olharam e disseram-me: Então você quer morrer. Mas isso não tem sentido. Sua morte não nos devolverá a vida. Não é um ato. Você precisa sair daqui, deve testemunhar o nosso sofrimento, e a injustiça que nos foi feita. (MÜLLER apud LANZMANN, 1987: 219)

Em sua literatura de testemunho, Levi não se portava ou sequer se via como vítima, ele se empenhava em não deixar que a memória – a sua, pessoal e a coletiva – apagasse o evento. A sua preocupação era com a memória, ao falhar ou ser distorcida, resulta no esquecimento, um ofuscamento natural onde poucas recordações resistem.

A memória humana é um instrumento maravilhoso, mas falaz. Esta é uma verdade gasta, conhecida não só pelos psicólogos, mas também por qualquer um que tenha prestado atenção ao comportamento de quem o rodeia, ou a seu próprio comportamento. As recordações que jazem em nós não estão inscritas na pedra; não só tendem a apagar-se com os anos, mas muitas vezes se modificam ou mesmo aumentam, incorporando novos elementos estranhos. (LEVI, 1990: 9)

Sua necessidade premente em narrar o acontecido o manteve vivo, suas narrativas acenam com a liberdade ao falar do vivido, em Auschwitz - da sede, do frio, de ver seus amigos padecerem, das pancadas das SS, do temor da morte e da luta pela sobrevivência -. Primo Levi afirma, quanto mais distante do tempo narrado, mais interpretações são elaboradas sobre os fatos. Seu maior temor era a possibilidade dessas abordagens flertarem com o revisionismo e o negacionismo⁷ e seguir a tendência em suprimir boa parte daquelas atrocidades como se tivessem sido mera propaganda de guerra, falácias sem comprovação ou acusações levianas. No *Os afogados e os sobreviventes*, Levi,

⁷ O revisionismo e negacionismo francês que, apesar dos grandes processos de Nuremberg e Jerusalém, do julgamento e condenação de Eichmann em 1961, insistiam obstinadamente em reduzir as dimensões ou, quando não, em negar as atrocidades cometida pelo Terceiro Reich. (MACÊDO, 2014: 87-88)

incomodado com estas interpretações, comenta declarações feitas em 1978 por Louis Darquier de Pellepoix, o homem encarregado das questões judaicas do governo de Vichy (governo colaboracionista francês), instituído em 1942. Darquier foi responsável, pessoalmente, pela deportação de setenta mil judeus.

Darquier nega tudo: as fotografias das pilhas de cadáveres são montagens; as estatísticas dos milhões de mortos foram fabricadas pelos judeus, sempre ávidos de publicidade, de comiserção e de indenizações; talvez tenha havido deportações (ser-lhe-ia difícil contestá-las: sua assinatura está aposta em muitos ofícios que dispõem sobre as próprias deportações, inclusive de crianças), mas ele não sabia para onde nem com qual desfecho; em Auschwitz havia decerto câmaras de gás, mas só serviam para matar piolhos e, de resto (note-se a coerência!), foram construídas com objetivo de propaganda para o fim da guerra. Não pretendo justificar esse vil homem e estúpido, e me dói saber que viveu por longo tempo sem problemas na Espanha, mas me parece poder nele detectar o caso típico de quem, acostumado a mentir publicamente, termina por mentir também privadamente, inclusive a si mesmo, e por edificar uma verdade confortável que lhe permite viver em paz. Manter separadas a boa e a má fé é custoso: requer uma profunda sinceridade consigo mesmo, exige um esforço contínuo, intelectual e moral. Como se pode pretender esse esforço por parte de homens como Darquier? (LEVI, 1990: 12)

Como lembrou Reinhart Koselleck, a história é escrita pelos vencedores, mas apenas durante algum tempo, porque “os novos conhecimentos na área da história provêm, no longo prazo dos vencidos” (apud HARTOG, 2011: 239). Enquanto a história dos vencedores limita-se a se concentrar em apenas um dos lados, a história dos vencidos tenta levar em consideração o ocorrido nos dois lados. O problema está resolvido há muito tempo: do ponto de vista prático e epistemológico. A testemunha não é um historiador, e o historiador se ele pode ser, em caso de necessidade, uma testemunha, não deve assumir tal função. Ser testemunha nunca foi condição suficiente, nem sequer atributo necessário para ser historiador, muito menos literato. O surrealismo do texto testemunhal de Levi supera a ficção propriamente dita. Daí a dificuldade em narrá-lo e lê-lo. Trata-se da narração de um real inconcebivelmente real.

Não tive intenção, nem seria capaz, de fazer uma obra de historiador, isto é, de examinar exaustivamente as fontes. Limitei-me quase exclusivamente aos *Lager* nacional-socialistas, porque só destes tive experiência direta: deles tive também experiência indireta, através dos livros lidos das narrativas ouvidas e dos encontros com os leitores de meus primeiros dois livros (...) o sistema concentracionário nazista permanece ainda um *unicum*, em termos quantitativos e qualitativos. Em nenhum outro tempo e lugar se assistiu a um fenômeno tão imprevisto e tão complexo: jamais tantas vidas humanas foram eliminadas num tempo tão breve, e com uma lúcida combinação de engenho tecnológico, de fanatismo e de crueldade. (LEVI, 1990: 7)

A incursão do escritor no testemunho de um outro sobrevivente de Auschwitz, Wiesel, costumava afirmar que:

os eruditos e filósofos de todos os matizes que tiverem a oportunidade de observar a tragédia recuarão - se forem capazes de sinceridade e humildade - sem ousar penetrar no âmago do assunto; e, se não forem, a quem interessarão as suas conclusões grandiloquentes? Por definição, Auschwitz fica além do vocabulário. (CYTRYNOWICZ apud SELIGMANN, 2003: 127).

Em suas indagações, Wiesel levanta a impossibilidade de entender o que ocorreu consigo próprio, com sua família, com tantos à sua volta: “talvez algum dia alguém explique como, ao nível humano, Auschwitz foi possível; mas, ao nível de Deus, Auschwitz constituirá para sempre o mais desnorteante dos mistérios”. (CYTRYNOWICZ apud SELIGMANN, 2003: 126). Cytrynowicz, em seu ensaio *O silêncio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre a memória e história do Holocausto*, argumenta que as indagações de Wiesel podem ser entendidas como uma ruptura profunda entre os planos da memória individual, coletiva e a história, entendida como o ofício do historiador que busca conhecer e compreender. E que os sobreviventes, como Primo Levi, sentem

uma espécie de solidão insuportável, da qual jamais se está livre, mas que é ao mesmo tempo, o único registro seguro e confiável. A história jamais os ampara ou consola, não importa quantos livros sejam escritos ou centros de documentação organizados porque o compromisso da história pode romper a segurança afetiva da memória enquanto parte da identidade de uma pessoa ou grupo. (CYTRYNOWICZ apud SELIGMANN, 2003: 127).

No entanto, a condição do narrador e as narrativas de Primo Levi são outras. Ele se situa entre o que não poderia, nem o que não queria ter vivido, testemunhado e ante o que não quer ser narrado, entretanto deve ser dito.

O autor, em sentido pleno, aquele cujos textos (escritos, gravados reunimos em uma “obra”, só pode, de fato, ser raro. Ele é o produto de uma construção coletiva que faz intervirem múltiplas instituições. (...) Os autores produzem obras, mas autores e obras são, eles mesmos, produzidos por todo um complexo institucional. (...) O “conteúdo” de uma obra é, na realidade, atravessado pela remissão às suas condições de enunciação. O contexto não está situado no exterior da obra, em uma série de invólucros sucessivos mas o texto é a própria gestão do contexto. (MAINGUENEAU, 2015: 76 -77)

Agamben, em *O que resta de Auschwitz*, nos traz uma citação de Heidegger,

Os poetas – as testemunhas – fundam a língua como o que resta, o que sobrevive em ato à possibilidade – ou à impossibilidade – de falar (...). Não enunciável, não arquivável é a língua na qual o autor consegue dar

testemunho de sua incapacidade de falar. (HEIDEGGER⁸ apud AGAMBEN, 2008: 11)

Na literatura de testemunho sobre a Shoah do judeu-italiano, percebemos que o autor e o objeto da narrativa tornam-se equivalentes. Sua narrativa vai de um lado para outro, ou de uma maneira de dizer para outra, mas como ficção, como criação cujo lastro é algo que não cabe em palavras e não caberá nunca. O testemunho dado pela própria obra de arte, o testemunho do vivido, o testemunho catártico de todo o universo concentracionário de Auschwitz. Esta é a cenografia das obras de Levi. Ao expressar a solidão insuportável da qual jamais se livrou após a experiência no *Lager*, remete-nos a um conceito de Gadamer (2015) sobre o surgimento da palavra “vivência”, que se tornou usual somente a partir dos anos 1870.

Vivenciar significa, de início, “ainda estar vivo, quando algo acontece”. A partir daí a palavra “vivenciar” apresenta o tom da imediatez com que se apreende algo real (...) e o vivenciado é usado no sentido de designar o conteúdo permanente daquilo que é vivenciado. Esse conteúdo é como um rendimento ou resultado que ganha duração, peso e importância a partir da transitoriedade do vivenciar. (GADAMER, 2015: 105)

Algo se transforma em vivência não porque algo foi vivenciado, mas porque o seu ser-vivenciado teve um efeito especial e que se torna constante. O falar de si, em Levi, quer dizer renegar a ação do outro, contudo sem emitir julgamento. Seu texto dele ao apresentar-se límpido, revela o horror, que para si só se instala na campanha mortífera de Hitler e na grandeza do ser do narrador, que acena com a vida na e pelas palavras testemunhais.

O que vale como vivência destaca-se tanto de outras vivências, nas quais se vivencia algo diferente, como do restante do decurso da vida, onde não se vivencia “nada”. O que vale como uma vivência não é mais algo que flui e se esvai na torrente da vida da consciência, mas é visto como unidade e com isso ganha uma nova maneira de ser uno. Nesse sentido, é natural que a palavra surja na literatura biográfica e que se origine, no final das contas, do uso autobiográfico. O que se pode chamar de vivência constitui-se na recordação. Com isso, temos em mente o conteúdo semântico de uma vivência. (...) Vivência significa, pois, algo inesquecível e insubstituível, basicamente inesgotável para a determinação compreensiva de seu significado. (GADAMER, 2015: 112 -113)

⁸ HEIDEGGER, Martin – filósofo, escritor, professor universitário, reitor e um dos maiores pensadores do século XX. Assumiu, em 1933, como Reitor da Universidade de Friburgo apoiando o Nacional-Socialismo. Inscreveu-se no Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP). Afastou-se do seu amigo e mestre Edmund Husserl por ser judeu. O noticiário da Alemanha Hitleriana fez questão de confirmar sua adesão. Heidegger foi mestre de Jean Paul Sartre e Hannah Arendt. (LEVI, 1990: 88)

Para Levi, escrever tornou-se uma imperiosa necessidade de vida. Narrar tudo o que foi vivenciado, em Auschwitz, tornou-se condição *sine qua non* para continuar vivo, pois aquela indelével experiência lhe trouxe marcas profundas,

a recordação de um trauma, sofrido ou infligido, é também traumática, porque evocá-la dói ou pelo menos perturba: quem foi ferido tende a cancelar a recordação, para não renovar a dor; quem feriu expulsa a recordação até as camadas profundas para dela se livrar, para se atenuar seu sentimento de culpa. (LEVI, 1990: 10)

Vivência, para Gadamer (2015) significa algo inesquecível e insubstituível. Para o nosso autor, ocorre nessa recordação vivencial entre a vítima e o opressor, o qual ambos estão na mesma armadilha. No entanto, “é o opressor, e só ele, quem a preparou e fez disparar, e, se sofre com isto, é justo que sofra; e é iníquo que com isto sofra a vítima, como efetivamente sofre, mesmo numa distância de decênios”. (LEVI, 1990: 10). E, mesmo que o opressor sofra, deve ser punido e a vítima deve ser lamentada e ajudada.

No entanto, o que o mundo assistiu no julgamento de Nuremberg dos colaboradores do Regime Nazista, foram respostas, praticamente semelhantes entre si, pelas atrocidades cometidas.

Fiz porque me mandaram; outros (meus superiores) cometeram ações piores que as minhas; dada a educação que recebi e dado o ambiente em que vivi, não podia fazer outra coisa; se não o tivesse feito, outro agiria com maior dureza em meu lugar. (LEVI, 1990: 11)

A necessidade de narrar de Levi era não somente o intuito de testemunhar, mas encontrar justificativas minimamente plausíveis para a existência dos campos de trabalho e de extermínio nazistas, para o inominável. Por isso, pontua Levi (1990) a conduta daqueles que colaboraram com o Nacional-Socialismo, alemães ou não, usaram de má fé, quando interrogados, falsificando a realidade e se afastando momentaneamente ou para sempre, pois a realidade passada ou presente provoca neles, ânsia e mal-estar. Outros usam da boa-fé, e constroem uma verdade de conveniência e contaram com o distanciamento dos eventos e, contaram com a destruição dos documentos e das câmaras de gás e do desaparecimento de parte das testemunhas, com as deportações dos Häftling de um *Lager* para outro, dando continuidade ao genocídio dos prisioneiros, e, com isso tentando apagar a história dos *Lager*, em especial de Auschwitz-Birkenau.

Esta tentativa do apagamento dos eventos e da memória, por parte da cúpula nazista e muitos, na luta pela sobrevivência gestaram figuras desagradáveis como Rumkowski que tornou-se um dos chefetes servindo a um dos regimes cujos crimes se

mostraram deliberadamente cegos. Norberto Bobbio, de acordo com Levi, escreveu que os campos nazistas de extermínio foram “não um dos eventos, mas o evento monstruoso, talvez irrepitível, da história humana” e muitos se manifestaram para além da indignação e da comiseração. Levi carregou questionamentos infinitos e constantes em toda a sua vida até a sua morte, que acredita-se foi suicídio. Estas indagações já ocorriam quando era um Häftling e se tornou uma constante.

Quando Levi atravessou pela primeira vez, no retorno a Turim, um pedaço da Alemanha – não da Alta Silésia ou da Áustria, mas da Alemanha propriamente dita -, ele e seu amigo médico Leonardo que tantos sofrimentos passaram juntos em Auschwitz e mesmo no retorno, extremamente exaustos somavam ao cansaço um estado de alma complexo, feito de impaciência, de frustração e de tensão.

Parecia que tínhamos algo a dizer, coisas enormes a dizer, a cada alemão em particular, e que cada alemão tinha coisas a nos dizer: sentíamos a urgência de tirar conclusões, de perguntar, explicar e analisar, como fazem os jogadores de xadrez no final do jogo. Sabiam, “eles”, a respeito de Auschwitz, da tragédia silenciosa e cotidiana a um passo de suas portas? Se sabiam, como podiam caminhar pelas ruas, voltar para casa e olhar os próprios filhos, transpor os umbrais de uma igreja? Se não sabiam, deviam, deviam sagradamente ouvir, saber de nós, de mim, tudo e depressa: eu sentia o número tatuado no braço queimando como uma chaga. Errando pelas ruas de Munique, cheias de escombros, ao redor da estação onde, mais uma vez, o nosso trem jazia encalhado (...) Parecia-me que cada um deveria ter nos interrogado, ler em nossos rostos quem éramos, e ouvir humildemente a nossa história. Mas ninguém olhava em nossos olhos, ninguém aceitou o desafio: eram surdos, cegos e mudos, entrincheirados entre as próprias ruínas como num fortim de desejado desconhecimento, fortes, ainda, capazes de ódio e desprezo, prisioneiros ainda do antigo nó de soberba e culpa. Surpreendi-me buscando no meio deles, em meio àquela massa anônima de rostos fechados, outros rostos, bem definidos, muitos providos de nome: quem não podia não saber, não lembrar, não responder; quem comandara e quem obedecera, matara, humilhara, corrompera. Tentativa precária e vã: porque não eles, mas outros, os poucos justos, responderiam em seu lugar. (LEVI, 2004: 353-354)

As vivências duram longo tempo, pois elas estão ligadas pela reflexividade, pela interioridade mais profunda. Para Levi, quando do seu retorno para a Itália, ao atravessar a cidade de Brenner (Áustria), Primo Levi se viu, juntamente com seu amigo Leonardo, num silêncio transido de memória. De seiscentos e cinquenta, todos os que partiram, voltaram somente três. E o quanto perderam nos vinte meses quando estiveram no exílio e o que encontrariam em casa.

Quanto de nós fora corroído, apagado? Retornávamos mais ricos ou mais pobres, mais pobres ou mais vazios? Não sabíamos; mas sabíamos que nas soleiras de nossas casas, para o bem ou para o mal, nos esperava

uma provação, e a antecipávamos com temor. Sentíamos fluir nas veias, junto com o sangue extenuado, o veneno de Auschwitz: onde iríamos conseguir forças para voltar a viver, para cortar as sebes, que crescem espontaneamente durante todas as ausências, em torno de toda casa desertos, de toda toca vazia? Logo, amanhã mesmo, devíamos lutar contra inimigos ainda ignorados, dentro e fora de nós: com que armas, com que armas, com que energia, com que vontade? Nós nos sentíamos velhos de séculos, oprimidos por um ano de lembranças ferozes, esvaziados e inermes. Os meses transcorridos, embora duros, de vagabundagem às margens da civilização, pareciam agora uma trégua, um parêntese de ilimitada disponibilidade, um dom providencial, embora irrepetível, do destino (LEVI, 2004: 356-357)

Para Levi, o retorno a Turim foi o reencontro com os amigos, a recuperação do direito de ter sua cama ampla e limpa. No entanto, Levi se percebe que continua o sonho e tudo se desmorona e se desfaz ao seu redor, o cenário, as paredes, as pessoas, e a angústia se torna sempre mais intensa e mais precisa. Todo se torna o caos: sente-se só no centro de um nada turvo e cinzento, pois sente-se de novo no *Lager*, e nada era verdadeiro fora do *Lager*. E, nos seus sonhos, ele é novamente deportado para o *Lager*, pois nada parecia ser verdadeiro fora do campo de concentração. Continuamente, ele retorna para seu pesadelo interno.

O sonho de paz terminou, e, no sonho externo, que prossegue gélido, ouço ressoar uma voz, bastante conhecida; uma única palavra, não imperiosa, aliás breve e obediente. É o comando do amanhecer em Auschwitz, uma palavra estrangeira. Temida e esperada: levantem, “Wstavach” (LEVI, 1990: 359)

Outra necessidade vital para o ser humano, religar-se ao “outro”, estar conectado aos seus pares se processa através da memória e ela não se enraíza somente às continuidades temporais, está enraizada nas lembranças, nas discontinuidades, nos traumas e em tantas manifestações humanas. Pois esta memória está ligada a um tempo vivo, que rompe com as cronologias lineares presas às tradições e que se abre para o passado e para o futuro, é o tempo onde os acontecimentos estão no âmbito do agora, no tempo dos acontecimentos e dos eventos.

O tempo está infalivelmente presente nas histórias autobiográficas. Uma autobiografia nunca está estática numa narrativa linear, será sempre reelaborada numa simples sequência de tempo, porém composta de contínuas reestruturações de eventos passados. A memória aparece como enraizada no passado, mas sua constante elaboração se dá no presente e para responder a questões do agora.

2.5. Memória e Testemunho

O autor biográfico se difere do narrador testemunho. Primo Levi narra sua história de vida como judeu, no entanto, sua voz é também a voz do outro: autobiografias, às vezes, não escritas ou escritas roubadas; jovens que não sorriram, ausência de escrita e idosos que não recordaram: narrativas interrompidas, ciclos que não se fecharam, os que livraram do infernal Auschwitz narraram-no sem ambiguidades.

Ecléa Bosi, em *O Tempo vivo da memória*, anuncia que

existe dentro da história cronológica, outra história mais densa de substância memorativa no fluxo do tempo. Aparece com clareza nas biografias, tal como nas paisagens, marcos no espaço onde os valores se adensam, pois o tempo biográfico tem andamento como na música desde o *allegro* da infância que parece na lembrança luminosa e doce até o *adágio* da velhice. (BOSI, 2003: 23 - 24)

Benjamin (2001) constata que a partir da sociedade industrial e após as atrocidades da Segunda Guerra Mundial houve a perda da experiência e da narrativa tradicional. Esta narrativa está intimamente ligada à memória de longa duração, uma memória linear, onde só o presente existe no tempo, o tempo do Chronos, em que passado e futuro não são dimensões do tempo, pois só o presente a preenche.

Este ‘presente’, de acordo com Gagnebin (2006), está preenchido pela experiência passada de geração para geração, e que para Benjamin está compartilhada por uma comunidade humana, tradição retomada e transformada, em cada geração, na continuidade de uma palavra transmitida de pai para filho. A tradição não se deixa cristalizar, pois a comunicação nunca se faz somente através da palavra, mas de imagens, sentimentos, ideias e valores que dão identidade a uma determinada comunidade, vivendo dentro de um tempo cronológico, sem mudanças.

De acordo com Bergson (2007), existe uma memória-hábito, uma lição aprendida como “faz parte de meu presente do mesmo modo que meu hábito de andar ou escrever; ela é vivida, é “agida”, mais do que é representada”. No entanto, em compensação existem lembranças, de uma situação em particular que fogem destas características do hábito.

É um acontecimento de minha vida; sua essência é trazer uma data, e não poder, por conseguinte repetir-se. A própria imagem, considerada em si, era necessariamente, no início, aquilo que será sempre”. (...) “A lembrança espontânea é, de imediato, perfeita; o tempo não poderá acrescentar coisa alguma à sua imagem sem deturpá-la; ela conservará, para a memória, seu lugar, sua data. (BERGSON, apud RICOEUR, 2007: 44)

É esta lembrança do acontecimento que permite a literatura de Levi, a credibilidade do testemunho, ela não se altera. Esta era uma das preocupações de Levi, com a memória do acontecimento, pois “as recordações que jazem em nós não estão inscritas na pedra; não se tendem apagar-se com os anos, mas muitas vezes se modificam ou mesmo aumentam, incorporando elementos estranho. (LEVI, 1990: 9). Ele percebia que era necessário registrar para que o mundo não se esquecesse dos *Lager* de concentração e de extermínio, por isso manteve uma extensa correspondência com os alemães por acreditar que “quase todos, mas não todos, tinham sido surdos, cegos e mudos: uma massa de “inválidos” em torno de um núcleo de perversos” (LEVI, 1990: 104).

Levi acreditava que a correspondência não seria com o objetivo de vingança, mas que “havia chegado a hora de colocar as cartas na mesa. Sobretudo, a hora do diálogo”. (LEVI, 1990: 104). O Julgamento de Nuremberg, logo após o término da II Guerra Mundial, apesar de ter sido considerado por ele como meramente um ato simbólico, incompleto e tendencioso e por ter havido enforcamentos justificadíssimos, os profissionais já haviam feito sua parte. No entanto, ao escrever para o tradutor do seu livro *Se Isto É Um Homem* para o alemão, justificava sobre a **urgência** (ênfatize-se este termo) de ver seu livro, publicado na Alemanha.

Talvez seja presunção: mas hoje eu, o prisioneiro número 174517, por seu intermédio, posso falar aos alemães, recordar-lhes o que fizeram e dizer-lhes: “Estou vivo, e gostaria de compreendê-los para julgá-los”. Não creio que a vida do homem tenha necessariamente um objetivo definido; mas, se penso em minha vida e nos objetivos que até aqui me propus, um só deles eu reconheço bem preciso e consciente, e é justamente este, prestar testemunho, fazer o povo alemão ouvir minha voz, “responder” ao *Kapo* que limpou sua mão em meu ombro, ao doutor Pannwitz, aos que enforcaram o Último [trata-se de personagens de *Se questo è un uomo*], e a seus herdeiros. (...) Não entendo, não suporto que se julgue um homem não por aquilo que é, mas pelo grupo ao qual lhe acontece pertencer (...) Mas não posso dizer que compreendo os alemães: ora, algo que se pode compreender constitui um vazio doloroso, um aguilhão, um estímulo permanente que exige ser satisfeito. (LEVI, 1990: 107)

Uma memória-lembrança não é um tempo vazio, porém um tempo saturado de lembranças. Conforme Seixas (1992), a memória constrói um tempo carregado de afetividades que articulando ao seu modo passado, presente e futuro remete imediatamente a uma dimensão espacial. Os tempos da memória designam ao mesmo tempo, lugares de memória, sejam eles concretos ou simbólicos. É a memória marcada

por lugares, imagens como também pode estar marcada por traumas, que embora muitas vezes por ter ocorrido há muito tempo, as lembranças sempre teimam em se manifestar em um dado momento presente, todavia muitas vezes modificadas no presente, nas experiências vividas no presente.

A memória não é estática, porém sempre está revisitada por fatos históricos, tempos vividos, excepcionais ou recalcados. A memória voluntária constituída de lembranças teima em se manifestar, em querer lembrar. Já a memória involuntária, princípio proustiano, se deixa guiar não pela continuidade do tempo abstrato vazio e sim por associações dominadas pelo acaso, como por meio de uma música, de uma imagem, de um aroma ou em algo que toca os nossos sentidos.

Levi relatou, como também Elie Wiesel, sobre o cheiro de Auschwitz, que eles definiram como: “O ar não era puro, cheirava como nenhuma outra coisa no mundo” e o “O cheiro do anjo da morte”. A roupa listrada de prisioneiro, Levi fez questão de escondê-la para que não fosse obrigado a entregar aos russos. O caminhar lento por causa dos calçados de solados de madeira o martirizava como também os sonhos no meio da noite.

De acordo com Seixas (1992), a memória não é um retrospecto, isto é, não é somente uma parada no presente, um resgate do passado, recalque, ilustração, mas é um prolongamento do passado no presente. Portanto, ela não é progressiva, mas é passado que nunca passa, revivido narrativamente.

Aquele que testemunha *sobreviveu* – de modo incompreensível – à morte: ele como que a penetrou. Se o indizível está na base da língua, o sobrevivente é aquele que reencena a criação da língua. Nele a morte – o indizível por excelência, que a toda hora tentamos dizer - recebe novamente o cedro e o império sobre a linguagem. O simbólico e o real são recriados na sua relação de mútua fertilização e exclusão. (SELIGMANN-SILVA, 2003 :52)

Mais uma vez reafirmando o que Levi acreditava ser o papel da testemunha, registrar como num “arquivo” a verdade dos *Lager*, pois considerava que a memória humana é um instrumento maravilhoso, porém falaz. A memória só existe ao lado do esquecimento: um complementa e alimenta o outro, um é o outro, um é o fundo sobre o qual o outro se inscreve. ” Quando Elie Wiesel, após dez anos da sua libertação, do mais funesto *Lager* de extermínio, quebrou o silêncio e redigiu o seu relato testemunhal, *A noite*, ele utilizou a dupla negativa para a sua premissa – “nunca me esquecerei” – ao invés de uma forma afirmativa: “vou me lembrar”. “Jamais je n’oublierai cette nuit, la première nuit de camp qui a fait de ma vie une nuit longue et sept fois verrouillée”. Nunca me esquecerei dessa noite, a primeira noite do campo que fez da minha vida uma noite

longa e sete vezes selada”. (WIESEL apud SELIGMANN-SILVA, 2003: 52) Elie Wiesel acreditava que era preciso quebrar o silêncio, pois a testemunha tinha um papel extremamente vital: “esquecer os mortos é o mesmo que mata-los uma segunda vez.”⁹

Os apagamentos de todos os vestígios da ignomínia do extermínio foi uma estratégia dos nazistas, no final da guerra, destruindo a maior parte dos documentos. Porém a montanha de corpos putrefatos e a transferência dos Häftling de um *Lager* para outro tinha o claro intuito de exterminá-los, pois os Häftling não tinham nenhuma condição de fazer longos trajetos a pé - famélicos, doentes, praticamente desnudos, maus tratos dos SS -, e agravado por um inverno rigoroso, deixaram um rastro imenso de mortos ao longo do caminho e poucos sobreviveram. A “Solução Final” tinha a pretensão de aniquilar um povo inteiro, o povo judaico, destruir toda sua face de uma memória e de sua história. Desta capacidade da memória de levar a um esquecimento, de um apagamento da política e da ética, Hitler era plenamente consciente. Ele se referiu ao genocídio dos armênios, perpetrado pelos turcos, em 1915 e não reconhecido pelo governo turco até os dias de hoje. Hitler, declarou em 21 de agosto de 1939: “Eu dei ordem às unidades especiais da SS de apoderarem do fronte polonesa e matarem sem piedade homens, mulheres e crianças. Quem fala do extermínio dos armênios, hoje?” (apud GAGNEBIN, 2006: 47)

Este apagamento da memória, muitas vezes, pode ser acarretado pela impossibilidade de narrar, de assimilar o choque, o trauma. Muitos sobreviventes não conseguiram contar, especialmente pela dificuldade de trazer à tona o vivido. “O trauma fere, separa, corta ao sujeito o acesso ao simbólico, em particular à linguagem”. (FREUD apud GAGNEBIN, 2006: 51).

O trauma tem sido empregado para descrever uma lesão da memória, causada por certos eventos, e muito particularmente sobre a Shoah. O trauma é a ferida aberta no interior do sujeito e, também no seu corpo e que não cicatriza. LaCapra (apud ROSA, 2015) reconhece que as pessoas atingidas por situações extremas podem resistir, perlaborar, na medida que a experiência “desarticula o eu e cria buracos na existência” que, talvez “nunca seja completamente dominados”.

⁹ Elie Wiesel, judeu-romeno (1928-2016), ganhou o Prêmio Nobel da Paz, pelo conjunto de sua obra de 57 livros e por sua militância na defesa das minorias e contra a intolerância. Sobrevivente de Auschwitz, porém viu seu pai padecer no Campo, pouco antes da libertação pelos russos. Amigo particular de Primo Levi, quando da morte de Levi, em 1987 se manifestou dizendo que o Italiano Levi nunca saiu de Auschwitz. Frases marcantes de Elie Wiesel - O GLOBO 03/07/2016

LaCapra (2015) considera que o luto possibilita o enfrentamento do trauma, na medida que ocorre o reconhecimento da perda e do outro, pois o luto é uma reação à perda que leva o sujeito à renúncia do objeto. Nos *Lager* quebrou-se esta possibilidade de se preparar para a perda. Na chegada, a seleção ocorria imediatamente e a maioria eram enviados para o extermínio. Pouquíssimos ainda permaneciam juntos. Levi relata que teve um amigo, Alberto, o qual permaneceu com o autor quase todo o período do encarceramento em Auschwitz. Ele havia sido deportado com seu pai. A grande seleção¹⁰, em outubro de 1944, levou o pai de Alberto a ser escolhido para a seleção.

Com a morte do pai, Levi (1990) narra que Alberto mudou completamente. Ele era extremamente racional, porém com essa perda passou a buscar subterfúgios para não aceitar o seu extermínio. Seu pai nunca mais foi visto e o próprio Alberto também desapareceu na evacuação dos prisioneiros de Auschwitz, em janeiro de 1945. Estranhamente, quando no final da guerra e na derrota da Alemanha, Levi foi contar do destino de Alberto, sua mãe já “sabia de tudo”, que estava vivo e logo voltaria. A família reconstruiu uma verdade consolatória para não enfrentar uma “verdade dolorosa”.

Em *Os afogados e os sobreviventes*, podemos perceber a luta de Levi, pela afirmação e confirmação da verdade sobre a Shoah. Por isso, ele se levanta contra as ideias revisionistas e negacionistas e ancorado por uma

imponente literatura que veio a se formar sobre o tema do homem desaparecido (ou “salvo), inclusive com a colaboração, voluntária ou não, dos culpados de então; e neste *corpus* a concordância é abundante, a discordância é mínima. (LEVI, 1990: 16)

Esta tentativa de negar o extermínio dos judeus, Ricoeur (apud ROSA, 2015) levanta uma questão que ele denomina de *esquecimento escapista*, uma estratégia de esquiva guiada por um desejo obscuro de não saber, de não ser informado, e de não investigar atrocidades cometidas.

Esta estratégia de esquiva e de fuga dos eventos traumáticos dos *Lager* ocorreu, em grande parte, pelos sobreviventes, pois somente depois do término da II Guerra Mundial conseguiram falar sobre sua experiência traumática como Häftling. Os familiares dos sobreviventes não queriam ouvir suas histórias e, muitos ao perderem seus entes queridos, preferiram se esquivar da “verdade dolorosa” e buscar um consolo como Levi relata que ao visitar a família de Alberto, um ano depois da primeira visita ficou surpreso.

¹⁰ A grande seleção foi a última seleção dos Häftling para as câmaras de gás, em Auschwitz, ocorrida em outubro de 1944. (LEVI, 1990: 15)

A verdade mudara levemente: Alberto estava numa clínica soviética, estava bem, mas tinha perdido a memória, não recordava nem mesmo seu nome; mas começara a melhorar e retornaria logo, ela o sabia de fonte segura. Alberto jamais retornou. Passaram-se mais de quarenta anos; não mais tive a coragem de voltar e contrapor minha verdade dolorosa à “verdade consolatória” que, ajudando-se mutuamente, os familiares de Alberto construíram.

Levi tentou por meio da narrativa, sair de Auschwitz. No entanto, em qualquer lugar, aparentemente desprovido de tensão e sofrimento;

sinto uma angústia sutil e profunda, a sensação definida de uma ameaça que domina. E, de fato, continuando o sonho, pouco a pouco ou brutalmente, todas as vezes de forma diferente, tudo desmorona e se desfaz ao meu redor, o cenário, as paredes, as pessoas, e a angústia se torna mais intensa e mais precisa. Tudo agora tornou-se caos: estou só no centro de um nada turvo e cinzento. E, de repente, sei, o que isso significa, e sei também que sempre soube disso: estou de novo no *Lager*, e nada era verdadeiro fora do *Lager*. (LEVI, 2004: 359)

Levi ao trazer a narrativa da *A zona cinzenta*, considerou que não se podia analisar o *Lager* sob uma ótica de vítimas e opressores, visto que, naquele universo concentracionário, todos tinham um único objetivo: salvar-se, leia-se, não ser o próximo da próxima seleção.

A luta pela sobrevivência e depois a constante culpa por estar vivo, no meio de milhões que foram levados para o extermínio, fez com que muitos sobreviventes buscassem a saída no suicídio para aplacar a sua dor, como aconteceu com Levi. O suicídio de Levi nunca foi admitido pela família¹¹. O nosso autor considerou que os casos de suicídio era um momento crítico, que coincidia com um instante de revisão e depressão, em contraste com os raros casos durante o cativeiro. No *Lager* não havia instantes para revisão e sim à busca pela sobrevivência.

¹¹ A versão oficial da família de Primo Levi é de que foi ocasionada por uma queda da escadaria do prédio que morava, em Turim (abril de 1987). No entanto a conclusão da perícia técnica é que suicidou-se. Ian Thomson, escritor inglês, publicou a mais recente biografia de Levi, em 2007, sob o título *Primo Levi*, avaliou que “sabe-se que ele passava por uma depressão que o teria levado ao suicídio, isto é, o escritor teria se jogado das escadas provocando a sua própria morte. MAURO, Sérgio e MOURA, Claudia Fernanda de Campos. 02/08/2016.

III – A VONTADE DA VERDADE NOS RASTROS DA “SOLUÇÃO FINAL”

Os primeiros capítulos nos conduziram a um conhecimento histórico e teórico, a fim de nos auxiliar em busca dos rastros da literatura testemunhal de Levi. Uma literatura tão impactante como a grande maioria dos testemunhos da Shoah. É por meio, das experiências de Levi, experiências anteriores e posteriores a Auschwitz, que vamos tentar perceber um pouco do “Inferno de Dante” vivido pelos Häftling do maior *Lager* alemão.

As obras de Levi têm como narrativa, a princípio, a sua experiência traumática como prisioneiro do *Lager* de Auschwitz em *Se isto é um homem*, redigido em 1947. *A Trégua*, publicado em 1962 é sobre a trajetória de retorno à Itália, sua terra natal. Após a sua libertação, ele viaja por meses em grande parte do território russo até sua chegada em solo italiano. Já *Os afogados e os sobreviventes*, foi escrito em 1986, mais de quarenta anos após o fim da Segunda Guerra Mundial. Conflito militar global (1939-1945) que extrapolou o espaço europeu - continente dos principais países envolvidos – estendendo-se em outros continentes, norte da África e pelo Pacífico chegando ao Extremo Oriente, em especial, no Japão, na América, com o ataque à Pearl Harbor (Havaí) e na Oceania, alcançando a Austrália. Foi bem mais devastador que o iniciado em 1914, com consequências desastrosas. O mundo foi dividido entre dois blocos econômicos e ideológicos antagônicos, o capitalista e o socialista, representados, respectivamente, pelos EUA e pela URSS. Foi também o início da Era Atômica, com o lançamento das bombas nucleares americanas sob as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki.

No entanto, nada foi tão impactante para o mundo como as fábricas de morte nazistas, o conhecimento dos campos de concentração e de extermínio que vitimaram milhões de pessoas. A barbárie foi cometida pelo Estado Nazista legitimada pelo dogma de pertencerem a uma raça superior, a ariana, sobre outras raças consideradas inferiores, dando-se o poder de decidir sobre a vida e a morte destes inferiores. Judeus, eslavos, negros, ciganos, testemunhas de Jeová, comunistas, homossexuais, deficientes físicos e mentais poderiam e deveriam ser eliminados. Um grupo imenso de indesejáveis, de “inferiores”. Os judeus, porém, foram suas maiores vítimas.

Hitler, em sua autobiografia *Mein Kampf* (1983), já havia declarado a necessidade de gasear os judeus, uma raça de imundos, malcheirosos, mentirosos e gananciosos. Tudo o que havia sido escrito, em 1925, foi colocado, em prática, com minúcias. Os judeus-poloneses e os judeus-alemães, se fossem tornados realmente como uma raça, poderiam

ser considerados, naquele momento como uma raça em extinção. Os judeus-poloneses, antes da guerra, eram três milhões e trezentos mil, após o conflito restaram trezentos mil e os judeus-alemães eram duzentos e trinta mil e restaram após o conflito, vinte mil. Os números são estarrecedores demonstrados nos ANEXOS I e II.

3.1 A literatura testemunhal de Levi

A literatura testemunhal de Primo Levi traz à tona os absurdos inimagináveis em torno desta carnificina, vividos pelos Häftling¹². Ela sai em busca dos rastros dos Häftling-sobreviventes, dos afogados, aqueles que foram exterminados logo após a entrada no *Lager* e aqueles que padeceram pela fome, pela sede, pelos terríveis maus tratos e trabalhos inúteis imputados pelos alemães. Seus livros também retratam os “muselmann”¹³, os intestemunháveis, os que sucumbiram à morte, os integrantes do sonderkommand¹⁴ (obrigados a participar da Solução Final do seu povo). As obras abordam ainda o poder alemão, espelhado e presentificado pelos oficiais e soldados das SS.

Muitos historiadores, filósofos, cientistas e literatos buscam e buscaram entender os rastros deixados pelos Häftling dos *Lager*, entender como “um homem pode fazer tanto mal a outro homem”. O rastro para, Walter Benjamin (2006), é a marca, (a pegada) deixada por um animal em seu caminho, cabe ao caçador, recompor, a partir dessas marcas, um percurso que o permita encontrar o animal buscado. O rastro, segundo Gagnebin (2006) inscreve a lembrança¹⁵ de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente.

Por que a reflexão sobre a memória utiliza tão frequentemente a imagem – o conceito – de rastro? Por que a memória vive esta tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente. Riqueza da memória, certamente, mas também *fragilidade* da memória e do rastro. (GAGNEBIN, 2006: 44 - grifo da autora)

¹² Häftling (prisioneiro em alemão). Nos livros de Primo Levi escrito também como Häftlinge. Mantivemos somente uma grafia, para facilitar a leitura, Häftling e por ser mais comumente utilizado nos livros de Primo Levi.

¹³ Muselmann (muçulmanos em alemão). Na linguagem do *Lager*, era o prisioneiro que havia abandonado qualquer esperança de sobrevivência.

¹⁴ Os Sonderkommand (Os Esquadrões Especiais), na qualidade de portadores de um horrendo segredo, eram rigorosamente separados dos outros prisioneiros.

¹⁵ Halbwachs afirma que a lembrança, é em larga medida uma reconstrução do passado com ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada. (HALBWACHS apud SELIGMANN, 2003)

Benjamin considerou ser impossível uma narrativa linear e totalizadora porque ele entende a interpretação do humano em pautas que envolvem componentes dissociativos e cindidos. Por isso, o rastro não estaria encaixável nesta narrativa linear, pois ele produz cortes, esquecimentos e dissonâncias (desarmonia).

Levi sempre buscou os rastros sobre a aniquilação total e proposital dos judeus pelos nazistas nos *Lager*, comprovar a tentativa dos alemães de apagar os rastros do que fizeram principalmente próximo do término da guerra, quando a derrota era eminente. A queima dos arquivos dos *Lager* mostra isso e dos corpos, antes apenas empilhados aos milhares ou colocados em valas comuns. Os cadáveres eram tratados dessa forma – espalhados em covas pelos campos de concentração – em razão de os nazistas acreditarem em uma vitória certa. No entanto, aos poucos, perceberam ser necessário apagar os rastros. Eles fizeram uma revisão: melhor apagar tudo.

Os próprios prisioneiros foram obrigados a desenterrar aqueles pobres restos e a queimá-los em fogueiras a céu aberto, como uma operação dessas proporções, e tão incomum assim, pudesse passar totalmente inobservada. (LEVI, 1990: 2)

A obra literário-testemunhal de Levi está contextualizada em Auschwitz. Em seu caso, fica mais patente a consideração de que todo enunciado só tem sentido no contexto em que é produzido. Há um sujeito, um EU que se coloca como o responsável pelo que se diz e é em torno desse sujeito-testemunha que são organizadas as referências de tempo e de espaço. No caso da Shoah, a testemunha é a pessoa portadora da memória. Ser testemunha judia do nazismo significa, assim, ser também sobrevivente em relação a ele. Agamben, em *O que resta de Auschwitz* (2008), fala que, em latim, há dois termos para representar a testemunha. O primeiro, *testis*, de que deriva o nosso termo testemunha (qualquer testemunha) significa etimologicamente aquele que se põe como terceiro, entre dois contendores. O segundo, *superstes*, indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho. Já o testemunho é a compilação de relatos, narrativas, documentos, registros referentes àquilo sobre o qual se fala.

Levi ao escrever a história dos *Lager*, coloca que não teve como objetivo formular novas acusações ou levar ao conhecimento dos leitores pormenores atrozés sobre os campos de extermínio, mas talvez fornecer documentos para um estudo sereno sobre a alma humana, por isso sua narrativa teve um caráter pioneiro com relação ao relato testemunhal. Quando o mundo ainda se encontrava sob o caos pela destruição provocada pela guerra e estarecido pelos milhões de mortos nos campos de concentração e de

extermínio nazista, Levi em *Se isto é um homem*¹⁶, editado 1947 descortina totalmente o mistério dos *Lager*, sempre ocultado pelos alemães. Sua leitura encontrou pouca receptividade entre os leitores. O momento era de constrangimento político e psicológico e de pouca disposição individual e coletiva para revolver uma ferida ainda pungente. Era o mesmo constrangimento, quem sabe, quando os soldados russos chegaram a Auschwitz, em 27 de janeiro de 1945 e se depararam com a ignomínia e o indescritível.

Quatro jovens soldados a cavalo, que agiam cautelosos com as metralhadoras embaçadas, ao longo da estrada que demarcava os limites do campo. Quando chegaram ao arame farpado, detiveram-se, trocando palavras breves e tímidas, lançando olhares trespassados por um estranho embaraço, para observar os cadáveres decompostos, os barracões arruinados, e os poucos vivos. Pareciam-nos admiravelmente corpóreos e reais, suspensos (a estrada era mais alta do que o campo) em seus enormes cavalos, entre o cinza da neve e o cinza do céu, imóveis sob as rajadas do vento úmido que ameaçava o degelo. Pareciam-nos, e assim era, que o nada atravessado de morte, no qual vagávamos fazia dez dias como astros esbatidos, tinha encontrado o seu próprio centro sólido, um núcleo de condensação: quatro homens armados, mas não armados contra nós; quatro mensageiros da paz, de rostos rudes e pueris sob os pesados capacetes de pêlo. Não acenavam, não sorriam; pareciam sufocados, não somente por piedade, mas por uma confusa reserva, que selava as suas bocas e subjugava os seus olhos ante o cenário funesto. Era a mesma vergonha conhecida por nós, a que nos esmagava após as seleções, e todas as vezes que devíamos assistir a um ultraje ou suportá-la: a vergonha que os alemães não conheceram, aquela que o justo experimenta ante a culpa cometida por outrem, e se aflige que persista, que tenha sido introduzida irrevogavelmente no mundo das coisas que existem, e que a sua boa vontade tenha sido nula ou escassa, e não lhe tenha servido de defesa. (LEVI, 2004: 11-12)

A literatura de testemunho, de acordo com Seligmann (2003) é um conceito que, nos últimos anos, tem feito com que muitos teóricos revejam a relação entre a literatura e a “realidade”. O conceito de testemunho “desloca o ‘real’ para uma área de sombra: testemunha-se via de regra, algo de excepcional e que exige um relato. Um relato marcado pelo elemento singular do “real”. Quem testemunha se depara com uma experiência carregada de eventos traumáticos e indizíveis.

De acordo com Rodrigues (2006), a linguagem do indizível do testemunho aponta para três dimensões que interagem entre si, citadas por Shoshana¹⁷: a histórica, a poética

¹⁶ *Se Isto É Um Homem* (1947), demorou tempo para encontrar um editor, talvez por ser ainda muito cedo para que a sociedade enfrentasse a magnitude do ocorrido durante a noite do terror nazista. ALTARES, Guilherme, *O horror sem adjetivos de um testemunho inédito de Primo Levi*. El País. Pesquisa realizada em 11/03/2017

¹⁷ Shoshana Felman, judia-americana, escritora e atualmente professora de Literatura Comparada e de Francês na Universidade de Emory (Atlanta – EUA). Desde a década de 1990, Felman escreve textos sobre testemunho e trauma, particularmente no contexto da Shoah, e outros traumas coletivos.

e a clínica. Podemos perceber na literatura testemunhal de Levi estas três dimensões: seu testemunho se reporta a um acontecimento histórico, particularmente sua experiência pessoal em Auschwitz vivido por um ano. Pode-se afirmar que sua escrita é, em muitos momentos, poética, ultrapassando o discurso meramente descritivo, deixando-se levar pelas metáforas e as analogias. E sua necessidade confessa de narrar que soa como uma emergência, como se empreendesse a tentativa de uma cura que não se resolve por meio da escrita.

A narrativa de Levi, se insere não estritamente na ordem do real enquanto realidade empírica. Ela pertence a uma outra ordem, isto é, à do “real” como trauma, como experiência que não se deixa narrar tal como se passou, pois permanece inscrita na esfera do indizível. O que se consegue escrever é outra coisa. A enunciação desponta como um ato por vezes desconexo, no qual o que foi vivenciado perdura como um rastro. (RODRIGUES, 2006: 121)

A necessidade de testemunhar torna-se um gesto de si para o outro, um discurso performático, no sentido que não relata efetivamente o que se passou, porém ao mesmo tempo não é falso, nem verdadeiro. Segundo Rodrigues (2006), trata-se de um discurso mais conotativo que denotativo, cuja motivação se mantém subjacente, maior e mais grave que o próprio enunciado, e que se demonstra ser, em muitos casos, um discurso para curar o incurável. Levi, após a sua libertação de Auschwitz tentou continuar com a sua profissão de químico, porém a sua necessidade de testemunhar falou mais alto. Foi como escritor, escrevendo livros e artigos, dando palestras, entrevistas e mantendo uma longa correspondência com os alemães que tentou aplacar a sua dor e deixar emergir a sua necessidade premente de levar aos outros o que foi os *Lager* nazistas. Ao escrever o prefácio de *Se isto é um homem*, já manifestara a sua necessidade de narrar.

Estou consciente, e peço compreensão, dos defeitos estruturais do livro. Ele nasceu, se não de facto, pelo menos como intenção e como concepção, já nos últimos dias do *Lager*. A necessidade de contar aos “outros”, de tornar os “outros” conscientes, tomara entre nós, antes e depois da libertação, o carácter de um impulso imediato e violento, ao ponto de rivalizar com as outras necessidades primárias: o livro foi escrito para satisfazer essa necessidade; em primeiro lugar, portanto, como libertação interior. Daí o seu carácter fragmentário: os capítulos foram escritos não em sucessão lógica, mas por ordem de urgência (...) Parece-me supérfluo acrescentar que nenhum dos factos é inventado. (LEVI, 2001: 9-10)

De acordo com Seligmann (2003), aquele que testemunha sobreviveu – de modo incompreensível - à morte: ele como que a penetrou. Se o indizível está na base da língua, o sobrevivente é aquele que reencena a criação da língua. Poderíamos nos atrever a dizer

que Levi seguiu os conselhos de seu amigo Steinlauf, ao alertá-lo sobre os cuidados com o nosso corpo, não podemos permitir que os “nazistas” se apropriem de nossos pilares, por isso, “é preciso querer sobreviver, para contar, para testemunhar” (LEVI, 2001, 40).

Na literatura de testemunho, Seligmann (2003) nos indica dois pontos centrais da literatura de testemunho: primeiramente, ela é mais que um gênero, é uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes e faz com que toda a literatura seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. Em segundo lugar, esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” deve ser compreendido na chave freudiana do *trauma*, de um evento que justamente resiste à representação, como os eventos-limite como os genocídios do século XX, dos armênios, dos judeus, dos tutsis, dos sinti e roma.

Reafirmando que a literatura de Levi nos leva a entender

que o real, uma vez tomado como matéria prima da escrita, não é o real puro, mas o real em meio às cenas, reminiscências, pensamentos, lembranças, desejos. Trata-se do real fígado por uma trama significante. (...) O trauma é uma marca do humano. É o que inscreve o sujeito na ordem da linguagem, e, ao mesmo tempo, uma marca do que não é absorvível pelo simbólico. O trauma seria, em última instância, o que funda a memória do homem como sujeito falante. (MACÊDO, 2014: 46-47)

A literatura testemunhal de Levi tenta nos inferir o que há de excepcional a ser relatado: sobre a viagem para Auschwitz que em dado momento revela “muitas coisas foram ditas e feitas entre nós; mas é bom que delas não se guarde memória”, sobre a chegada no *Lager*, quando dois grupos de estranhos indivíduos, avançavam em formação, um passo arrastado, a cabeça decaída para a frente e os braços rígidos, com as roupas às riscas, sujas e rasgadas. E todos os que haviam chegado tinham também a certeza que, amanhã, seriam um deles. Tantos outros fatos de espantos, sustos, morros e torturas e situações inenarráveis.

Binjamin Wilkomirski, escritor suíço da obra *Fragmentos*, publicada em 1995, um relato autobiográfico transparente como sobrevivente do Holocausto, em que narra a sua suposta passagem pelos campos de concentração quando ele tinha pouco mais de três anos. Depois de dezenas de entrevistas, palestras e a publicação dos pára-textos que acompanharam o livro, descobriu-se que ele é uma farsa. Seu nome não é Binjamin Wilkomirski, é Bruno Doessekker, não é judeu, apenas conheceu os campos de concentração na qualidade de turista e de estudioso de história. Toda a obra foi escrita

baseada na leitura de dezenas de textos autobiográficos, de documentos e livros. No entanto, toda a força de sua obra advém justamente do fato dela ser fictícia, pois os autênticos sobreviventes são incapazes de narrar com tanta precisão os detalhes do “olhar da medusa”. Apenas um erudito e estudioso da Shoah como Wilkomirski poderia construir uma peça tão impactante quanto *Fragmentos* (mesmo que esta obra de fato realize a promessa contida no seu nome, ou seja arrebente-se em fragmentos, diante da revelação da farsa), todavia ele não é um testemunho pois “não estava lá”.

Em Levi não se trata de ficção, mas de uma vivência que resiste à decifração, não se apresenta em uma linguagem comum, nem numa figuração fiel ao que aconteceu. O autor induz os leitores a pensar, no drama individual e coletivo, efetivamente vivido no *Lager*.

No prefácio *Se isto é um homem*, Levi exalta-se e intima o leitor a ver o que se passa em torno de si, a tomar conhecimento do vivido e traumatizado.

Vós que viveis tranquilos
 Nas vossas casas aquecidas,
 Vós que encontrais regressando à noite
 Comida quente e rostos amigos:
 Considerai se isto é um homem
 Quem trabalha na lama
 Quem não conhece paz
 (...)
 Meditai que isto aconteceu
 Recomendo-vos estas palavras.
 (...)
 Repeti-as aos vossos filhos.
 Ou então que desmorone a vossa casa,
 Que a doença vos entreve,
 Que os vossos filhos vos virem a cara. (LEVI, 2001: 7)

A necessidade, confessa de Levi de narrar, soa como uma emergência, como se empreendesse a tentativa de uma cura que não se resolve por meio da escrita. O que ele viu e viveu foram instantes catastróficos, instantes inaudíveis. De acordo com Rodrigues (2006) catástrofe¹⁸ é, por definição, um evento que provoca um trauma, palavra grega, que quer dizer “ferimento”. E trauma deriva de uma raiz europeia com dois sentidos: “friccionar, triturar, perfurar”, mas também “suplantar” “passar através” Nesta contradição – uma coisa que tritura, perfura, mas que, ao mesmo tempo, é o que nos faz

¹⁸ Etimologicamente a palavra “catástrofe” provém do grego e significa, literalmente, “virada para baixo” (kata + strophé), equivalente a Shoah, em hebraico.

suplantá-la -, revela o paradoxo da experiência catastrófica, que não se deixa apanhar por formas simples de narrar.

O cotidiano do *Lager* estava coalhado de inúmeros desnudamentos vexatórios: devido ao controle dos piolhos, às buscas nas roupas, à lavagem matinal, à visita das sarnas; e, além disso, devido às seleções periódicas, nas quais uma “comissão” decidia quem ainda estava apto para o trabalho e quem ao contrário, estava fadado à eliminação. Ora, um homem nu e descalço sente os nervos e os tendões truncados: é uma presa inerte. As roupas, mesmo aquelas imundas que eram distribuídas, mesmo os sapatos ordinários com sola de madeira, são uma defesa tênue, mas indispensável. Quem não os tem não se percebe a si mesmo como um ser humano, e sim como um verme: nu, lento, ignóbil, vergado ao chão. Sabe que poderá ser esmagado a todo momento. (LEVI, 1990: 68)

3.2 O Biopoder e a disciplina

Em sua reflexão sobre o biopoder, Foucault (2008) afirma que não pretende fundar uma teoria geral e globalizante do que é o poder, mas analisar os mecanismos deste poder que são parte intrínseca de todas as relações sociais e políticas. O que “trata-se simplesmente de saber por onde isso passa, como se passa, entre quem e quem, entre um ponto e que ponto, segundo quais procedimentos e com quais efeito”. (FOUCAULT, 2008: 4)

O conjunto dos mecanismos de poder devem ser percebidos dentro de um universo específico, num dado momento, dentro de um período e de um campo dado. É no universo do Estado Nazista e, em especial, no universo paratópico de Auschwitz. No universo de Primo Levi e de todos os demais Häftling que procuramos perceber os mecanismos de poder em ação. Em primeiro lugar, têm-se que levar em conta as questões de espaço. A soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população. De acordo com Foucault (2008), é no interior do território que se estabelece a soberania e a disciplina implica uma repartição espacial como também a segurança.

E é no interior do território que os mecanismos de poder do Estado Nazista se estabeleceram e, posteriormente, por todos os territórios ocupados pelos alemães. Os fundamentos do Estado Nazista estavam centrados dentro do nacionalismo, espaço vital (proteção de todos os cidadãos alemães, onde quer que estivessem) e a superioridade racial. Em sua autobiografia, Hitler afirma: “a condição essencial para a formação de uma

humanidade superior não é o Estado mas a raça”. O Estado é apenas um meio um fim. O Nazismo é a aplicação de uma teoria de supremacia racial.

Cabia à raça ariana todo o poder sobre os demais:

Sem tal possibilidade de empregar gente inferior, o ariano nunca teria podido dar os primeiros passos para a civilização, do mesmo modo que, sem a ajuda de animais apropriados, pouco a pouco domados por ele, nunca teria alcançado uma técnica, graças à qual vai podendo dispensar os animais (...). Eis como a existência de povos inferiores tornou-se condição primordial na formação de civilizações superiores, nas quais só esses entes poderiam suprir a falta de recursos técnicos, sem os quais nem se pode imaginar um progresso mais elevado. (...) Só os bobos pacifistas é que podem enxergar nisso um indício de maldição (...). O progresso humano se assemelha a uma ascensão em uma escada sem fim; não se chega de forma alguma encima, sem se ter servido dos degraus inferiores. (HITLER, 1983: 191-192)

Ao comparar os arianos com os judeus, Hitler situa os últimos como os mestres da mentira e da calúnia. Segundo ele, os judeus tentam provar ao mundo que “a questão judaica é uma questão religiosa, quando, na realidade, trata-se apenas de um problema de raça e que raça! ” (HITLER, 1983: 153). Os mecanismos de poder do Estado Nazista perpassam pela dinâmica da superioridade racial e da eliminação dos “seres inferiores”. Os “seres inferiores” devem, *a priori*, ser colocados para a segurança do território e de sua população “ariana” dentro de uma disciplina extremada, por uma série de vigilâncias, controles, olhares, esquadrinhamentos que permitam descobrir algo, antes mesmo que ele aconteça; por correções e punições.

Os rumores sobre os *Lager* nazistas já ocorriam desde 1942, porém eram notícias vagas e consideradas inconcebíveis. Levi, quando foi capturado em dezembro de 1943, tinha consciência e conhecimento sobre o mais terrível *Lager* de Auschwitz: “só uma minoria de ingênuos e de iludidos teimou em manter a esperança: nós tínhamos falado demoradamente com os croatas e polacos, e sabíamos o que significava partir”. (LEVI, 1990: 13)

A dificuldade da narração, a incredulidade sobre o que ocorreu nos “campos de morte” era prevista pelos próprios nazistas. Mesmo assim após as sucessivas derrotas militares tentaram apagar os rastros de sua ignomínia. Muitos sobreviventes e testemunhas recordavam-se, como Simon Wiesenthal, dos SS rirem e advertirem cinicamente os prisioneiros:

Seja qual for o fim da guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque

destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança: dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós que negaremos tudo, e não em vocês. Nós é que ditaremos a história dos *Lager*. (LEVI, 1990: 1)

A formação dos *Lager* possibilitou aos nazistas aplicar todos os controles, olhares e punições. “Em nenhum outro tempo e lugar se assistiu a um fenômeno tão imprevisto e tão complexo: jamais tantas vidas humanas foram eliminadas num tempo tão breve, e com uma tão lúcida combinação de engenho tecnológico, de fanatismo e crueldade” (LEVI, 1990: 7). Toda a disciplina foi possível dentro de uma estrutura organizacional germânica, desde a entrada dos *Häftling* até sua única saída, pela fumaça das chaminés.

A teia do biopoder de Auschwitz fazia com que os *Häftling* ao chegar ao *Lager* se sentissem num universo incompreensível e louco, segundo Levi, eles se olhavam e entreolhavam, sem dizerem uma só palavra. Precisavam de um intérprete para traduzir as ordens, pois somente uma língua, a germânica era falada em um universo multilinguístico, de pessoas de todos os lugares da Europa. Foram expropriados de todos os seus pertences, obrigados a se despirem, tirar os sapatos, tosquiados e tatuados com um número.

Levi aprendeu que não tem mais um nome e sim um número, 174 517, que guardará até a morte a marca tatuada no braço esquerdo, desprovidos de toda a dignidade humana e “compreender-se-á então o duplo significado da expressão “Campo de extermínio” e será claro o que entendemos exprimir com esta frase; jazer no fundo” (LEVI, 2001: 26). Os prisioneiros dependiam totalmente deste número para receber o pão e a sopa, os sapatos com solado de madeira, com os quais andavam irremediavelmente com passos arrastados. No *Lager*, um homem enlouquece: não “há espelho para nos vermos, mas o nosso está diante de nós, refletido em cem rostos lívidos, em cem fantoches miseráveis e sórdidos” (LEVI, 2001: 25)

Como a capacidade do homem tecnológico pode se estender indescritivelmente rumo a destruição?

Sabemos agora que uma pessoa pode ler Goethe ou Rilke à noite, que pode tocar Bach ou Schubert e cumprir a rotina de trabalho em Auschwitz pela manhã. Dizer que ela os leu sem compreender, ou que não tem ouvido para a música, é lugar comum (STEINER, 1988:15)

Levi tenta compreendê-los em *Os afogados e sobreviventes* (1990), tenta comunicar-se com eles nas “*cartas dos alemães*”, porém a comunicação dentro de uma fronteira, há uma desconfiança mútua.

Todos os mecanismos utilizados para romper com qualquer resistência eram metódicos, deliberados e não causais: a viagem durante dias até a chegada em Auschwitz; a seleção: de um lado os “hábeis” e de outro os “inábeis” em que desapareceram sem deixar rastros. Muitos Häftling-sobreviventes, após o término da guerra e a derrota alemã, sentiram-se com uma enorme culpa por estarem vivos, visto que milhões de pessoas não sobreviveram aos *Lager*. Os alemães queimaram todos os documentos da imensa infâmia cometida, tentando apagar os números. No entanto, é sabido: foram milhões de mortos. Isto é inconcebível. Ficaram as angústias, as culpas e os questionamentos: por que sobrevivemos? George Steiner era filho de judeus-austríacos e desde cedo seu pai, muito antes previdente, saiu da Áustria. Em 1924 a família foi para a França, país em que nasceu. Em janeiro de 1940 foram para os Estados Unidos, onde foi criado em segurança.

Assim aconteceu que eu não estava lá quando se fez a chamada. Não fiquei de pé na praça pública com as outras crianças, aquelas com quem tinha crescido. Ou meu pai e minha mãe desaparecerem quando escancararam as portas do trem. Mas, em outro sentido, sou um sobrevivente, e não intacto. Se muitas vezes perco contato com minha própria geração, se aquilo que me persegue e controla minhas maneiras de sentir impressiona muitos daqueles com quem eu deveria ter intimidade e trabalhar em meu mundo atual como sendo algo remoto, sinistro e artificial, é porque o negro mistério do que me aconteceu na Europa é indivisível de minha própria identidade. Exatamente porque eu não estava lá, porque um acaso de sorte riscou meu nome da lista (...) Ter sido judeu europeu na primeira metade do século XX era proferir uma sentença contra os próprios filhos, forçar sobre eles uma condição quase que além da compreensão racional. **E que pode voltar.** Tenho que pensar isso – é a cláusula vital – até onde a lembrança pode alcançar. (STEINER, 1988: 117 – 118) (grifo nosso)

A advertência de Steiner que aquela barbárie “pode voltar” ecoa na decisão de sobreviventes como Levi de escancarar suas memórias mais traumáticas para que não esqueçamos o que ocorreu.

Os gritos, os murros, as pancadas, o desnudamento total: de suas vestes, a raspagem de seus cabelos, um número de identificação e “farrapos como vestimenta”.

Nos dormitórios, apesar da exaustão da viagem e de todos os processos de classificação, Levi se espanta com as camas organizadas em beliche que estavam impecavelmente arrumadas. Nas quais era expressamente proibido sentar. A organização das camas era a primeira tarefa ao levantar-se, atribuída aos prisioneiros e regimento verificada pelos Kapos. Os prisioneiros estavam sujeitos a espancamentos caso não as mantivessem “lisas” conforme o determinado. Era tudo tão inacreditável que tornava-se quase impossível de descrever.

A disciplina, segundo Foucault (2008), só existe quando há uma multiplicidade de indivíduos e um fim a ser alcançado que se exerce também sobre seus corpos. No *Lager* de Auschwitz havia uma multiplicidade de prisioneiros de todas as partes da Europa, uma diversidade imensa de línguas, por isso deveriam ser arregimentados para obedecer. Uma das formas mais cruéis de arregimentação foi o poder sobre o território mais íntimo, o corpo alheio, a expropriação total do próprio organismo dos Häftling. A nudez proposital, a cada mudança de um espaço físico para outro, independente do frio intenso integrava essa estratégia de opressão. Seus cabelos, barba e pêlos raspados, a obrigação de tomar ducha as vezes que os Kapos achassem necessárias, mesmo quando estavam tremendo de febre à espera da internação na Ka-Be, eram outros mecanismos de dominação. A tatuagem, como uma forma exemplar de classificação era mais uma invasão do corpo e da mente do prisioneiro. Os Häftling eram identificados por um número, não mais um nome. Estavam isentos desta operação somente os prisioneiros alemães não-judeus.

A operação era pouco dolorosa e não durava mais de um minuto, mas era traumática. Seu significado simbólico estava claro para todos: este é um sinal indelével, daqui não sairão mais; esta é a marca que se imprime nos escravos e nos animais destinados ao matadouro, e vocês se tornaram isso. Vocês não têm mais nome: este é o seu nome. A violência da tatuagem era gratuita. Um fim em si mesmo, pura ofensa (...) uma mensagem não verbal, a fim de que o inocente sentisse escrita na carne sua condenação. Tratava-se também de um retorno à barbárie, tanto mais perturbador para os judeus ortodoxos; de fato, justamente para distinguir os judeus dos “bárbaros”, a tatuagem é vetada pela lei mosaica (*Levítico*, 19.28) (LEVI, 1990: 72)

A fome, a sede interminável e nunca saciada, porque a água do campo era adocicada, morna, cheirava a pântano, pois estava contaminada. Havia a corrida enlouquecida pela aquisição do pão, única moeda de troca, por meio do qual podia-se obter um pouco de tabaco ou uns trapos para enrolar as chagas dos pés. Levi fala ainda do metódico ritual aos recém-chegados – aquele inferno o que contribuía para que a luta insana pela vida se tornasse mais intensa -. A necessidade de não sucumbir os levava, consciente ou inconsciente a buscar a sobrevivência individual, num ambiente adverso onde todos eram inimigos ou rivais. As vantagens, as hostilidades e a sobrevivência manifestaram-se sobremaneira, favorecendo a dominação nazista.

O território estava marcado pelos limites do arame em torno do *Lager*. Ao se referir ao território, Levi afirma: “Nunca vimos os seus limites, mas sentimos, à nossa volta, a presença maligna do arame farpado que nos segrega do mundo. E nos andaimos,

nos comboios em manobra, (...) Todos são nossos inimigos ou nossos rivais.” (LEVI, 2001: 43) A topografia do *Lager* Auschwitz III – Monowitz, que Levi nomeia como “nosso *Lager*”

É um quadrado com cerca de seiscentos metros de lado, cercado por duas redes de arame farpado, sendo seu interior percorrido por corrente de alta tensão. É constituído por sessenta barracas de madeira, que aqui chama de *Blocks*, uma dezena das quais em construção; a estas acrescentam-se o corpo das cozinhas, que é de alvenaria; uma horta experimental, gerida por um destacamento de *Häftlinge* privilegiados; as barracas de duche e das latrinas, uma por cada grupo de seis ou oito *Blocks*. Para além disso, alguns *Blocks* são destinados a funções especiais. (...) (LEVI, 1983: 30-31, grifos do autor)

Havia os *Blocks* que se destinavam com funções especiais. Eram em torno de oito onde ficava o *Ka-Be*, isto é, a enfermaria e o posto médico; e o *Block 24*, reservado aos sarnosos. Muitos deles seguiam uma lógica hierárquica e de poder dividida entre os internos que desempenhavam os cargos mais elevados. O *Block 7* era, onde um *Häftling* comum jamais entrou, reservado à “*Prominenz*”, isto é, à aristocracia, aos internados que desempenhavam os cargos mais elevados e os reservados aos *Reichsdeutsche* (arianos alemães, políticos ou criminosos).

O *Block 49* era, reservado exclusivamente para os *Kapos*. No *Block 12*, parte dele era utilizado aos *Reichsdeutsche* e para os *Kapos* que faziam as funções da *Kantine* responsáveis pelos postos de distribuição de tabaco, inseticida e outros artigos; escritórios centrais; o *Block 37* continha os escritórios gerais e os serviços de trabalho.

O *Block 29* era mantido sempre com as janelas fechadas pois ali funcionava o prostíbulo do campo vigiado pelos SS. O lugar era reservado unicamente aos *Reichsdeutsche*. Os *Häftling*-judeus deveriam ser mantidos distantes e punidos com rigor caso se aproximassem do *Block*. O prostíbulo era servido por raparigas polacas.¹⁹

Levi afirma que no universo do *Lager*, há uma divisão da população concentracionária em três classes: os criminosos, os políticos e os judeus, que constituíam

¹⁹ A história dos prostíbulos nazistas é ainda uma história a ser contada. Os prostíbulos nazistas, embora não muito conhecidos, nunca foram realmente um segredo de sua existência. Havia nos prostíbulos nazistas, estrangeiras, trazidas da Polónia, da Ucrânia, Belarus e, também alemãs, aquelas consideradas “socialmente indesejáveis ou “antissociais”. Não era permitido judias e nenhum judeu era admitido entre os frequentadores. O tema ainda continua a ser um tabu, segundo o historiador Robert Sommer, autor do livro *Das Kz Bordell* (O bordel do Campo de Concentração), os museus da Alemanha sobre o Nazismo dificultaram o acesso ao material para pesquisa e encontrou somente uma vítima viva, mas que se recusou a dar-lhe entrevista, porque nunca mais quis falar com um alemão de novo. Eis um exemplo de silenciamento voluntário, adotado inclusive pelo próprio Primo Levi, em uma menção muito breve. (Revista Galileu – Artigo de Mário Araújo sob o título, *Bordéis no campo de concentração*. Pesquisa de 27/02/2017)

a maioria. Todos, apesar de usar fardas com riscas, são distintos na sua identificação, ao lado do número cosido no casaco, respectivamente: um triângulo verde; um triângulo vermelho e os judeus trazem a estrela judaica, vermelha e amarela.

Os verdadeiros padrões dos Häftling eram os do triângulo verde, porém podiam contar com outros de classes diferentes. A luta pela sobrevivência fazia com que tudo era barganhado e podia ser roubado, para conseguir um pedaço de pão, ou meio pedaço, um pouco mais de sopa. Tudo devia ficar junto ao corpo, “sempre e em qualquer lugar” para que não fosse roubado.

Aprendemos que tudo serve; o arame, para apertar os sapatos; os farrapos, para fazermos deles panos para os pés; o papel, para forrar o casaco (abusivamente) contra o frio. Aprendemos, por outro lado, que tudo pode ser roubado, ou melhor, é automaticamente roubado, mal a atenção diminui; e para o evitar tivemos de aprender a arte de dormir com a cabeça apoiada num embrulho feito com o casaco, e contendo tudo o que possuímos, desde à marmita até os sapatos. (LEVI, 2001: 32)

No *Lager*, tudo tinha um significado relevante que poderia levá-los às câmaras de gás, pois o anjo da morte estava sempre à espreita. Os sapatos, “verdadeiros instrumentos de tortura, que após poucas horas de marcha provocavam chagas dolorosas que fatalmente infectavam” (LEVI, 2001: 33), acarretavam uma dificuldade na caminhada, como se tivesse tivessem um peso atado aos pés favorecendo a chegada em último lugar, e em consequência disso, recebendo pancadas constantes e tornando a fuga impossível.

As chagas, atritando-se com a madeira e a tela dos sapatos, tornava a vida do acometido deste mal mais insuportável e perigoso. Era um mal para o qual não havia tratamento e todos sabiam disso, os SS especialmente. Na cerimônia da escolha do sapato que provocava a chaga, era necessária uma expertise do Häftling, pois só era permitido escolher um (não um par) sapato que lhes servisse. Numa vez feita a escolha, não havia uma segunda troca, independentemente do número que calçava. A vida de todos limitava-se a uma estrita ordem:

Todos os dias, conforme o ritmo estabelecido, *Ausrücken* e *Einrücken*, sair e voltar; trabalhar, dormir e comer; adoecer, curar-se ou morrer (...). Se fôssemos capazes de racionar, deveríamos resignar-nos a esta evidência, de que o nosso destino é perfeitamente impossível de conhecer, de que qualquer conjectura é arbitrária e perfeitamente carente de qualquer fundamento real. Toquei o fundo. A apagar o passado e o futuro aprende-se muito rapidamente, se a necessidade empurra. Passados quinze dias da chegada, já sofro da fome regulamentar, a fome crônica desconhecida dos homens livre, que provoca sonhos de noite e se espalha em todos os membros de nossos

corpos (...); até meu próprio corpo já não me pertence mais (...). (LEVI, 2001: 35-36)

Os limites do território concentracionário não estavam restritos ao arame eletrificado em torno do *Lager*. Eles eram definidos no território das relações entre a população dos Häftling. Levi esclarece que as relações humanas não podiam ser enquadradas dentro de uma lógica cristã, de bons e maus, de vítimas e opressores. Não cabia ali um modelo simplista, “nós” dentro e o inimigo fora, separados por um limite nítido e geográfico. Isso não pertencia ao universo de Auschwitz.

Havia uma opacidade nas relações sociais, um limite tênue provocado pela quase loucura da sobrevivência. Todos aqueles recém-chegados sentiam-se em um mundo terrível e indecifrável. Não ocorria uma fronteira definida, mas uma multiplicidade de portas que se abriam, confusas, separando todos e a todos.

Toda a engenharia foi construída para segregar. Os corredores de passagem nos *Blocks* dormitórios eram estreitos dificultando o ir e vir de duas pessoas ao mesmo tempo. A “superfície total do chão é tão escassa que os habitantes do mesmo Block não a podem ocupar ao mesmo tempo, sem que pelo menos metade esteja deitada nas camas. Daí a proibição de entrar num Block ao qual não se pertence.” (LEVI, 2001: 31)

O lavatório apresentava-se como um lugar pouco convidativo, mal iluminado, cheio de correntes de ar. A água não era potável, tinha um cheiro repugnante e, além do mais, a sua falta era frequente. A discriminação no *Lager* estava presente na vida dos Häftling numa constância, destacando os afrescos pintados no interior do lavatório.

As paredes eram decoradas com curiosos frescos didascálicos: vê-se, por exemplo, o Häftling bem comportado, representado nu até à cintura, na atitude de ensaboar cuidadosamente o crânio bem rapado e rosado, e o Häftling mal comportado, com um nariz acentuadamente semítico e com uma cor esverdeada, o qual, completamente tapado pela roupa cheia de nódoas vistosas, com o boné na cabeça, mergulha com cautela um dedo na água do lavatório. Debaixo do primeiro está escrito: “*So bist du rein*” (ainda estás limpo), debaixo do segundo: “*So gehst du ein*” (ainda vais acabar); e mais em baixo, num francês duvidoso, mas em letras góticas: “*La propreté, c’est la santé*”. (LEVI, 2001: 38-39 - Grifos do autor)

A fadiga proveniente do exaustivo trabalho, os maus tratos, a fome, as diarreias, as feridas nos pés provocadas pelos sapatos de madeira em longas caminhadas na lama levavam muitos ao Ka-Be. Ka-Be é a abreviatura de *Krankenbau*, a enfermaria. Eram oito barracas que em nada se diferenciavam das demais, porém eram separadas por um arame

farpado. O limite de permanência no Ka-Be ia duas semanas a dois meses. A internação condicionava-se a duas alternativas: ou curar-se ou seguir para as câmaras de gás.

Em Auschwitz, tudo estabelecia-se dentro de uma rígida disciplina germânica, como já citado. O Ka-Be não fugia à regra, afinal de contas lá também era o *Lager*, todavia sem o desconforto físico de outras dependências. Até conseguir ingressar para fazer o tratamento para aplacar a dor, os Häftling tinham que passar por vários estágios: entrar em longas filas de “sombras”, impedidos de entrar na enfermaria com os seus pertences – porque, afinal de contas, podem vir a não precisar mais deles, devido ao seu estado de saúde - e, mais uma vez, precisam estar nus para que pudessem verificar a temperatura.

Retornavam no outro dia, longas filas, despidos novamente, sem sapatos, contados e recontados, obrigados a tomar ducha para desinfecção. Muitos eram encaminhados, de acordo com o seu estado físico e febril, diretamente para as câmaras de gás e, os outros esperavam uma segunda consulta. “Este pode muito bem ser o último dos meus dias, e este local a câmara de gás de que todos falam, o que eu poderia fazer? Mais vale encostarme à parede, fechar os olhos e esperar.” (LEVI, 2001: 49)

Mais uma vez, os que esperavam a segunda consulta eram obrigados a ficar longas horas no frio e de pé. Levi, como de costume o último da fila, deveria preencher sua ficha e surpreendeu-se com um tipo vestindo a farda de riscas;

Perguntou-me onde nasci, que profissão exercia “vida civil”, se tinha filhos, que doenças tivera, uma data de perguntas (...) É isto o hospital? Obrigam-nos a ficar nus, em pé e fazem-nos perguntas. Finalmente também para mim a porta se abriu e pude entrar no dormitório. (LEVI, 2001: 50)

No Ka-Be, todo o formato dos dormitórios seguia a mesma estrutura dos *Blocks* de habitação comum: camas de beliche de três andares, em três filas ao longo de toda a barraca e separadas por dois corredores muito estreitos. Segundo Levi (2001), no Ka-Be a vida era um limbo, pois conseguiam sobreviver às doenças, estarem afastados das blasfêmias e das violências, livres dos maus tratos, a não ser quando os Häftling cometessem alguma falta grave. Consequiam voltar à vida, apesar das proibições podiam comunicar-se, ter um mundo de palavras, pois as visitas entre os doentes eram constantes.

Levi não conseguia acreditar na existência das câmaras de gás e nos fornos crematórios. Era inconcebível: toda aquela estrutura havia sido montada visando o extermínio dos indesejáveis do Estado Nazista e, particularmente, dos judeus. Ele afirma: “é preciso recordar que o sistema concentracionário, desde suas origens (que coincidem

com a subida do nazismo ao poder da Alemanha), tinha o objetivo primário de romper a capacidade de resistência dos adversários. ” (LEVI, 1990: 18)

No entanto, todas as manhãs, as seleções, as câmaras de gás e os fornos crematórios era um temor constante. Foi justamente durante sua internação que Primo Levi teve a constatação do inconcebível e do inominável, da existência das seleções, das câmaras de gás e dos fornos crematórios por seu companheiro, Smuleck, que não conseguia entender como alguém ainda não queria perceber o que estava acontecendo. Um oficial das SS, sempre com um chicote na mão, seguido pelo médico, por entre as camas, apalpava cada doente, confirmava o número da cama e da tatuagem num livrinho de controle e definia quem era considerado irrecuperável e destinado ao extermínio.

No dia seguinte, em vez do habitual grupo de pessoas com alta, foram mandados sair dois grupos distintos. Os primeiros foram barbeados e rapados e tomaram duche. Os outros saíram como estavam, com as barbas compridas e os curativos por fazer, sem duche. Ninguém se despediu destes últimos, ninguém lhes confiou mensagens para os companheiros sãos. Deles fazia parte Schmuleck. Desta forma discreta e composta, sem aparato e sem raiva, pelas barracas do Ka-Be paira todos os dias o extermínio, tocando este ou aquele. (LEVI, 2001: 54)

No Ka-Be, a reabilitação ocorria fora da selvageria costumeira, não havia o rigor, nem muita pressa de correr para lavar-se. Depois do pão podiam voltar a dormir. Porém eram despertados pela música ao longe, no *Lager*. Mesmo que na enfermaria não se ouvisse bem, o pensamento levava aos companheiros de desdita, certamente, “em meio ao nevoeiro estavam marchando como autômatos, com suas almas mortas e a música empurrando-os”. (LEVI, 2001: 53)

A música era considerada infernal, pois era tocada pela manhã e à noite. Eram marchas e canções populares alemãs, visto que quaisquer outras músicas, na Alemanha, eram terminantemente proibidas. Sobre as músicas alemãs, Levi considerou certamente, que

estão gravadas nas nossas memórias, serão a última coisa do *Lager* de que nos esqueceremos: são a voz do *Lager*, a expressão sensível da sua loucura geométrica, da decisão alheia de nos aniquilarem primeiro enquanto homens para depois nos matarem lentamente. (LEVI, 2001: 51)

A música, de acordo com Durand (2001), opera o milagre de tocar em nós o núcleo mais secreto, o ponto de enraizamento de todas as recordações e de fazer dele por um instante o centro do mundo feérico, num abrir e fechar de olhos. Para Levi, as músicas alemãs provocavam em si a volta ao horror vivido em Auschwitz. Intrinsecamente

impregnadas no seu corpo e na sua alma, as chamadas nas manhãs e nos finais da tarde, as longas chamadas para os prisioneiros serem recontados e recontados, de pé, com a esqualidez e o cansaço dos corpos.

O Ka-Be era um território cheio de palavras, cheio de lembranças do mundo fora de Auschwitz, apesar das doenças, dos corpos esqueléticos, da nossa aparência irreconhecível. Ainda assim existiam palavras, contadas uns aos outros. De onde vieram, suas histórias, seus pais, seus filhos, muitos deles “gaseados”, porém com um sentimento dilacerante que era a dor pela casa perdida. Esta dor estava traduzida pela palavra alemã “*Heimweh*”.

Uma dor vivida e presentificada no Ka-Be. Eram as lembranças do mundo fora de Auschwitz onde existiam palavras, contadas uns aos outros, de onde vinham suas histórias, seus pais, suas mulheres, seus filhos, muitos deles gaseados logo após a entrada no inominável *Lager*. Um território cheio de palavras trouxe aos prisioneiros, um sentimento de outra dor.

A casa mais, do que um lugar para se viver, é um vivente. A casa sobredetermina a personalidade daquele que a habita e o insere no espaço. Identifica os seus cheiros que constituem a cenestesia da intimidade: os vapores da cozinha, os cheiros dos banheiros, das camas, das suas roupas e outros. Quando Levi chegou a Auschwitz e todos os seus bens foram expropriados, ele perguntou a um Häftling francês se não seria devolvido, pelo menos, suas escovas de dentes, e, com “uma expressão de extremo desprezo no rosto, disse-me: _ Vous n’êtes pas à la maison. _ E é este o refrão que ouvimos repetir por toda a gente: já não estão em suas casas (...) daqui não se sai a não ser pela Chaminé.” (LEVI, 2001: 28). Esta pergunta, pouco dias depois já lhe pareceria de uma ingenuidade fabulosa. Esta era a “dor pela casa”, suas escovas de dentes, suas camas desarrumadas ou arrumadas, os seus livros e todos os cheiros de suas casas.

Fora das torturas, das ignomínias sofridas, da exaustão dos trabalhos, muitos deles inúteis onde os Häftling tinham as lembranças desnudadas e a certeza de que não existirá amanhã.

Sabemos de onde vimos: as recordações do mundo externo povoam os nossos sonhos e as nossas vigílias, apercebemo-nos com espanto de que nada esquecemos, todas as memórias diante de nós dolorosamente nítidas (...), podemos voltar a nós próprios e meditar, e é então que se torna claro que não teremos regresso, (...) reduzidos a escravos marchamos mil vezes para trás e para diante, numa fadiga muda, já apagados nas almas antes da morte anónima. Não temos regresso. Nunca deve sair daqui, poderia levar para o mundo, juntamente com a

marca gravada na carne, a terrível notícia do que, em Auschwitz, o homem teve coragem de fazer ao homem. (LEVI, 2001: 56)

O retorno do Ka-Be ao trabalho é considerado muito traumático: saíam nus, recebiam “roupas e sapatos novos”, não retornavam ao mesmo *Block* e ao seu *Kommando* anterior, sem colher e faca. A adaptação era difícil pois eram considerados estranhos perante o novo grupo, com a saúde ainda frágil, em busca de um contato humano, mas somente encontravam apenas costas viradas. A sobrevivência lhes impulsionava a seguir em frente, em marcha, em busca de colher, faca e marmitta, negociadas por uma parte da sopa e de pão.

Os prisioneiros estavam sempre atentos a cada acontecimento que levasse a mudanças na dinâmica de Auschwitz, percebendo nele sempre um sinal. Há mais de dois meses não acontecia a cerimônia das trocas das roupas. Isto os levava a crer que os novos transportes não chegavam devido às dificuldades enfrentadas pelos alemães no front, e consequentemente, a libertação poderia estar próxima.

A fome os atingia de uma forma cada vez mais intensa. No campo de trabalho, a latrina era considerada um oásis de paz, pois havia a necessidade de se preservarem da exaustão, a fim de resguardarem-se para a liberdade. A Buna constituía-se em um universo populacional onde, além de técnicos e dirigentes alemães, mais de quarenta mil estrangeiros trabalhavam, com uma multiplicidade de línguas, em torno de 15 a 20. Uma imensa Torre de Babel onde tudo foi construído pelo trabalho escravo, onde tanto as suas ruas e seus edifícios quando os seus escravos foram catalogados por números, ou com nomes desumanos e sinistros trabalhos.

A Torre do Carburto, que surge no meio da Buna e cujo cume raramente se vê no meio do nevoeiro, fomos nós que a construímos. Os seus tijolos foram chamados de *Ziegel*, *briques*, *tegula*, *cegli*, *Kamenny*, *bricks*, *téglak*, e foram cimentados pelo ódio; o ódio e a discórdia como na Torre de Babel, e é assim que a chamamos: *Babelturm*, *Bobelturm*; e odiamos nele o sonho demencial de grandeza dos nossos patrões, o seu desprezo por Deus e pelos homens, por nós homens. E ainda hoje, como no conto antigo, nós todos sentimos, e os próprios alemães sentem, que uma maldição, não transcendente e divina, mas imanente e histórica, paira sobre essa construção provocatória, alicerçada na confusão das linguagens e erigida a desafiar o céu como blasfêmia de pedra. (LEVI, 2001: 75 - grifos do autor)

Por absurdo que pareça, toda a grandeza pretendida pelos alemães, o território da Buna, onde durante quatro anos de funcionamento e onde um número expressivo de *Häftling* trabalharam, sofreram e morreram não produziu um quilo de borracha sintética.

Todo este universo trazia a natureza humana da forma como ela se constitui, onde os nossos sofrimentos e dores que acontecem simultaneamente “não se somam inteiramente na nossa sensibilidade, mas escondem-se, os menores atrás dos maiores, segundo uma lei prospectiva definida.” (LEVI, 2001: 75) O homem é insaciável, segundo Levi, sempre em busca por uma causa maior, sempre dentro de um estágio constante de infelicidade em que quando uma meta é alcançada, existe uma série de outras ambicionadas

O inverno maltratava intensamente os Häftling, com um frio dilacerante, pois as poucas roupas, tanto as do trabalho como as do dormitório, eram insuficientes. Durante a noite eram obrigados a dormir colados uns aos outros para que o calor dos seus corpos pudesse ser suficiente para aquecê-los. O inverno foi embora e o sol começou a despontar. Quando um dos maiores inimigos, o frio intenso vai embora, busca-se outro. E o outro inimigo é a fome. “Se não fosse a fome! Mas como poderia pensar em não ter fome? O Lager é fome, nós próprios somos fome, fome viva.” (LEVI, 2001: 76)

3.3 A Opacidade do discurso em Levi

O discurso, “está na ordem das leis; que há muito se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém”. (FOUCAULT, 2014: 7). Na ordem dos discursos existentes vários são os procedimentos de exclusão: o dito, o não dito, o interdito. No discurso, os silêncios também falam algo.

O silêncio fala algo, e foi por meio do silêncio que a sociedade alemã falou. Foi o silêncio da convivência, a medida, que ela usufruiu de todas as benesses proporcionada por toda a expropriação dos pertences das pessoas que eram levadas para os Lager. Havia uma preocupação, de avisar as pessoas para levarem todos os seus objetos de valor (casacos de pele, ouro, dinheiro), pois para onde eles seriam levados, com certeza iriam precisar. Ao chegarem nos Lager, tudo era expropriado. Dos encaminhados imediatamente para as câmaras de gás tudo era aproveitado, cabelos, dentes de ouro e outros objetos. Toda mercadoria retirada das “peças” era encaminhada para a Alemanha. Em plena guerra, a fartura era uma realidade. A passividade dos alemães diante do governo de Hitler significa que eles eram cúmplices do sistema.

O silêncio, também se fez por parte dos prisioneiros; sem emitirmos qualquer juízo de valor em ambos os casos; ao se calaram com os maus tratos impingidos aos outros Häftling, e também ao aceitarem fazer parte do sistema.

A necessidade de falar de Levi talvez seja com a intenção de evitar o silêncio, visto que este foi uma constante. Após sua captura, percebeu que um silêncio sepulcral se fez por parte de seus algozes.

Caiu a noite, uma noite tal que se percebeu que olhos humanos não a poderiam presenciar e sobreviver. Todos o sentiram: nenhum dos guardas, nem italianos nem alemães, teve a coragem de ir ver o que é faziam os homens quando sabiam que iam morrer. Cada um despediu-se da forma que lhe era mais própria. Alguns rezaram, outros beberam para além do normal, outros inebriaram-se com a última nefanda paixão (...). (LEVI, 2001: 13)

Todas as privações, as pancadas, o frio e a sede durante a viagem e no período em que estive em Auschwitz não o deixaram se afundar no desespero sem fim por causa da sua luta pela sobrevivência. E pela necessidade de quebrar o silêncio do “não dito” de Auschwitz, um nome sem qualquer significado, um lugar desta terra, onde os judeus-italianos durante a viagem, não tinham a menor ideia do local que se encontravam que estava por vir. Lugar do qual os alemães tentaram apagar os indícios, no final da guerra, com a chegada dos russos. Atravessando lugares desconhecidos ou conhecidos de cidades austríacas, seguindo por cidades tchecas e finalmente polacas, os viajantes prisioneiros, aos poucos sentiam estar chegando do “outro lado”.

Em plena noite, pois a maioria dos testemunhos sempre relataram que o ingresso forçado no mais abominável *Lager* geralmente ocorria à noite. Eis que o desfecho surge, de repente, para os desesperados. As ordens estrangeiras ecoavam na escuridão e “os bárbaros latidos dos alemães quando dão ordens, que parecem libertar uma velha raiva de muitos séculos.” (LEVI, 2001: 17). No imaginário do mundo noturno, a noite é a exata imagem invertida, como que num espelho, do nosso mundo.

A noite é o dia do país dos mortos, uma vez que tudo está invertido neste reino noturno (...) o mundo dos mortos é, de algum modo, a contrapartida dos vivos, o que é suprimido na terra reaparece no mundo dos mortos. (DURAND, 2001: 218)

Muitos deles não imaginavam que a morte estava à espreita. Segundo Durand (2001), a atribuição distinta a este ou àquele sujeito de uma ação qualquer, persiste mais profundamente a imagem gratuita da própria ação pura. Levi, ao declarar “os bárbaros latidos dos alemães”, insinua comparação dos alemães aos cães, pois os cães são fiéis aos seus donos, quando bem adestrados para atacar o inimigo, o dilaceram totalmente, só

parando ao ouvirem a palavra de ordem “pare”. Nos *Lager*, não havia limites para o ataque. Quanto maior fosse a violência e as torturas, mais os cargos dos *Kapos* estavam garantidos. Muitos perdiam seus comandos por serem considerados quase inócuos com os *Häftling*. Por não impingirem uma carga de violência, espancamentos e torturas de acordo com os métodos de adestramento de Auschwitz.

Pouco a pouco, só restou o silêncio e os prisioneiros receavam rompê-lo pois, de acordo com Levi, tudo ficou silencioso como num aquário e como em certas cenas dos sonhos. Para Orlandi (1997), o silêncio é fundante, pois o real da significação é o silêncio.

(...) O silêncio é o real do discurso. O homem está “condenado” a significar. Com ou sem palavras diante do mundo, há uma injunção à “interpretação”: tudo tem de fazer sentido (qualquer que seja). O homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico. Numa certa perspectiva, a dominante nos estudos dos signos, se produz uma sobreposição entre a linguagem verbal e não verbal e significação. (ORLANDI, 1997: 31-32)

O silêncio não se abre à visibilidade, não é diretamente observável. Em Auschwitz, ele é cinzento, intangível. Ele passa pelas palavras, o silêncio não permanece. Só é possível vislumbrá-lo, de modo fugaz. De acordo com Orlandi (1997), ele escorre por entre as tramas da fala. O nosso autor/testemunha relatou que quando foram separados, os homens “válidos” para um lado e os “outros” para outro, ficava a pergunta muda: - onde estão os outros? Aos poucos “desapareceram assim num instante, traiçoeiramente, as nossas mulheres, os nossos pais, os nossos filhos. Quase ninguém teve oportunidade de se despedir deles” (LEVI, 2001: 18-19). O silêncio da noite os havia engolido, pura e simplesmente. Desapareceram como numa fumaça, na fumaça dos fornos crematórios, das cinzas dos prisioneiros, sem destinos, sem despedidas e sem afagos.

Muitos povos enterram os mortos na postura fetal, marcando assim nitidamente a vontade de ver na morte uma inversão do terror experimentado e um símbolo de repouso primordial (...) a morte é igualmente uma alba e a paz do sepulcro um “bem-aventurado aniquilamento”, estando a alma na morte e no sono “como no seio materno” (DURAND, 2001: 239).

Não lhes foi dado o direito à tranquilidade da morte, a um claustro, a um túmulo. Todos foram gaseados logo após a seleção, onde os mais frágeis: velhos, mulheres, muitas mães ainda amamentando seus filhos e as crianças, foram as primeiras “Assim morreu Emília, que tinha três anos; porque aos alemães parecia evidente a necessidade histórica de matar os filhos de judeus” (LEVI, 2001: 18). Todos encaminhados pelos *sonderkommando* para os fornos crematórios. Levi considerou que a criação dos

Esquadrões Especiais foi uma das maiores ignomínias dos nazistas “delegar às próprias vítimas uma parte do trabalho, e justamente a mais suja, devia servir (e provavelmente serviu) para aliviar algumas consciências”. (LEVI, 1990: 27)

Hitler, em *Mein Kampf*, já havia cogitado a possibilidade de eliminar os judeus:

a chefia do judeu na questão social se manterá até o dia em que uma campanha enorme em prol do esclarecimento das massas populares se exerça instruindo-as sobre sua miséria infinita, ou até que **o Estado aniquile tanto o judeu como sua obra**. (HITLER, 1983: 208 - grifo nosso)

Toda a estrutura para aniquilar os judeus como pregava a sua obra foi montada pelos nazistas e aos poucos, “aprendendo como fazer”. A máquina de morte, desde a construção e a execução de todos os trabalhos, foi desenvolvida, na sua maioria, pelos judeus. Os fornos crematórios foram construídos pelos “operários judeus”, que, sinistra ironia, também testaram sua eficácia. Levi apresenta em suas memórias o universo concentracionário. Apesar da tentativa dos alemães de manterem esta indústria da morte em um universo fechado, os *Lager* constituíam-se em um sistema extenso, complexo e profundamente entrelaçado com a vida cotidiana do país.

Havia muitas indústrias “grandes e pequenas, empresas agrícolas, fábricas de armamentos obtinham o lucro da mão-de-obra quase gratuita fornecida pelos campos (...) algumas exploravam os prisioneiros sem piedade, aceitando o princípio desumano (e também estúpido) dos SS, segundo o qual um prisioneiro valia por outro e, se morresse de cansaço podia imediatamente ser substituído (...) O fornecimento do veneno empregado nas câmaras de gás de Auschwitz: o produto, substancialmente ácido cianídrico (...) devia gerar dúvidas, e certamente gerou, mas elas foram sufocadas pelo medo, pela avidez do lucro,(...) e em alguns casos (provavelmente poucos) pela fanática obediência nazista. (LEVI, 1990: 4)

O silêncio se faz em várias esferas, dada a impossibilidade de comunicação, pois o *Lager* era constituído por um universo de nacionalidades, de línguas nunca ouvidas, dificuldade com todo tipo de comunicação. No entanto, a imposição constante deste “silêncio” contribuiu para qualquer tipo de reação por parte dos Häftling, pois como esclarece Ducrot (2013), a fala tem a função natural da fala para o outro e, que a língua não se realiza senão quando fornece um lugar de encontro para os indivíduos. A língua comporta um conjunto de relações intersubjetivas, englobando os papéis que os locutores escolhem para si e impõem a seus interlocutores.

Há muitas outras funções essenciais à língua, que não se reduzem somente a comunicação ou a informação. De acordo com Ducrot (2013), ocorrem inúmeras relações intersubjetivas para as quais “a língua oferece não apenas a ocasião e o meio, mas também

o quadro institucional”, pois é o diálogo que caracteriza a linguagem e é por meio da língua que os indivíduos interagem. Além disso, “há no interior da língua, todo um dispositivo de convenções e de leis que deve ser compreendido como um quadro institucional a regular o debate dos indivíduos” (DUCROT apud CABRAL, 2013: 192-193). Levi apresentou em *A Trégua* (1962), um caso extremo do horror, que foi impingido ao ser humano, em Auschwitz, onde todos os códigos da linguagem que são apreendidos a partir da interação, no diálogo com o outro lhe foram roubados.

Hurbinek era um nada, um filho da morte, um filho de Auschwitz. Aparentava três anos aproximadamente, ninguém sabia nada a seu respeito, não sabia falar e não tinha nome: aquele curioso nome Hurbinek, fora-lhe atribuído por nós, talvez por uma das mulheres, que interpretara com aquelas sílabas uma das vozes inarticuladas que o pequeno emitia, de quando em quando. (...) os seus olhos, perdido no rosto pálido e triangular, dardejavam terrivelmente vivos, cheios de busca de asserção, de vontade de libertar-se, de romper a tumba do mutismo. As palavras que lhe faltavam, que ninguém se preocupava de ensinar-lhe, a necessidade da palavra, tudo isso comprimia seu olhar com urgência explosiva: era um olhar ao mesmo tempo selvagem e humano, aliás, maduro e judicante, que ninguém podia suportar, tão carregado de força e tormento. (LEVI, 2004: 28-29)

O nosso autor acrescenta que Hurbinek, apesar de ter lutado como um homem, foi liberto, pois morreu nos primeiros dias de março de 1945, tatuado de acordo com a regra do *Lager*, porém não redimido, pois o único testemunho possível só foi dado por Levi, visto que o menino somente emitia palavras desconexas, levando-o a um silenciamento total.

A interdição também ocorre quando há pressões externas sobre o enunciador, uma vez que o limite do discurso impôs barreiras a serem transpostas: por omissões deliberadas ou negligências sobre informações acerca das circunstâncias da enunciação. Em *Se Isto É Um Homem*, o nosso autor/testemunha descreve o regulamento do Campo, fabulosamente complicado. Inúmeras são as proibições: “aproximar-se a menos de dois metros do arame farpado; dormir com o casaco, ou sem cuecas, ou com o boné; servir-se de lavatórios ou latrinas particulares, (...) não ir tomar duche nos dias fixados, e ir nos dias não fixados” (LEVI, 2001: 33)

Infinitos rituais sem sentido a serem cumpridos: sair da barraca com o casaco desabotoado ou com a gola levantada; manter a cama plana e lisa todas as manhãs; submeter-se ao controle de piolhos e da lavagem dos pés. Enormidade de obrigações que certamente poderiam ser consideradas irrelevantes, porém em Auschwitz eram

problemas. Nada era tido como fator secundário e as pancadas, as torturas e até mesmo a morte poderiam justificar demência ou crueldade dos nazistas.

As camas deviam ser arrumadas logo após o despertar, simultaneamente em todo o alojamento: era preciso, pois, que os inquilinos dos planos inferiores se pusessem a arrumar colchão e cobertas em meio aos pés dos inquilinos dos planos inferiores, em equilíbrio precário sobre as bordas de madeira e aplicados ao mesmo trabalho: todas as camas deviam estar arrumadas em um minuto ou dois, porque “arrumar a cama” (*bettenbauen*: tratava-se de um termo técnico) era uma operação sagrada, a ser executada segundo regras férreas. O colchão, fétido de mofo e coalhado de manchas suspeitas, devia ser esticado: para tal fim havia aberturas no forro, nas quais se introduziam as mãos. Uma das duas cobertas devia ser estendida sobre o colchão, a outra dobrada sobre o travesseiro, formando um degrau nítido, regular. No fim da operação, o conjunto devia apresentar-se como um paralelepípedo menor do travesseiro. (LEVI, 1990: 70-71)

O *bettenbauen* revestia-se para os SS do campo e para todos os chefes do alojamento de uma importância primária e indecifrável, talvez o símbolo da ordem e da disciplina. Quem, por acaso, não cumprisse a tarefa - arrumasse mal a cama ou se esquecesse de fazê-lo - era punido com publicamente e com ferocidade. Ainda existiam, os controladores de cama, que inspecionavam as camas arrumadas. Levi (1990) considerava mais atormentadora, essa ordem de maníacos, que parecia absurda e grotesca.

Toda a rigidez das normas poderia, em dados momentos, ser aleatória, bem percebida na chegada do comboio ao *Lager*, na divisão daqueles que permaneceriam vivos para o trabalho escravo e os encaminhados para a morte. Era uma linha tênue, pois nem sempre seguiam critérios engessados, dentro de um princípio de discriminação: hábeis, para um lado e os inábeis para outro. Levi coloca que muitas vezes o sistema era mais simples, de abrir as portas dos vagões, sem advertências nem instruções aos recém-chegados. Entravam para o campo os que o acaso fazia descer de um lado do comboio, para o gás aqueles que desciam do outro lado.

Há uma intrínseca neste sistema de morte, que Levi tão bem enfatiza em seu testemunho. O “texto não mostra se ao mundo à maneira de um vidro idealmente transparente cuja existência se poderia esquecer; só faz isso interpondo seu contexto enunciativo, que não é representado” (MAINGUENEAU, 2001: 159). Levi nos revela que o discurso em torno do *Lager* primava pela opacidade, não se mostrava totalmente, não escancarava todos os elementos, seus comprometimentos. O discurso, por ser contraditório em si apresenta-se com uma tendência de propor antinomias, não apenas

discordâncias, carregando informações não transparentes, que demandam análises mais aprofundadas.

Essa opacidade do discurso na obra de Levi se apresenta em dados momentos, como - aliás, em muitos relatos de sobreviventes da Shoah -, enorme culpa pela sua sobrevivência. Na viagem para Auschwitz, “muitas coisas foram ditas e feitas por nós; mas é bom que delas não se guarde memória” (LEVI, 2001: 14)

3.4 A Zona Cinzenta – Salvar-se ou Sucumbir

Auschwitz não estava somente cercada por um arame farpado, mas engessado nas suas relações sociais. Aliás, falar em relações sociais é uma falácia, quando milhares de indivíduos foram colocados, abruptamente no *Lager*, depois de passarem por momentos ofensivos nos trens de carga, sem as mínimas condições de higiene, passando fome, frio e total desconforto, sem a mínima ideia do que lhes aguardava. Ao chegar no campo vem as pancadas, as seleções e, aos que foram permitidos viver, cercados por uma linha tênue, onde os limites de território do corpo, das necessidades físicas, da língua, da cultura, da idade, da condição social foram apropriados pelo Estado Nazista, até mesmo o poder de vida e de morte. Todas as suas necessidades foram aviltadas, controladas e decididas.

A insaciável insatisfação da natureza do ser humano tornou-se no espaço de Auschwitz uma constante busca, para ludibriar as seleções, as câmaras de gás e o extermínio. No universo do *Lager*, os indivíduos foram transformados em Coisa, peças, e, esta condição de coisificação e não, da essência humana, implantados pelos nazistas que era necessário lutar para não sucumbir. Quando Levi (2001) afirma “toquei o fundo” é sua dificuldade de expressar em palavras o que era Auschwitz traduzir expressar o indizível. Os seus amigos italianos haviam decidido se encontrar, todos os domingos à noite, em algum canto do *Lager*, porém desistiram do combinado. Tornar-se-ia demasiado triste, porque a cada dia eram “menos numerosos, mais deformados, mais macilentos”. Constituíam-se em homens emagrecidos e famélicos e o reencontro significaria “recordar e pensar, e era melhor não o fazer”.

Levi busca inúmeras respostas sobre esta seleção natural dos hábeis e inábeis. No decorrer de sua narrativa testemunhal, ele vai delineando os rastros da sobrevivência. *A priori*, os Häftling que chegaram ao Campo nos finais de 1943 e início de 1944 tiveram “mais sorte”, porque os alemães estavam sentindo o peso da guerra e necessitando de uma mão de obra escrava já bastante escassa. Nos momentos de fartura, anterior ao período

acima citado, quando os alemães acreditavam poder dominar totalmente o mundo e varrer a Europa de todos os indícios de judeus, não havia a preocupação com as “cargas” que chegavam e, muitas vezes, eram encaminhadas, quase na sua totalidade, às câmaras de gás e aos fornos crematórios. Esta falta de mão-de-obra sentida pelos alemães não foi percebida pelo grupo de Levi, os judeus-italianos, que chegaram em Auschwitz, pois seu número foi diminuindo sensivelmente a cada dia.

Os gritos, os murros, as pancadas, o desnudamento total de suas vestes, a raspagem de seus cabelos, um número de identificação e “farrapos como vestimenta”. Todos estes absurdos rituais e códigos causaram um imenso impacto aos recém-chegados, porém o impacto maior foi o mergulho em um mar revolto na incomunicabilidade.

Percebo que mandam calar, mas esta palavra é nova para mim e, dado que não conheço o seu sentido e as suas implicações, a minha inquietação aumenta. A confusão é um fator fundamental da maneira de viver aqui; estamos mergulhados numa perpétua Babel, em que todos gritam ordens e ameaças em línguas que nunca ouvimos antes, e ai de quem não percebe à primeira. Aqui ninguém tem tempo, ninguém tem paciência, ninguém dá atenção a ninguém: nós, os recém-chegados, reunimo-nos instintivamente nos cantos, ao pé das paredes, como as ovelhas, para sentirmos as costas materialmente protegidas. (LEVI, 2001: 37)

Segundo Levi (2001), a incomunicabilidade entre os Häftling era quase total, causando um pânico, em especial, aos deportados italianos, iugoslavos e gregos. A barreira linguística entre os prisioneiros e os alemães já havia ocorrido antes da chegada a Auschwitz, quando foram “convocados” nos países de origem. Na Itália, desde o início “nos demos conta, desde os primeiros contatos com os homens desdenhosos com distintos negros, de que saber ou não o alemão era um divisor de água. Com quem os compreendia e lhes respondia de modo articulado, instaurava-se uma aparência de relação humana.” (LEVI, 1990: 52-53) Saber o alemão era fundamental. Aqueles que não tinham o menor conhecimento do idioma viam-se em uma teia incompreensível da linguagem, pois não tinham a capacidade de decifrar as ordens, não eram “ajudados” pelos outros e recebiam murros e pontapés sem compreender o porquê.

Levi descreve que na memória de todos os sobreviventes, esta carência de significados levava a um curioso vazio, com um ensurdecido barulho de fundo, “sobre o qual, no entanto, a palavra humana não afluía. Um filme em cinzas e negro, sonoro mas não falado.” (LEVI, 1990: 54). Os textos de química, as poesias de Heine, recitados por Clara, uma das companheiras de estudo de Levi, lembrava-se que a língua alemã tinha um caráter melodioso e refinado e não um alemão de caserna, quase incompreensível,

como o alemão de Auschwitz. Impor a linguagem foi uma das constituintes da violência dos Häftling em Auschwitz.

Desde os primeiros momentos no *Lager*, Levi tinha uma máxima, a luta pela sobrevivência para poder testemunhar, por isso buscou aprender o ídiche, a segunda língua mais falada, especialmente pelos judeus-poloneses. Era em sua substância, um “antigo dialeto alemão, diferente do alemão moderno em termos de léxico e de pronúncia. Angustiava-me mais do que o polonês, que eu não compreendia em absoluto, porque ‘deveria compreendê-lo’. (LEVI, 1990: 59) Muitas vezes, Levi tinha dificuldade de distinguir se falavam o alemão, o ídiche ou uma língua híbrida destas duas. Para sanar suas dificuldades de comunicação, o nosso autor fez um curso privado e intensivo, com um alsaciano, ministrado em voz baixa, privilegiando aquelas palavras de ordem mais utilizadas. No *Lager*, toda a forma de pagamento era o pão, e as lições foram ministradas nos momentos de recolher e nas horas de sono, cedidas ao aprendizado. Este ponderou que “jamais se empregou o pão tão bem”.

Quando Orlandi (1997) em *As formas do Silêncio* explica sobre as inúmeras do silêncio, “há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter da incompletude da linguagem, todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer” (ORLANDI, 1997: 12) O silêncio não se fez : pela necessidade de querer estar em silêncio, não se fez por um instante de assombro, de alegria ou de expectativas de deixar o outro falar primeiro, mas pela incompletude da linguagem, o silêncio era gerado pela total ausência de sinais.

Martelara-se na cabeça dos jovens nazistas que no mundo existia uma só civilização, a alemã; todas as outras, presentes ou passadas, só eram aceitáveis na medida em que contivessem alguns elementos germânicos. Por isso quem não compreendia nem falava o alemão era um bárbaro por definição; se se obstinava em tentar expressar-se em sua língua, ou melhor, em sua não língua, era preciso fazê-lo calar-se a sopapos e repô-lo em seu lugar. A puxar, a carregar, a empurrar, porque não era um *Mensch*, um ser humano. (LEVI, 1990: 53)

Ao sair do *Lager*, Levi tentou voltar à sua profissão de químico, porém a necessidade de contar, de falar, de testemunhar era o que mais o instigava. Por isso, não parou mais, foi incessante nas denúncias sobre Auschwitz e nos inumeráveis acontecimentos que ocorreram, dando entrevistas, visitando escolas e universidades e escrevendo vários livros, além dos livros, ora analisados.

Na busca dos rastros dos hábeis, Levi acredita ser a inevitabilidade de poupar-se de todas as tarefas árduas, uma das premissas para a sobrevivência. Aquele que cumpria todas as ordens, indiscriminadamente, sem levar em conta o cansaço e os longos períodos

de jejum, a escassa e rala sopa - não supria as necessidades alimentares mínimas de um ser humano adulto -, levando-os a uma fome demente, era excluído pelos outros.

Era vital pouparem-se da fadiga, muito mais do que do risco das pancadas, dos murros e dos gritos caninos dos alemães. Levi era um químico, conseqüentemente voltado para a leitura e o trabalho em laboratórios, como não tinha a menor habilidade para o trabalho pesado e braçal, ele era evitado pelos outros Häftling, considerado um fraco e desajeitado. Era premente um longo treino para a luta de cada um contra todos os outros. Muitas vezes, sobravam-lhe aqueles companheiros com iguais características às dele ou aquela quem nada mais lhes interessava e quando for mandado para a morte com a total indiferença, como seu parceiro Null Achtzehn, que havia desistido da “luta de cada um contra todos”. Sobre Null Achtzehn, Levi descreve

Não possui a rudimentar astúcia dos cavalos de tiro, que param de puxar um pouco antes de chegarem ao esgotamento: ele puxa ou carrega, ou empurra até que as forças lho permitam, depois cai de repente, sem uma palavra de aviso, sem levantar do chão os olhos tristes e opacos. Faz-me lembrar os cães dos trenós dos livros de Jack London, que se fadigam até ao último fôlego e morrem na pista. (LEVI, 2001: 44)

Um momento que Levi considera como um dos mais impactantes de sua passagem pelo *Lager*, quando Jean, o *Pikolo* do *Kommando* dos químicos, então com vinte quatro anos, o mais novo Häftling do *Kommando* Químico, o chamou para buscar a marmita para ser servida. *Pikolo* aproveitou para fazer um trajeto maior do que deveria ser percorrido. Os dois relembrou suas casas, de Estrasburgo e Turim, das suas leituras, dos seus estudos, e de suas mães. Um momento em que sentiu-se livre e declamou o *Canto de Ulisses* de Dante Alighieri. A poesia faz bem, no sentido universal, diz muito aos homens atormentados. “Transpor”, tinha de vir para o *Lager* para me aperceber de que “transpor” está relacionado com a expressão anterior, “eu me fiz” (LEVI, 2001: 115)

O trajeto desprezioso feito por Jean e Levi em que o nosso autor declama versos de *O Canto de Ulisses* nos encaminha a um momento profundamente alegórico, onde se pode revelar as verdades mais profundas, dizer o outro em um viés libertário. Dois Häftling, escravos dos alemães, num ambiente extremamente sinistro e mortal, no maior Campo de extermínio nazista, declamando poesias e sendo levando a devaneios. *O Canto de Ulisses*, Inferno de Dante, Divina Comédia, um inferno como o que eles estavam vivendo.

A vida famigerada dos prisioneiros e a *Solução Final* que a cada instante rondou suas vidas levou-os a concluir: “Como pude sobreviver a Auschwitz? Meu princípio

é: em primeiro lugar, em segundo e em terceiro estou eu. Depois mais nada. Então, eu de novo; e depois, todos os outros.” (LEVI, 1990: 44) Quando Levi fez o exame de química e depois foi chamado:

O *Kapo* diz: O *Doktor* Pannwitz comunicou ao *Arbeitsdienst* que três *Häftlinge* foram escolhidos para o Laboratório. O número 169 509, Brackier; o número 175 633, Kandel; o número 174 517, Levi. Por um instante os ouvidos zumbem-se, e a Buna gira à nossa volta. Somos três Levi no *Kommando* 98, mas o *Hunder Vierundsiebzig Fünf Hundert Siebzehn* sou eu, não há dúvida possível. Sou um dos três eleitos. O *Kapo* observa-nos com um riso maldoso. Um belga, um romeno e um italiano: três “*Franzosen*”, em suma. É possível que tenham que ser mesmo três “*Franzosen*” os eleitos para o paraíso do laboratório? (LEVI, 2001: 141)

Ao ser escolhido para ingressar no Laboratório, o *Häftling* 174 517 torna-se reconhecidamente um operário qualificado. As chances de sobrevivência aumentam, porém ele tem uma certeza: ninguém pode orgulhar-se de conhecer os alemães. O laboratório, para seu espanto, é como qualquer outro. E, por instantes, relembra da “sala semiescura da universidade, o quarto ano, o ar sereno de Maio em Itália”. (LEVI, 2001: 143)

O salvar-se para muitos sobreviventes pode ser visto, talvez como uma vergonha. Por que uns se salvaram e outros não? No entanto, isso os levou à consciência de que a luta tinha que ser constante. Levi sempre mostrou-se cético se sairia vivo de Auschwitz, admitindo-se também não crente. Sua laicidade sempre foi convicta, mesmo tendo admitido ter entrado e saído do *Lager*, permanecendo por toda a sua vida. No entanto, em outubro de 1944, com a proximidade do inverno, experimentou a tentação de buscar refúgio na oração, reafirmando ter sido esta a única vez que fraquejou.

(...) nu e espremido entre os companheiros nus, com minha ficha pessoal nas mãos, esperava desfilar diante da “comissão” que, com uma passada de olhos, decidiria se eu iria logo para a câmara de gás ou se, ao contrário, ainda estava bastante forte para trabalhar. Por um instante, experimentei a necessidade de pedir ajuda e refúgio; depois, apesar da angústia, prevaleceu a serenidade: não se mudam as regras do jogo no fim da partida, nem quando se está perdendo. Uma prece naquela condição teria sido não só absurda (quais direitos podia reivindicar? E de quem?) mas blasfema, obscena, carregada da máxima impiedade de que um não-crente seja capaz. Afastei aquela tentação: sabia que de outro modo, se sobrevivesse, me envergonharia dela. (LEVI, 1990: 89)

Levi percebia nos crentes, fosse de qualquer credo político ou religioso, que o “universo deles era mais amplo, mais estendido no tempo e no espaço, sobretudo mais compreensível: possuíam uma chave e um ponto de apoio, um amanhã milenarista pelo qual podia ter um sentido sacrificarem-se (...).” (LEVI, 1990: 89). Questionava-se: como

um leigo pode fabricar ou aceitar momentaneamente uma fé “oportuna” só porque é oportuna?

O nosso autor enfatiza que em todos os lugares do *Lager* havia sempre os alertas sobre a higiene como: no interior do lavatório onde na parede havia uma “legenda ‘*Eine Laus. Dein Tod*’ (um piolho é a sua morte), e os versos inspirados:

*Nach dem Abort, vor dem Essem
Hände Waschen, nicht vergessen*

(Depois da latrina, antes de comer, lava as tuas mãos, não esqueças)” (LEVI, 2001: 39).

Essas exortações aos cuidados com a higiene pareciam paradoxais para Levi, apenas meros traços de espírito teutônico, pois alertar sobre cuidados com a saúde e a higiene num lavatório fedorento e lavar-se diariamente numa água turva não fazia o menor sentido. Porém, talvez os autores desconhecidos, mesmo inconscientemente, quisessem alertá-los da importância deste ritual para mantê-los com resquícios de vitalidade, tão necessários como instrumentos de sobrevivência moral.

O instinto da limpeza, Levi confessou que desapareceu dentro dele, após uma semana como *Häftling*. Interpelado pelo amigo Steinlauf, nu até à cintura, na qual esfregava o seu pescoço e as costas, com escasso êxito (não tem sabão), porém com muita energia, este lhe questionou com severidade porque não se lavava.

Porque é que deveria lavar-me? estaria melhor do que estou? Alguém gostaria mais de mim? iria viver mais um dia, mais uma hora? Pelo contrário, iria viver menos, porque lavar-se é um trabalho, um gasto de energia e calor. Não sabe ele que, passada meia hora trabalhando com sacos de carvão, qualquer diferença entre nós desaparecerá? Quanto mais penso nisto, mais me convenço de que lavar a cara nas nossas condições é uma coisa inútil, fútil até: um hábito mecânico ou, pior ainda, uma lúgubre repetição de um rito extinto. Vamos morrer todos, estamos prestes a morrer: se me sobrare dez minutos entre o acordar e o trabalho, quero dedicá-los a outras coisas, fechar-me em mim próprio, fazer o balanço, ou então olhar o céu e pensar que talvez esteja a vê-lo pela última vez; ou mesmo só deixar-me viver, conceder-me o luxo de um breve ócio. (LEVI: 2001: 40)

Esta apatia mordaz se abateu sobre o nosso autor já na primeira semana, quase levando-o a sucumbir àquele território atroz, violento, desconhecido e indecifrável. No entanto, foi advertido pelo amigo Steinlauf de defender com todo o vigor a faculdade última que restou: a faculdade de negar o consentimento da violência sofrida.

O Lager é uma grande máquina para nos reduzir a animais, nós não devemos tornar-nos animais; (...) é preciso querer sobreviver, para contar, para testemunhar, (...) para salvar a forma da nossa civilização. (LEVI, 2001: 40)

Levi, ao ouvir sobre os alertas de Steinlauf, no seu inconformismo questiona se nada é mais inútil do que esforçar-se para assimilar sistemas morais elaborados por outros sistemas que não fazem o menor sentido. Todas estas dúvidas do autor atingem o leitor, levando-o à tentativa de ressignificar sobre a sua dor, a sua racionalidade e as ideias confusas que externa neste mundo infernal. “Será mesmo necessário elaborar um sistema e praticá-lo? Ou não será mais salutar tomar consciência do facto de não termos um sistema?” (LEVI, 2001: 41)

Os motivos que proporcionaram a Levi e outros poucos sobreviverem nos mostra uma sequência de fatos como: o estudo do alemão e do ídiche, o cuidado de não esforçar-se em tarefas árduas, sua profissão de químico, sua laicidade e os cuidados com o corpo e, a “sorte” de ter tido escarlatina nos finais dos dias do *Lager* e, assim encontrava-se impossibilitado de ser transferido. Sorte, porque os alemães foram obrigados a abandonar o *Lager* devido à proximidade dos russos. Não foi possível aos alemães apagar o que foram as fábricas da morte.

Em *Os afogados e os sobreviventes* (1990), Levi sentiu-se obrigado a romper o não dito. A necessidade de rompê-lo, afirma ele, recai sobre aqueles, “como eu próprio não tatearam o fundo. Quem o fez não voltou, ou então sua capacidade de observação ficou paralisada pelo sofrimento e pela incompreensão”. (LEVI, 1990 :5). Sua preocupação também ocorre com o esquecimento, não a tentativa do esquecimento psíquico, o “esquecimento do trauma”, mas o esquecimento promovido pelo tempo, no decorrer dos anos e das décadas tempo, pois este provoca efeitos historicamente negativos, nefastos para a tentativa de fazer lembrar. A necessidade de fazer lembrar do que ocorria no interior do *Lager*, que se constituía em um microcosmo intrincado e estratificado, é por ele denunciado no que chama de “Zona Cinzenta”.

A maior parte das testemunhas, de defesa e de acusação, já desapareceram, e aqueles que restam e ainda (superando seus remorsos ou então suas feridas) concordam em testemunhar, dispõem de lembranças cada vez mais desfocadas estilizadas; frequentemente, sem que o saibam, lembranças influenciadas por notícias havidas mais tarde, por leituras ou por narrações alheias. Em alguns casos, naturalmente, a desmemória é simulada, mas os muitos anos transcorridos lhe dão crédito, mesmo em juízo: os “não sei” ou os “não sabia”, proferidos hoje por muitos alemães, não mais escandalizam, ao passo que escandalizavam, ou deviam escandalizar, quando os fatos eram mais recentes. (LEVI, 1990: 6)

A entrada no universo concentracionário de Auschwitz era terrível, era um choque, pois o inimigo não estava somente fora de nós, mas dentro de nós, perdia-se totalmente a

ética, anulava-se a civilização, aquilo que era tão caro ao ser humano. Com certeza anulava-se a condição humana, era no que os alemães apostaram transformá-los em “coisa”, “figura”. Não havia regras, modelos a serem seguidos, era a sobrevivência, pura e simples e, para isso, era o “nós” contra eles. A chegada ao *Lager* era indecifrável, pois muitos esperavam contar, pelo menos, com a solidariedade dos seus companheiros, daqueles que falavam o mesmo idioma. Muitos já sucumbiam, ao chegar, pois toda a dinâmica era que o Häftling deveria ser demolido de imediato para que não se tornasse um exemplo ou um germe de resistência organizada.

Os SS tinham ideias claras e, sob este aspecto, deve-se interpretar todo o sinistro ritual, diferente de *Lager* para *Lager* mas único na substância, que acompanhava o ingresso; os chutes e os murros desde logo, muitas vezes no rosto; a orgia de ordens gritadas com cólera autêntica ou simulada; o desnudamento total; a raspagem dos cabelos; a vestimenta de farrapos. É difícil dizer se todas essas particularidades foram estabelecidas por algum especialista ou aperfeiçoadas metodicamente com base na experiência, mas por certo eram deliberadas e não casuais: uma direção havia, e era aparatosa. (LEVI, 1990: 18-19)

Os velhos (se virava velho em três ou quatro meses) sentiam muita inveja do “novato”²⁰, pois este ainda trazia o cheiro de casa, da liberdade, da condição do humano. Levi relata que somente com quinze dias, já sentia famélico, não teria mais condição de ver-se no espelho. No entanto, a discriminação de ser judeu italiano, em sua maioria, eram todos doutores e todos advogados, mas tinham muita dificuldade por não falarem o ídiche. Levi, quando estava na fila à espera de ser atendido Ka-Be, sofreu uma humilhação imensa por um enfermeiro polonês que o desprezou pelo estado de suas costelas e do geral de seu estado físico. Este considerou “nunca” ter sofrido, em toda a sua vida, uma humilhação mais atroz do que esta”.

Às humilhações, as zombarias e as brincadeiras sofridas pelo novato, Levi ponderou que talvez fosse a urgência do “velho” desafogar a humilhação sofrida anteriormente, quando do seu ingresso no *Lager*, ou mesmo a compensação, “a construir a suas expensas um indivíduo de nível mais baixo sobre o qual despejar o peso das ofensas recebidas do alto. O maior choque dos sobreviventes era o choque com o prisioneiro-funcionário, que ao invés de “abraçar” o outro, tranquilizá-lo, ensinar o caminho, ele tem a intenção de domá-lo e de apagar a última centelha de dignidade. Não podemos acreditar que um sistema infernal, como o nacional-socialismo, santifique as pessoas.

Os prisioneiros privilegiados eram minoritários na população dos *Lager*, representam, ao contrário, uma forte maioria entre os

²⁰ Novato, em alemão *Zugang*, era um termo abstrato, administrativo; significa ingresso; entrada).

sobreviventes; de fato, ainda que não se leve em conta o cansaço, os golpes, o frio, as doenças, deve-se lembrar que a ração alimentar era nitidamente insuficiente até para o prisioneiro mais sóbrio: gastas em dois ou três meses as reservas fisiológicas do organismo, a morte por fome, ou por doenças induzidas pela fome, era o destino normal do prisioneiro. Podia ser evitada apenas com um suplemento alimentar e, para obtê-lo, era preciso um privilégio, grande ou pequeno; em outras palavras, um jeito, *octroyé*²¹ ou conquistado, astuto ou violento, lícito ou ilícito, de estar acima da norma. (LEVI, 1990: 20)

A Zona Cinzenta da *protekcja*²² e da colaboração, segundo Levi, nasceu de inúmeras raízes. Em primeiro lugar, os alemães acreditavam que a área de poder, quanto mais estreita - devido à perda de espaço na guerra, pela resistência militar dos adversários -, mais vital a parceria com os países ocupado e não podia prescindir deles como: o governo Vichy na França, a República de Salò, o Judenrat de Varsóvia, Quisling na Noruega e os mercenários ucranianos e bálticos eram empregados em atividades sujas, porém, como eram colaboradores que vinham de campos adversários, não eram confiáveis. Não podiam delegar a eles tarefas marginais, como os trabalhos nas câmaras de gás e nos fornos crematórios.

Levi considerou um caso-limite de colaboração, que recebeu no interior nos próprios Campos a “irônica” denominação de Sonderkommandos em Auschwitz e em outros *Lager* de extermínio. O nosso autor hesitou em falar de privilegiados, somente talvez no sentido, de talvez durante alguns comiam suficientemente.

Com esta denominação deliberadamente vaga, “Esquadrão Especial”, era indicado pelos SS o grupo de prisioneiros aos quais estava confiada a gestão dos fornos crematórios. A eles cabia manter a ordem entre os recém chegados (muitas vezes inteiramente inconscientes do destino que os esperava) que deviam ser introduzidos nas câmaras de gás, tirar das câmaras os cadáveres; extrair o ouro dos dentes; cortar os cabelos das mulheres; separar e classificar as roupas, os sapatos, o conteúdo das bagagens; transportar os cadáveres para os fornos crematórios e cuidar do funcionamento dos fornos; retirar e eliminar as cinzas. O Esquadrão Especial de Auschwitz contava, dependendo da época, com um efetivo entre setecentos e mil prisioneiros. (LEVI, 1990: 26)

Esses Esquadrões Especiais não escapavam do destino de todos, havia por parte dos SS todo o cuidado para que nenhum dos homens que participaram pudesse sobreviver para contar. Em Auschwitz se sucederam doze esquadrões e atuavam alguns meses e, em seguida eram eliminados pelo esquadrão sucessivo, como iniciação, queimava os cadáveres de seus predecessores. O último esquadrão ativo que se rebelou contra os SS

²¹ *Octroyé*, palavra francesa, significando concedido

²² *Protekcja*, termo local, ídiche e polonês, para indicar o privilégio. De evidente origem italiana e latina.

explodindo um dos fornos crematórios em outubro de 1944 foi duramente combatido e sumariamente eliminados. Sobre os Esquadrões existiram poucos sobreviventes e muitos emudeceram, um dos relatos impactantes foi o de Phillip Müller no documentário “Shoah – Vozes e faces do Holocausto” de Lanzmann; das confissões de seus mandantes e alguns poloneses que tiveram algum contato com eles. No entanto, é “quase impossível construir uma representação de como viviam dia após dia, de como viam a si mesmos e aceitavam sua condição. Terem concebido e organizado os Esquadrões Especiais foi o delito mais demoníaco do nacional – socialismo, pois eram constituídos em sua maior parte pelos judeus, transferindo para as vítimas o peso do crime do modo que para o consolo delas não ficasse nem a consciência de ser inocente. Eram em torno de 90% e 95 %, de judeus, a partir de 1943. Eram escolhidos pelos SS entre os prisioneiros presentes no *Lager*, e há testemunho de que a escolha se dava não só com base no vigor físico, mas também no estudo aprofundado das fisionomias.

Como eles eram portadores de um horrendo segredo, eram segregados dos demais Häftling e dispunham de uma grande quantidade de bebidas alcoólicas, encontrando-se num estado de embrutecimento e de prostração total.

Levi argumenta que dos homens que conheceram essa destituição extrema não se poderia esperar um depoimento no sentido jurídico do termo, e sim algo “entre o lamento, a blasfêmia, a expiação e o esforço de justificativa, de recuperação de si mesmos. Deve-se esperar antes um desaforo liberador que uma verdade com rosto de Medusa (...) faria ainda um apelo ao leitor: peço que a história dos “corvos do forno crematório seja meditada com piedade e rigor, mas que o julgamento sobre eles fique suspenso. (MACÊDO, 2014: 101)

Os nazistas com a instituição dos Sonderkommandos transferiram para outrem e para as vítimas o indizível. O peso do crime, de tal maneira que para o consolo delas não ficasse nem a consciência. Também a existência dos Esquadrões tinha um significado: “Nós, o povo dos Senhores, somos quem destrói, mas vocês não são melhores do que nós; se quisemos, e o queremos, nós somos de destruir não seus corpos mas também suas almas, tal como destruimos as nossas”. (LEVI, 1990: 28)

Dentro desta Zona Cinzenta, temos um grupo que ocupava uma das posições de maiores privilégios: os chefes Kapos, termo em alemão, derivado diretamente do italiano. Desempenhavam a maioria das atividades do *Lager*, possuíam muita coragem e astúcia, e todos os comandos com os Häftling tinham que demonstrar muito violência, aliás, havia apenas uma violência limite inferior, no sentido de que eles não se mostrassem suficientemente rígidos e cruéis, deviam ser destituídos, não havia nenhum superior.

Alguns batiam nos prisioneiros, por pura maldade e violência. No entanto, nos de 1943, com a carência de mão-de-obra aguda, introduziram algumas sanções, anteriormente, não era raro que um Häftling fosse assassinado a pancadas.

Os Kapos eram escolhidos de acordo com as potencialidades do colaborador: criminosos comuns egressos das prisões, prisioneiros políticos por cinco ou dez de sofrimentos e, mais tarde, até judeus, que viam a oportunidade de escaparem da *Solução Final*.

Muitos aspiravam ao poder espontaneamente: buscavam-no os frustrados, e também isto é um traço que reproduz no microcosmo do *Lager* o macrocosmo da sociedade totalitária: em ambos, fora da capacidade e do mérito, o poder é concedido generosamente a quem esteja disposto a reverenciar a autoridade hierárquica, conseguindo assim uma promoção social incansável de outro modo. Buscavam-no, enfim, muitos entre os oprimidos que sofriam o contágio dos opressores e tendiam inconscientemente a identificar-se com eles. (LEVI, 1990: 24)

Nesta circularidade onde a morte é uma constante, a luta pela sobrevivência valia tudo. E quando há uma tensão extrema e constante como existia no *Lager*, o campo é favorável para o aparecimento de pessoas cinzentas, ambíguas, dispostas ao compromisso para aumentar as fileiras dos nazistas e aliando-se a eles. A maior parte dos opressores ou aqueles que se aliaram ao poder, perceberam que aquilo que fizeram era iníquo, todavia, os seus erros e os sofrimentos infligidos a outrem não são suficientes para arrolá-los como vítimas. Um dos exemplos mais emblemáticos de colaboracionismo com os nazistas foi Chaim Rumkowski, um ex-pequeno industrial falido, que administrou o Gueto de Łódź, segundo Levi, um tolo com ares de honestidade, ou melhor, um objeto ideal de escárnio, que serviu aos nazistas, enquanto lhes era conveniente. Quando não mais precisaram dos seus serviços teve o mesmo destino que os seus irmãos judeus.

A história de Rumkowski é a história desagrável e inquietante dos *Kapos* e dos funcionários dos *Lager*, dos chefes que servem a um regime a cujos crimes se mostram deliberadamente cegos; dos subordinados que assinam tudo, porque uma assinatura custa pouco; de quem balança a cabeça, mas consente; de quem diz: “se eu não o fizer, ou outro pior do que eu o fará”. Nessa faixa de consciências mediana deve colocar-se Rumkowski, figura simbólica e exemplar. (...) em Rumkowski nos espelhamos todos, sua ambiguidade é nossa, congênita, híbridos – que somos – de barro e espírito; sua febre é nossa, é a nossa civilização ocidental que “desce ao inferno com trompas e tambores”. (LEVI, 1990: 37-39)

Dentro deste microcosmo onde nos é difícil separarmos a população: entre vítimas e opressores, bons ou maus, existe uma fronteira, onde ocorre um ofuscamento dos contornos. É nesta fronteira que existem os que sucumbem e os que se salvam. Sucumbir era o mais fácil, eram a maioria, bastava cumprir todas as ordens, comer somente o que lhe cabia, trabalhar até chegar à exaustão, identificados no Campo como os não-homens. Era um medo que rondava todos os Häftling. Os Muselmänner representavam a coluna vertebral do *Lager*.

Em inúmeros relatos testemunhais da Shoah, sempre os sobreviventes se referem a um tipo de prisioneiro incômodo, totalmente ignorados e desprezados pelos seus companheiros.

Vão para as câmaras de gás seguindo o declive até o fundo, naturalmente como os rios que vão desaguar no mar” (LEVI, 2001: 92). Eles eram uma massa anônima, continuamente renovada e sempre idêntica, dos não-homens que marcham e se afadigam em silêncio; dentro deles apagou-se a centelha divina, já demasiados vazios para sofrer de verdade. Hesita-se em chamar à sua morte, diante da qual não têm medo, pois estão demasiado cansados para poderem aperceber-se dela. Eles povoam a minha memória com a sua presença sem rosto, e se pudesse resumir numa única imagem todo o mal do nosso tempo, escolheria esta, que me é familiar: um homem ressequido, com a testa baixa e os ombros curvados, em cujo rosto e em cujos olhos não se pode ler qualquer sinal de pensamento. Se os que sucumbiram não têm história, e um só e amplo é o caminho da perdição, os caminhos da salvação são, pelo contrário muitos, difíceis e imprevisíveis. (LEVI, 2001: 92)

O Muselmann era aquele que não causava pena a ninguém, nem podia contar com a simpatia de ninguém. Os prisioneiros que temiam o tempo todo pela vida, o evitavam, as SS os consideravam uma inútil imundície. Não tinha mais vontade nenhuma de tomar banho na ducha, somente falavam de comida, não se poupavam, aliás, eram cumpridores de todas as tarefas, mesmo as mais cruéis. Eles foram dentro do *Lager* de Auschwitz, os Häftling que viveram realmente na fronteira, no limite. O cuidado com o universo do seu corpo já não existia. O Muselmann era aquele Häftling tomado por um total fatalismo, era uma “figura”, “uma coisa”. Foram aqueles que sucumbiram e que vão fitar a Górgona. Levi relata uma situação limite com o companheiro Null Achtzehn, onde o companheiro fica imóvel ao receber as pancadas raivosas do *Kapo*, não havia mais nada, pois deixou-se sucumbir.

A chamada Zona Cinzenta, era um lugar onde não havia ética, pois a ética se debate em um território de limites, um território de fronteiras e os *Lager* nazistas foram territórios sem limites, sem contornos. E, necessário nos questionar, como falar de ética

em um lugar onde toda a dinâmica organizacional dos *Lager* e, especialmente Auschwitz, o maior de todos os *Lager* nazistas, lugar que após a Conferência de Wannsee de janeiro de 1942 (determinação da “*Solução Final*”), chegou-se ao auge de “produção”, com o extermínio de mais de três mil pessoas/dia e com estimativas chegando até seis mil pessoas/dia. É necessário ainda pontuar que todos os dados referentes ao extermínio são estimativas, como Levi mesmo ressaltou, os nazistas queimaram todos os documentos dos campos de concentração e de extermínio para esconder toda a verdade desta ignomínia.

A palavra ética vem do grego “*ethos*”, que significa “aquilo que pertence ao bom costume” e é “uma parte da filosofia responsável pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano”²³. E nos *Lager*, toda a estrutura organizacional foi com o intuito de eliminar qualquer vestígio humano e transformar seu habitante em “coisa”, “figura”. É, nesta investigação e julgamento sobre os *SonderKommand*, que Levi pede que se medite com piedade e rigor sobre as condições impostas aqueles *Häftling*, chamados de corvos do forno crematório, responsáveis por o trabalho desenvolvido nas câmaras de gás e dos fornos crematórios. Levi fala sobre a morte da alma e que é indiscutível que se trata de morte da alma.

Mas é indiscutível que se trata de morte da alma; ora, ninguém pode saber quanto tempo, e q quais provas, sua alma resistirá antes de dobrar-se ou de quebrar. Todo ser humano possui uma reserva de forças, cuja medida lhe é desconhecida: poder grande, pequena ou nula, e só a adversidade extrema lhe permite avalia-la. Mesmo sem recorrer ao caso-limite dos Esquadrões Especiais, sucede com frequência a nós, sobreviventes, quando contamos nossas vicissitudes, que o interlocutor diga: “Eu, em seu lugar, não teria resistido um dia”. A afirmação não tem um sentido preciso: nunca se está no lugar de um outro. Cada indivíduo é um objeto de tal modo complexo que é vão que prever seu comportamento, ainda mais em situações extremas; nem mesmo é possível antever o próprio comportamento. Por isto, peço que a “história dos “corvos do forno crematório” seja meditada com piedade e rigor, mas que o julgamento sobre eles fique suspenso. (LEVI, 1990: 32)

A situação dos *Häftling*, segundo Levi foi, a todo momento colocada no limite, limite enquanto ser humano tanto na sua essência biológica, pois os seus corpos foram apropriados pelos nazistas, quanto na sua essência de ser humano, vital na nossa própria condição de ser humano. E dentro desta condição-limite que considero, particularmente, nos reportar a recorrência dos sonhos sonhados pelos *Häftling*, objeto de estudo de alguns historiadores da Shoah, e que Levi

²³ O significado da palavra “ética” foi extraído da **Wikipédia**. Pesquisa realizada em 15/03/2017.

busca por eles. Esses sonhos apresentavam imagens vivas, do além campo, da pátria, da “sua casa”, sonhos que traziam esperanças, porém também, sonhos de ter enfrentado a própria morte e ter sobrevivido a ela. “A alienação do seu empírico transformava-se em arma silenciosa contra o sistema de terror instalado no campo de concentração, tanto por prisioneiros quanto por vigias” (KOSELLECK, 2006: 257-258). Os sonhos do retorno a casa eram os mais recorrentes, porém o sonho mais frequente de Levi, era o retorno a Auschwitz, onde uma única palavra que ele considerou não imperiosa, mas breve e obediente, a palavra dita ao amanhecer pelo Kapo, uma palavra estrangeira, temida e esperada: “*Wstavach*” (levante)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto dissertativo nos conduziu por caminhos tão dissonantes e indizíveis com a literatura de Levi, uma literatura tão dilacerante que causa impactos a uma historiadora, pois apesar de buscar e ansiar pelo conhecimento do humano, é ainda muito complicado ter em mãos uma literatura de testemunho de Auschwitz. Além do mais, realizar este trabalho, em um momento histórico, na qual estamos presentificando uma crise imigratória de proporções globais e humanitárias, como o ocorrido no período e pós II Guerra Mundial.

Primo Levi, no prefácio de *Se Isto É Um Homem*, já alertava, em 1947, sobre o risco para o mundo, quando indivíduos ou povos julgam conscientemente ou não que “todos estrangeiros são inimigos” e vai mais além, reafirmando de que esta convicção pode se manifestar “apenas em atos esporádicos e desarticulados”, não se constituindo num sistema de pensamento, jaz no fundo dos espíritos como uma infecção. E acrescentando, quando tal acontece e o dogma enunciado se torna uma premissa, maior de um silogismo, então, no fim da cadeia, encontra-se um *Lager*.

Uma crise humanitária, com milhares de pessoas fugindo de seus países em guerra para outros territórios, em especial, para o continente europeu. Os governos fechando suas fronteiras e suas populações locais manifestando-se contrárias a estas ações, porém muitas achando serem corretas e, até mesmo apoiando candidatos a eleições governamentais, que se manifestam contrários a ajuda humanitária aos imigrantes. Os judeus-alemães e de outros países europeus assistiram todas as fronteiras sendo fechadas durante a dominação nazista e sem encontrarem uma única saída foram levados para serem exterminados nos vários *Lager* construídos pelos alemães.

Concluimos que o texto pode vir a ser mais um trabalho a contribuir para uma análise dos *Lager* nazistas e com a indicação de consulta de uma pequena bibliografia, visto que ela é extensa e, especialmente para a leitura literária de Primo Levi, um dos pioneiros dos testemunhos da experiência enquanto Häftling de Auschwitz.

O estudo do antissemitismo moderno, com a leitura de pensadores, como Hannah Arendt, Norbert Elias, Abba Eban e outros conseguimos clarear um pouco, porque o Nazismo foi possível e conquistando o apoio e a conivência da sociedade alemã, um Estado que levou a violência e o poder total às suas últimas consequências com o da ciência e da tecnologia para a construção das “Fábricas da Morte”. A leitura do livro *Mein*

Kampf, a autobiografia de Hitler, na qual sempre tive sérias reservas sobre a sua leitura, considerado por mim como um livro maldito e amedrontador, porém sua leitura é muito necessária para compreendermos sobre a constituição do Nazismo e o antissemitismo feroz levado às últimas consequências. Tudo o que foi feito com os judeus durante a dominação nazista estava escrito em *Mein Kampf*, até mesmo sobre a necessidade do gaseamento dos judeus.

O segundo capítulo, nos auxiliou sobre como o discurso nazista pode ter se constituído, por meio de conceitos da Análise de Discurso, em especial, pensadores como Michel Foucault, sobre a ordem do poder. As cenas de enunciação como se constituem, o espaço paratópico, no caso de Auschwitz e o testemunho de Levi dentro do universo do *Lager* tanto na vivência que se constituiu por quase um ano como Häftling como no universo paratópico da memória, visto que toda a sua vida após Auschwitz, ele quis contar a todos o que foi feito pelos nazistas aos judeus, pelo simples fato de serem judeus. Levi nunca conseguiu sair do mais terrível *Lager* nazista. Os estudos sobre as formas de silêncio e como ele se manifesta e as noções do interdito, manifestações cotidianas dos Häftling, visto que, o silêncio e a interdição foram regras dentro dos *Lager* e aquele que percebeu isto, conseguiu salvar-se. A contribuição sobre “*As formas do silêncio*” de Orlandi e as noções do dito e do não-dito foram muito relevantes para compreendermos sobre o discurso nazista e testemunhal de Levi.

Conceitos sobre memória, esquecimento, testemunho e trauma, tão pertinentes e vitais para a literatura de Primo Levi, pois toda a sua vida, pós Auschwitz foi estabelecida por uma urgência: “contar aos outros”. Elie Wiesel, após tomar conhecimento da morte de “nosso autor”, declarou: “Levi nunca saiu de Auschwitz”. A sua narrativa literária espanta pela sua racionalidade, visão e incredulidade sobre o que foi feito ao ser humano, em especial, aos judeus, pelo simples fato de “serem judeus”.

O último capítulo, nos leva para dentro da obra e, não é possível ler Levi, sem entender sobre o conceito de trauma e de vivência. E este trauma só pode ser ressignificado pelo leitor, por meio da literatura, pois quem viveu aquele “inferno de Dante” e não sucumbiu, não conseguiria, creio eu, nos contar o ocorrido senão somente de uma forma, senão por meio da literatura, pois no *Lager*, segundo Levi (2001), um homem enlouquece: “não há espelho para nos vermos, mas o nosso aspecto está diante de nós, refletido em cem rostos lívidos, em cem fantoches miseráveis e sórdidos. Estamos transformados nos fantasmas que entrevimos ontem à noite”.

As lacunas buscadas para a compreensão da narrativa de Levi e do evento da Shoah não há como serem supridas, visto que, a cada porta que se fecha, outras se abrem e, novas indagações e indignações se manifestam. Em parte, estas lacunas foram sanadas, principalmente no que tange aos discursos de Levi, com ênfase no seu papel de testemunha e de dar testemunho.

A onda revisionista e negacionista sobre o extermínio de judeus, na década de 1980, foi uma das preocupações de Levi, que o levaram a escrever *Os Afogados e os sobreviventes*, sua última obra literária, um ano antes de sua morte. A narrativa leviana buscou testemunhar e denunciar exaustivamente sobre o evento abominável, a Shoah, após 27 de janeiro de 1945. Entendeu ser necessário reforçar o seu intento: fazer lembrar para não esquecer, particularmente na década de oitenta do século XX. Levi, tentou perlaborar o trauma, por meio da literatura, mas o que foi vivido, em Auschwitz, lhe trouxe marcas profundas, visto que, que não conseguiu sair do *Lager*.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória – Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios da psicologia**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. **DUCROT**. In: Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- COLLIER, Richard. **Ascensão e Queda de Benito Mussolini**. Rio de Janeiro: Record, 1971.
- CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: Diálogo e rupturas entre memória. In: SELIGMAN-SILVA, Márcio. **História, Memória, Literatura**. Campinas: Unicamp, 2003.
- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes: 2001.
- ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **FOUCAULT**. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola. 2014.
- _____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: São Paulo: Forense Universitária, 2015.
- _____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes. 2008.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método I**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GAY, Peter. **A Cultura de Weimar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GEARY, Dick. **Hitler e o Nazismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- HITLER, Adolf. **Mein Kampf**. São Paulo: Editora Moraes. 1983.

- HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos – o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KLÜGER, Ruth. **Paisagens da Memória: autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto**. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LANZMANN, Claude. **Shoah – Vozes e faces do Holocausto**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LENHARO, Alcir. **NAZISMO – “O triunfo da vontade”**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. **Se Isto É Um Homem**. Lisboa, Portugal: Editorial Teorema, 2001.
- _____. **A Trégua**. São Paulo: Planeta De Agostini, 2004.
- MACÊDO, Lucíola Freitas de. **A escrita do trauma**. Rio de Janeiro: Subversos, 2014.
- MACGREGOR – HASTIE, Roy. **O Dia do Leão: vida e morte da Itália fascista, 1922 – 1945**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **Cenas da Enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- _____. **Discurso e Análise de Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MESSADIÉ, Gerald. **História Geral do Antissemitismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.
- NADAI, ELZA & NEVES, JOANA. **História Geral**. São Paulo: Saraiva, 1993.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 1997.
- RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2007.
- SEIXAS, Jacy Alves de. **Os tempos da memória: (des) continuidade e projeção. Uma reflexão (In) atual para a história?** Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP: Artes da História & outras linguagens, nº 24. Junho/02.
- SELIGMAN-SILVA, Márcio. **História, Memória, Literatura**. Campinas: Unicamp, 2003.

- SOARES, Alexandre Ferrari et al. MAINGUENEAU. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- STEINER, George. **Linguagem e Silêncio: ensaios sobre a crise da palavra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SZPILMAN, Marcelo. **JUDEUS – suas histórias e contribuições para o progresso da humanidade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- TRENTO, Angelo. **Fascismo Italiano**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- WIESEL, Elie. **A noite**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

Sites

- ARAÚJO, Mário. **Bordéis no campo de concentração**. Disponível: revistagalileu.com/br. 26 de julho de 2011. Acesso em: 26/02/2017.
- ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO – Os Protocolos de Sião – Disponível: <http://Capítulowww.ushmm.org/wIc/ptbr/article.php?ModuIetd – 100070058> . Acesso: 03/03/2017
- FOUCAULT, Michel. **A escrita de si**. In: O que é o autor? Lisboa: Passagens. 1992. pp.129-160. Disponível: <http://.otics.org/material/entradaa> outras-ofertas/livros/a-escrita-de-si-michel-foucault Acesso: 10/04/2017
- MAURO, Sérgio e MOURA, Claudia Fernanda de Campos. **O Perdão do papa Francisco e a morte de Primo Levi**. Disponível: Jornal: O Imparcial. 02/08/2016. Acesso: 13/05/2017
- RODRIGUES, Maria Madalena. **Fronteiras da Narrativa: Ficção, História, Testemunho**. 2013 Disponível: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/13227>. Acesso: 20/08/2016.
- ROSA, Johnny Rosa. **A HISTÓRIA COMO LUTO**. Disponível: http://www.cih2015.eventos.Dype.com.br/resources/anais/4/1430760393_ARQUIVO_ROSA,JohnnyR.Ahistoriacomoluto.NotasobreDominickLacapraeJornRusen.pdf. Acesso: 02/04/2017.
- WIESEL, Elie. Elie Wiesel, Nobel da Paz e sobrevivente do Holocausto, morre aos 87 anos. Disponível: <http://oglobo.globo.com/mundo/elie-wiesel-nobel-da-paz-sobrevivente-do-holocausto-morre-aos-87-anos> 19634226 Acesso: 10/05/2017

ANEXOS

Anexo I

Os números do genocídio dos judeus na Europa

| | | | |
|-----------------|-----------------|--------------------------|-------------------|
| Polônia | até 3 milhões | Iugoslávia | mais de 60 mil |
| URSS | mais de 800 mil | Grécia | mais de 60 mil |
| Romênia | 400 mil | Áustria | mais de 60 mil |
| Tchecoslováquia | 260 mil | Bélgica | 24 mil |
| Hungria | mais de 180 mil | Itália (incluindo Rodes) | 8 mil |
| Lituânia | mais de 130 mil | Estônia | 2 mil |
| Alemanha | mais de 150 mil | Noruega | menos de 1.000 |
| Países Baixos | mais de 100 mil | Luxemburgo | menos de 1.000 |
| França | 83 mil | Dantzig | menos de 1.000 |
| Letônia | 80 mil | TOTAL | mais de 5 milhões |

Dados da Larousse do Brasil, 2009 – História Ilustrada do Nazismo – 2ª Parte

Anexo 2

Judeus na Europa e Rússia

| Países | 1939 | N° Judeus Eliminados | % | 1945 | 2005 |
|-----------------|------------------|----------------------|-------------|------------------|------------------|
| | Pré-Guerra | | | Pós-Guerra | |
| Polônia | 3.300.000 | 3.000.000 | 91 % | 300.000 | 25.000 |
| Rússia | 2.800.000 | 1.200.000 | 43 % | 1.600.000 | 717.000 |
| Romênia | 800.000 | 350.000 | 44 % | 450.000 | 6.000 |
| Hungria | 400.000 | 300.000 | 75 % | 100.000 | 60.000 |
| Tchecoslováquia | 315.000 | 270.000 | 86 % | 45.000 | 6.100 |
| Alemanha | 230.000 | 210.000 | 91 % | 20.000 | 107.000 |
| Lituânia | 155.000 | 135.000 | 87 % | 20.000 | 3.600 |
| Holanda | 140.000 | 110.000 | 79 % | 30.000 | 33.000 |
| França | 350.000 | 90.000 | 26 % | 260.000 | 607.000 |
| Letônia | 95.000 | 85.000 | 89 % | 10.000 | 9.100 |
| Áustria | 80.000 | 65.000 | 81 % | 15.000 | 8.200 |
| Grécia | 75.000 | 65.000 | 87 % | 10.000 | 5.300 |
| Iugoslávia | 75.000 | 60.000 | 80 % | 15.000 | 2.700 |
| Bélgica | 85.000 | 24.000 | 28 % | 61.000 | 52.000 |
| Bulgária | 60.000 | 11.000 | 18 % | 49.000 | 2.300 |
| Itália | 45.000 | 7.500 | 17 % | 37.500 | 30.200 |
| Noruega | 2.000 | 800 | 40 % | 1.200 | 1.200 |
| Luxemburgo | 2.000 | 700 | 35 % | 1.300 | 650 |
| Inglaterra | 350.000 | 0 | 0 | 350.000 | 302.000 |
| Turquia | 50.000 | 0 | 0 | 50.000 | 17.500 |
| Suíça | 20.000 | 0 | 0 | 20.000 | 15.000 |
| Suécia | 8.000 | 0 | 0 | 8.000 | 18.000 |
| Dinamarca | 7.000 | 0 | 0 | 7.000 | 7.000 |
| Irlanda | 4.000 | 0 | 0 | 4.000 | 1.200 |
| Espanha | 4.000 | 0 | 0 | 4.000 | 48.000 |
| Portugal | 3.000 | 0 | 0 | 3.000 | 800 |
| Ucrânia | 0 | 0 | 0 | 0 | 142.000 |
| Bielorrússia | 0 | 0 | 0 | 0 | 72.000 |
| Outros | 0 | 0 | 0 | 0 | 46.000 |
| Total | 9.455.000 | 5.984.000 | 63 % | 3.471.000 | 2.345.850 |

Dados: SZPILMAN, Marcelo. **Judeus: suas extraordinárias histórias e Contribuições para o progresso da Humanidade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.